



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PP GEO
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA



CARLOS ALBERTO DE SOUZA MASCARENHAS

**ENTRE O VIVIDO E CONCEBIDO: DIMENSÕES DA PRODUÇÃO DO
ESPAÇO NUMA COMUNIDADE QUILOMBOLA.**

Belém/PA
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PP GEO
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

CARLOS ALBERTO DE SOUZA MASCARENHAS

**ENTRE O VIVIDO E CONCEBIDO: DIMENSÕES DA PRODUÇÃO DO
ESPAÇO NUMA COMUNIDADE QUILOMBOLA.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, sob orientação do Prof. Dr. João Santos Nahum, como requisito à obtenção do título de Mestre na área de concentração Organização e Gestão do Território.

Belém/PA
2018

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da
Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos
pelo(a) autor(a)

M395e Mascarenhas, Carlos Alberto de Souza
Entre o vivido e o concebido : dimensões da produção do espaço numa comunidade
quilombola / Carlos Alberto de Souza Mascarenhas. — 2018
95 f. : il. color

Dissertação (Mestrado) - 1, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade
Federal do Pará, Belém, 2018.
Orientação: Prof. Dr. João Santos Nahum

1. Território Usado. 2. Psicofera. 3. Quilombo. 4. Lugar. I. Nahum, João Santos, *orient.* II.
Título



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

CARLOS ALBERTO DE SOUZA MASCARENHAS

**ENTRE O VIVIDO E CONCEBIDO: DIMENSÕES DA PRODUÇÃO DO
ESPAÇO NUMA COMUNIDADE QUILOMBOLA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Belém, 03 de abril de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. João Santos Nahum
PPGeo/UFPA

Banca: Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha
Examinador Interno – PPGeo/UFPA

Banca: Prof. Dr. Luis Otávio do Canto
Examinador Externo – PPGDAM/UFPA

AGRADECIMENTOS

Essa parte da dissertação é uma das mais importantes, por isso vou começar pela raiz da palavra agradecer. Do Latim GRATUS, “o que agrada”, “agradável”. Viver numa era global e ser professor é se confrontar com uma variedade de desafios e todos eles eu não enfrentei sozinho. Tive o apoio de muitas pessoas, seja diretamente, seja indiretamente.

Por isso, agradeço profundamente a minha mãe Iracema de Souza Mascarenhas que, apesar de poucos anos de escola, soube como ninguém mostrar a importância dos estudos apostando na minha formação. Agradeço ao meu pai Waldyr de Macedo Mascarenhas pela sua luta em manter a estabilidade da família pelo amor e dedicação a ela.

Agradeço imensamente a minha linda esposa Mayre Dione Mendes da Silva Mascarenhas pela companhia nos debates, no trabalho de campo, na qualificação e defesa do trabalho. Ela é muito especial para mim. Uma afetuosa companheira.

Agradeço aos meus amigos do coração Carla Joelma de Oliveira Lopes e Arion Oliveira Livramento pela parceria nos eventos, discussões de textos, obrigado pelo grande apoio em realizar esse trabalho. Vocês são muito valiosos para mim.

Agradeço aos colegas do Grupo de Pesquisa Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário na Amazônia (GDEA) coordenado pelo professor Dr. João Santos Nahum. Aos Membros do Grupo de Estudos sobre o Campesinato Negro na Amazônia (GECAM).

Agradeço muitíssimo ao meu orientador professor Dr. João Santos Nahum pela orientação, confiança, paciência e grande contribuição teórico-metodológica e conceitual para a minha formação. Muito obrigado mesmo professor pelos ensinamentos geográficos e o diálogo com outros campos do saber.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) pela oportunidade de fazer parte de um grande programa que recentemente aprovou seu doutorado. Agradeço aos professores Doutores José Antônio Herrera, Gilberto de Miranda Rocha e Luís Otávio do Canto membros da qualificada banca examinadora pelas críticas e contribuições que ajudaram a qualificar a dissertação.

Agradeço imensamente a Raimundo Magno Cardoso Nascimento pela permissão de acesso às comunidades de África e Laranjituba. Sem a sua contribuição o trabalho não seria construído. Obrigado pela parceria. Obrigado aos guerreiros e às guerreiras do quilombo de África e Laranjituba pela gentileza de se disponibilizar em me atender como pesquisador. Fica o registro da minha imensa gratidão por todo o apoio.

“Impõe-se, na análise, apreender objetos e relações como um todo, e só assim estaremos perto de ser holistas, isto é, gente preocupada com a totalidade.”

SANTOS (2014b, p. 64)

RESUMO

Focaliza-se uma situação geográfica no quilombo de África e Laranjituba, município de Moju/Abaetetuba (PA). Ressaltam-se as práticas espaciais da concepção do Programa de Investimento em Logística (PIL) sustentada na ideia de espaço vazio e como isso se choca com a dimensão do espaço vivido das comunidades do quilombo. Trata-se de um programa que considera o espaço como área e anuncia, no plano da “psicosfera”, a construção da Ferrovia Açailândia (MA) – Barcarena (PA) que interfere no lugar. Pretende-se, com isso, refletir sobre a importância da relação entre espaço e política, oferecendo uma contribuição à pesquisa geográfica. A metodologia analítica adotada sintetiza a proposta de Santos (2014b), na qual se considera a existência de uma situação geográfica inicial (T-1) caracterizando um dado momento – paisagem, configuração espacial e a dinâmica social – das populações rurais quilombolas, a interferência da perspectiva de construção da ferrovia (situação geográfica), produzindo dialeticamente estratégias territoriais de redefinição de sua existência (T-2) que se manifestam na (re)organização do espaço a partir da intensificação do uso do território pelas práticas de ampliação do plantio e da extração em roças e açaçais.

Palavras-chave: Território usado; Psicosfera; Quilombo; lugar.

ABSTRACT

It focuses a geographical situation in the quilombo of Africa and Laranjituba, municipality of Moju / Abaetetuba (PA). The spatial practices of the Logistics Investment Program (PIL) conception based on the idea of empty space are emphasized and how this collides with the dimension of the lived space of the quilombo communities. It is a program that considers space as an area and announces, in the plane of the "psychosphere", the construction of the Açailândia (MA) - Barcarena (PA) Railway that interferes in the place. It is intended, therefore, to reflect on the importance of the relationship between space and politics, offering a contribution to geographic research. The analytical methodology adopted summarizes Santos' proposal (2014b), which considers the existence of an initial geographical situation (T-1) characterizing a given moment - landscape, spatial configuration and social dynamics - of quilombola rural populations, interference from the perspective of the construction of the railroad (geographical situation), producing dialectically territorial strategies of redefinition of its existence (T-2) that are manifested in the (re) organization of the space from the intensification of the use of the territory by the practices of expansion of the planting and extraction in roças and açaçais.

Keywords: Territory using; Psicofera; Quilombo; place.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa do Território Quilombola de África e Laranjituba e Projeção da Ferrovia.....	15
Figura 02 – Modelo de Metodologia Analítica.....	19
Figura 03 – Gráfico de Escolaridade em África e Laranjituba (2016).....	27
Figura 04 – Gráfico de Distribuição do Tamanho das Roças em África e Laranjituba (2016).....	32
Figura 05 – Mapa de Uso do Território Quilombola de África e Laranjituba antes da Projeção da Ferrovia (2016).....	37
Figura 06 – (1) Extração e preparo da mandioca; (2) Extração e preparo do açaí.....	38
Figura 07 – Gráfico das Famílias Beneficiadas pelo Programa Bolsa Família em África e Laranjituba (2016).....	39
Figura 08 – Gráfico da Renda Familiar em África e Laranjituba (2016).....	41
Figura 09 – Gráfico Tipo de Residência em África e Laranjituba (2016).....	44
Figura 10 – Gráfico Abastecimento de água em África e Laranjituba (2016).....	47
Figura 11 – Gráfico Destino do esgoto em África e Laranjituba (2016).....	48
Figura 12 – Mapa do Plano de Investimento em Logística Ferroviária.....	57
Figura 13 - Mapa da Ferrovia Norte-Sul (trecho Açailândia/MA – Barcarena/PA)....	59
Figura 14 – Mapa das Alternativas de Traçados da Ferrovia Açailândia-Barcarena...	63
Figura 15 – Croqui das Comunidades Quilombolas – Usos do Território e Ferrovia Projetada (2017).....	69
Figura 16 – (1) Quintais produtivos - açaí; (2) Quintais produtivos – legumes.....	82
Figura 17 – Mapa de Uso do Território Quilombola de África e Laranjituba após a Projeção da Ferrovia (2017).....	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Renda por tarefa (ta) ou hectare (ha)/mês (R\$).....	33
Quadro 01 – Fatores Considerados nas Alternativas dos Traçados.....	64

LISTA DE ABREVIACÕES

ACS - Agentes Comunitários de Saúde

CQ – Comunidades Quilombolas

EVTEA – Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Financeira

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FNS – Ferrovia Norte-Sul

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

PBF – Programa Bolsa Família

PIL – Programa de Investimento em Logística

PNLT – Programa Nacional de Logística e Transporte

PPGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia

TI – Terras Indígenas

TCU – Tribunal de Contas da União

UFFP – Unidade de Fragmento de Floresta Primária

UFFS – Unidade de Fragmento de Floresta Secundária

VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – um esforço de iluminar o objeto da pesquisa.....	13
CAPÍTULO I – O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE ÁFRICA E LARANJITUBA	21
1.1. Chegando ao quilombo de África e Laranjituba.....	21
1.2. O território usado em África e Laranjituba: vozes e práticas dos sujeitos que tem a percepção do lugar.....	23
1.2.1. Educação: formas espaciais e seu conteúdo em disputa no território.....	24
1.2.2. Uso comum do território: atividades produtivas agroextrativistas.....	30
1.2.3. O Programa Bolsa Família e a lógica de produção do lugar.....	39
1.2.4. Habitação: estratégia de luta pela permanência no lugar.....	43
1.2.5. Saúde: espacialização seletiva e uso residual do território.....	46
1.3. Conclusão do capítulo I.....	50
CAPÍTULO II – O PROGRAMA DE INVESTIMENTO EM LOGÍSTICA (PIL)	51
2.1- Introdução.....	51
2.2. O Programa Nacional de Logística e Transporte (PNLT).....	51
2.3. O Plano de Investimento em Logística (PIL): o trecho Açailândia (MA)-Barcarena (PA).....	55
2.4. Conclusão do capítulo II.....	66
CAPÍTULO III – A FORÇA DO LUGAR: ORGANIZAÇÃO QUILOMBOLA A PARTIR DO USO DO TERRITÓRIO	68
3.1. Entrecruzando mundo e lugar: cartografia participativa como recurso de organização do espaço.....	68
3.2. Roças e açaçais como portadores da força do lugar.....	75
3.3. Reorganização dos quintais como manifestação da força do lugar.....	80
3.4. Conclusão do capítulo III.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
ANEXO I – Modelo de Formulário	93

INTRODUÇÃO – Um esforço de iluminar o objeto de pesquisa

Problematizar a relação entre espaço e política é questionar a conformação de uma territorialidade hegemônica concebida por uma política de Estado sobre formas de uso coletivo do território. Estudos contidos em teses e dissertações examinam essa relação entre populações da Amazônia e grandes empreendimentos associados a políticas governamentais. É o caso de Giacomini (2010) que trata do papel da construção e afirmação da identidade da comunidade quilombola do Vale do Ribeira no estado de São Paulo como estratégia de luta e resistência frente ao processo de desterritorialização em curso conduzido por diferentes agentes sociais – fazendeiros e posseiros.

Sirotheau (2012) traz um estudo que elege a identidade territorial como categoria central no desdobramento da luta e resistência no território quilombo do Abacatal na cidade de Ananindeua, região metropolitana de Belém (PA). Paixão Júnior (2012) analisa em sua dissertação as transformações na reprodução do campesinato do Planalto Santareno, particularmente as localidades de Tracuí (pertencente ao município de Santarém/PA) e de Jenipapo (pertencente ao município de Belterra/PA), em decorrência do avanço do agronegócio da soja nesta região.

Pereira (2008) faz um estudo antropológico do conflito territorial e ambiental entre as comunidades quilombolas do Jambuaçu, Moju (PA) e o Projeto Bauxita Paragominas pertencente à empresa VALE. Bastos dos Santos (2015) examinou as transformações provocadas pela dendeicultura sobre as comunidades camponesas de ribeirinhos, sitiantes e quilombolas em termos de modificação das formas de trabalho e das atividades produtivas.

Esses estudos trouxeram, em diferentes contextos, as transformações e a produção do espaço que mudaram a dinâmica dos lugares envolvendo quilombolas, ribeirinhos, sitiantes, empresários e o Estado. Problematizaram a ofensiva dos grandes projetos sobre as comunidades e é nesse campo de pesquisa da relação entre espaço e política que se situa a proposta da pesquisa para contribuir com os estudos geográficos sobre o processo de reorganização espaço-temporal a partir de uma política de Estado e seu rebatimento na produção e reorganização do espaço amazônico em território quilombola, isto é, uma proposição de entendimento da dinâmica espacial.

É nesse sentido que caminha a pesquisa, uma vez que se partiu do pressuposto de que o espaço é produzido a partir do embate entre diferentes sujeitos, daí centrar o estudo na possibilidade de instalação da Ferrovia Açailândia (MA)-Barcarena (PA) que ameaça as 72 famílias ou 193 habitantes do quilombo de África e Laranjituba e de que maneira a

“psicosfera” (SANTOS, 2009) gerada pelo projeto interfere na organização da produção do espaço. O objetivo da análise é compreender a produção do espaço face à “psicosfera” suscitada pela possibilidade da construção da Ferrovia Açailândia (MA)-Barcarena (PA) e seu rebatimento na organização espacial das comunidades do quilombo de África e Laranjituba.

Essa “psicosfera” traz a concepção de espaço areal que sustenta a ação política do Estado brasileiro, exemplificada na “tecnoesfera” (SANTOS, 2009) do Programa de Investimento em Logística (PIL) lançado em 2012 que interfere no espaço vivido dos quilombolas localizado nos municípios de Abaetetuba (PA)/Moju (PA) e na mesorregião do nordeste paraense (ver figura 01). Desse modo, acredita-se ser o par conceitual psicosfera-tecnosfera fundamental nessa abordagem, uma vez que, concordando com Santos (1998a, p. 32), ao analisar o caso do Brasil, “esse meio técnico-científico é muito mais presente como psicosfera que como tecnoesfera”.

Considera-se o PIL como possibilidade que sinaliza uma situação em que grandes projetos de logística de transportes são anunciados pelo Governo Federal em parceria com empreendedores privados sob o discurso da integração espacial, do desenvolvimento e da inclusão social a partir da interligação de um território com grande potencial mineral, isto é, produziu-se uma “psicosfera” que interfere no espaço vivido quilombola ao provocar mudanças na organização do lugar manifestadas nas roças, nos açaiçais e nos quintais produtivos. Demarca, por assim dizer, uma situação geográfica em que o Programa de Investimento em Logística (PIL) lançado em 2012 redefine as paisagens, a configuração espacial e a dinâmica social da Amazônia.

Com a veiculação da referida ligação ferroviária, as comunidades passaram a se mobilizar a partir dos interesses de grupos econômicos e políticos que atuam em diferentes escalas. Partiu-se do pressuposto de que as comunidades do quilombo organizam o espaço face aos processos, mesmo diante das interferências da “psicosfera”, do sistema de valores modernos lançados pela política do PIL, mostrando que podem continuar existindo de outra maneira.

Buscou-se sustentar essa ideia a partir da metodologia analítica de SANTOS (2014b), uma situação geográfica que permita apreender a totalidade dos processos de produção do espaço. Para isso, optou-se por uma estrutura que segue a seguinte linha de raciocínio: identificar uma situação inicial (Tempo 1) caracterizando a paisagem, a configuração espacial e dinâmica social do território usado no quilombola. A “psicosfera” produzida pelo PIL a partir do contexto de seu lançamento e, por fim, verificar as transformações na organização e na produção do espaço que afetaram a dinâmica do lugar (Tempo 2), no qual o lugar sofreu a

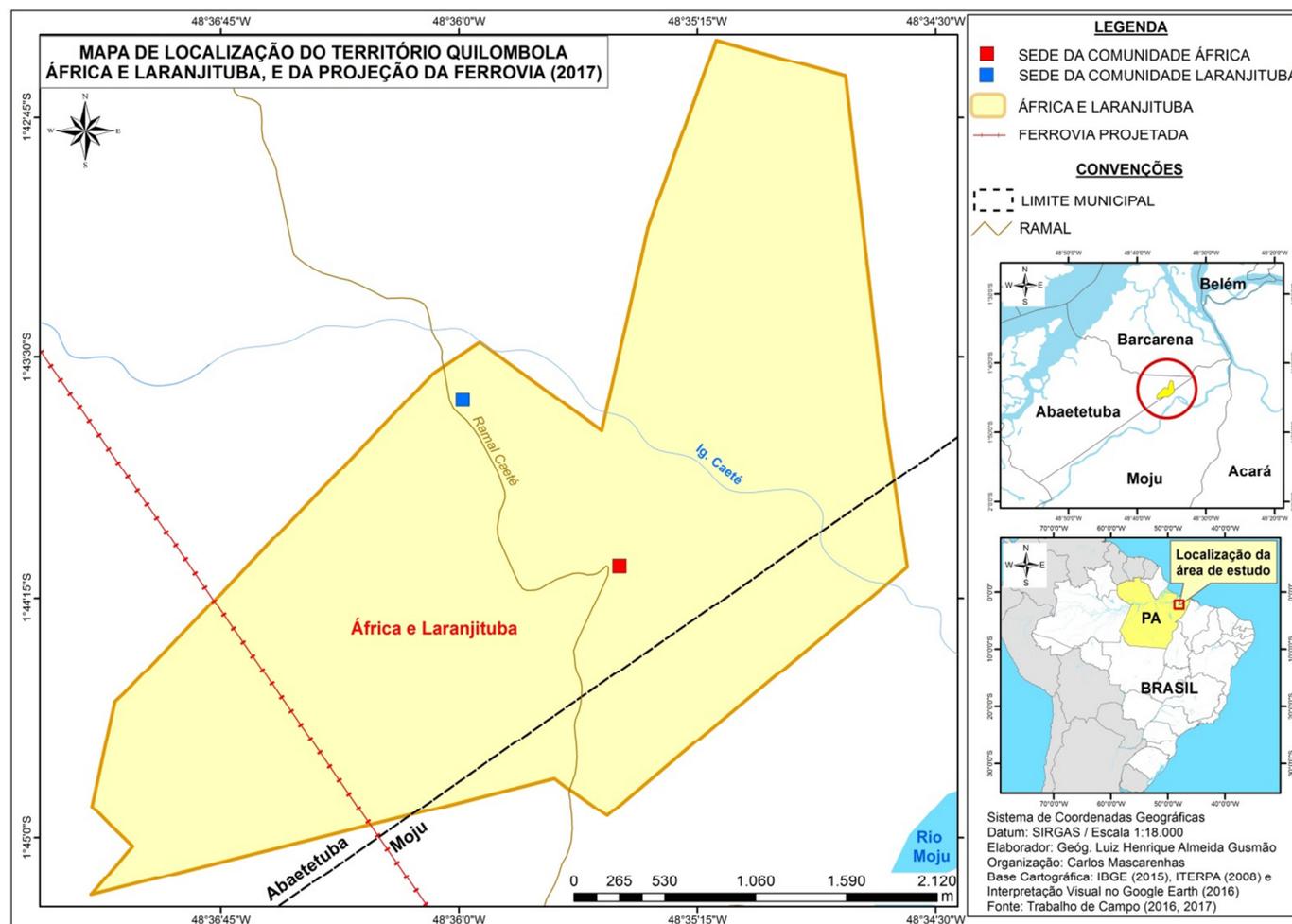


Figura 01- Mapa do Território Quilombola de África e Laranjituba e Projeção da Ferrovia.

Fonte: Organizado pelos autores, Out/2016. Pesquisa de campo.

interferência da política oficial e mostrou sua capacidade de se reorganizar. Tempo 1 – “psicosfera” – Tempo 2 integram um conjunto de variáveis que sustentam a ideia estruturadora da pesquisa.

A pesquisa empreendida foi balizada por referenciais teóricos constituídos a partir do diálogo entre vários autores que meditam sobre a teoria da produção do espaço, o que levou a buscar nos pressupostos do pensamento de Sartre (2012) embasamento teórico para analisar o espaço enquanto produção, conjunto de possibilidades, num diálogo entre Geografia e Filosofia. Ele afirma que a “existência precede a essência” (SARTRE, 2012, p. 23), isto é, o homem não pode ser definido de forma apriorística, ele se define posteriormente. Isso afastando as perspectivas deterministas e coloca o ser humano como foco da reflexão, sendo que é a partir da existência do ser que se pode entender o espaço, isso porque não há existência do ser no mundo fora do espaço, o homem produz o seu espaço.

É nesse sentido que falar de existência é falar de ação, de relação e de espaço socialmente produzido. Concordando com Sartre (2012), se a existência do ser precede sua essência, o espaço produzido não pode ser um dado, um *a priori*, tal como os planejadores governamentais o concebem. Para Sartre (2012), a essência do homem é não ter essência, é algo que ele próprio constrói, ou seja, a História. Nenhum ser humano nasce pronto, tampouco o espaço está pronto e acabado.

Buscou-se também trilhar o caminho da pesquisa com base na proposta analítica de Santos (2009) que elege o espaço como objeto de sua reflexão e o cerne de seu raciocínio se aproxima de Lefebvre (2013) e Sartre (2012) ao considerar o espaço como conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações. Outra categoria de análise fundamental é “território usado que leva em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (SANTOS, 2013, p. 247), base desse estudo para a compreensão dos diferentes usos do território, das lógicas que presidem as intencionalidades das populações quilombolas, do Estado e das distintas frações do capital na Amazônia.

Ainda concordando com Santos (2014b, p. 103), preocupa-se apreender tempo e espaço a partir de uma “situação geográfica” que envolve a relação dialética entre objetos e ações, realizando-se em determinado lugar. Entender o espaço enquanto manifestação da existência e do vivido, sendo ele palco, produto e condição para vários tipos de tempos é fundamental para compreender a interferência de uma política concebida no vivido quilombola e como este reage a tal intervenção.

“Tecnoesfera” e “Psicosfera” (SANTOS, 2009) também integram o sistema conceitual da análise. O primeiro

se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese (SANTOS, p. 256).

O segundo “reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário” (SANTOS, 2009, p. 256). Tecnoesfera ajuda a compreender a modernização em curso na Amazônia na forma de projetos implantados e suas respectivas lógicas, bem como Psicosfera ajuda a iluminar as ideias, os discursos e as proposições da política na organização espacial amazônica e seus efeitos no território. Isso afeta as populações locais, cujas tradições “podem ser alteradas ou transformadas de maneira bastante repentina” (GIDDENS, 2007, p. 51).

A partir desta proposta analítica, busca-se abordar o objeto da pesquisa utilizando categorias que dialoguem com a produção do espaço, tais como “situação geográfica”, “território usado”, “tecnoesfera” e “psicosfera”. Almeja-se não apenas definir e/ou delimitar categorias, mas, também, compreender como estão indissociavelmente relacionadas. Neste sentido, as categorias aqui utilizadas vinculam-se, sobretudo, ao pensamento crítico de Santos (2009), subsidiada por teóricos como Sartre (2012) e Lefebvre (2013) e outros.

Concordando com os autores, acredita-se que essas categorias de análise são úteis no estudo empírico da pesquisa. Por isso, optou-se por privilegiar a leitura desses teóricos e as categorias com que trabalham, buscando mostrar como elas dialogam com a pesquisa e como elas podem ser operacionais.

OBJETIVO GERAL

Compreender a produção do espaço face à “psicosfera” gerada pela possibilidade de construção da ferrovia e seu rebatimento na organização do espaço vivido das comunidades do quilombo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Mostrar como o espaço vivido era produzido e organizado pelas comunidades do quilombo de África e Laranjituba antes da interferência da “psicosfera” produzida pela política concebida.
- Demonstrar a “psicosfera” a partir do Programa de Investimento em Logística (PIL), particularmente a Ferrovia Açailândia (MA)-Barcarena (PA).
- Mostrar a força do lugar a partir de estratégias de resistência frente às interferências da “psicosfera” e seu o rebatimento na organização e produção do espaço.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa precisa dos suportes metodológicos que possibilitem realizar tal investigação. Para tanto, elegemos dois modelos para encaminharmos a pesquisa: a metodologia analítica e a metodologia operacional.

Metodologia Analítica

Como modelo analítico da pesquisa baseado em Santos (2014b), a metodologia analítica está estruturada da seguinte forma:

- Concebe-se uma situação geográfica inicial dentro da dinâmica espaço-temporal 1, onde existe uma situação geográfica formada pela paisagem, configuração territorial e dinâmica social das comunidades rurais do quilombo de África e Laranjituba, destacando atores, ações e processos na composição da “psicosfera”.

- A concepção de uma política pública para a Amazônia – Programa de Investimento em Logística (PIL) –, particularmente a iminência da implantação da Ferrovia Açailândia (MA)-Barcarena (PA), tendo como fundamento a ideia de espaço areal, sendo a produção da “psicoesfera” pelo PIL um conjunto de valores modernos que interferem na dinâmica territorial quilombola e pavimentam o caminho para a implantação de sistemas técnicos invasores.

- Uma situação geográfica dentro da dinâmica espaço-temporal 2, no âmbito da qual o lugar é afetado pela “psicosfera” e reorganiza a sua existência espacial por meio de estratégias de ampliação de roças, de açazais e de quintais produtivos, isto é, uso do território pelas comunidades do quilombo que se funda no uso comum dos seus recurso, conforme sintetizado na figura 02.



Figura 02 – Modelo de Metodologia Analítica

Fonte: NAHUM, 2016. Organizado pelo autor.

Metodologia Operacional

A estruturação da pesquisa operacional trouxe as etapas de construção do trabalho de campo para mostrar os dados sobre as duas comunidades que formam o quilombo. Os dados de campo foram coletados utilizando como técnicas a entrevista e o formulário com perguntas semiestruturadas (anexo I) sobre nível de escolaridade, atividades produtivas, Bolsa Família, habitação, saúde, percepção sobre a ferrovia e discussão a respeito das formas de organização da existência frente aos processos.

O grande objetivo foi identificar em cada relato elementos que caracterizassem o espaço vivido do lugar, a percepção da influência da “psicoesfera” sobre o lugar e as estratégias de reorganização territorial. Para isso, optou-se por uma pesquisa participativa que permitiu o envolvimento do pesquisador com o cotidiano das comunidades, sem o que não seria possível conhecer em profundidade dados da experiência vivida das comunidades com seu espaço.

Essa opção de trabalho participando das atividades do dia a dia com as comunidades permitiu acompanhá-las durante 11 dias nas seguintes datas: 21/08/2016, 07/09/2016, 15/10/2016, 20/10/2016, 21/10/2016, 22/10/2016, 27/10/2016, 12/11/2016, 11/06/2017, 15/11/2017 e 09/12/2017. Durante esse período de coleta de dados foi possível entrevistar 72 moradores, o número de famílias do quilombo, que passou a ser o universo da pesquisa, e ainda identificar um total de 193 habitantes, distribuídos espacialmente da seguinte forma: 82

em África e 111 em Laranjituba. Todos tiveram suas identidades mantidas em sigilo, sendo identificados por entrevistados 1 até 72. Isso porque não autorizaram a divulgação de seus nomes.

As etapas que compuseram o processo de elaboração e execução da pesquisa foram os seguintes:

1^a) no trabalho de campo realizado nos dias 21/08/2016, 07/09/2016 e 15/10/2016 a coleta de dados centrou-se nas visitas às residências dos entrevistados.

2^a) nos dias 20/10/2016, 21/10/2016 e 22/10/2016, além das residências, o trabalho de campo incluiu participação em reuniões para discutir e propor ações sobre a ferrovia;

3^a) em três dias de trabalho de campo, 27/10/2016, 12/11/2016, 11/06/2017 continuou a visita às residências, a participação em reuniões, agora incluindo visita aos terrenos onde se encontram as roças e açaçais.

4^a) nos dias 15/11/2017 e 09/12/2017, visita às residências e a agora aos quintais produtivos.

Na fase de pós-trabalho de campo, os dados recolhidos foram organizados e agrupados em tabelas e gráficos proporcionando um diagnóstico espacial que permitiu identificar que 90% dos entrevistados possui baixa escolaridade, 48% possuem roças com duas tarefas e renda de R\$ 209,39 por mês, 71% não são beneficiados com Bolsa Família, 83% ganham menos de um salário mínimo, 78% habitam em casas de madeira, não há posto de saúde no quilombo e nem saneamento básico. Os resultados obtidos na sistematização dos dados mostram o lugar antes da interferência da “psicoesfera” gerada pela política concebida.

Os dados também permitiram a representação dos resultados em mapas e em uma cartografia participativa. O croqui mostra o esforço dos quilombolas em identificar os usos dos recursos do território, os mapas ajudam a entender a força do lugar por meio de estratégias de resistência territorial materializadas em uso das roças, açaçais e quintais produtivos entre 2016 e 2017 a partir da interferência dos valores modernos trazidos pela “psicoesfera”, isto é, as modificações na organização e produção do espaço.

Neste sentido, a proposta metodológica foi construída a partir das orientações do professor Dr. João Santos Nahum, o que permitiu subsidiar a pesquisa e caracterizá-la como qualitativo-quantitativa, possibilitando também aumentar o nível de detalhes, fundamental para o entendimento dos processos espaço-temporais. A dissertação, então, ficou estruturada em três capítulos. A introdução, na qual o objeto de estudos no interior de um campo de pesquisas é apresentado, a abordagem a partir da teoria da produção do espaço de Lefebvre (2013), os objetivos e a metodologia baseada na proposição de Santos (2009).

O primeiro capítulo denominado de “*O território Quilombola de África e Laranjituba*” mostra as vozes e as práticas dos sujeitos que têm a percepção e a produção do espaço antes da interferência do Programa de Investimento em Logística (PIL), demonstrando a formação espacial, a identidade territorial e o “território usado” (SANTOS, 2013) pelos sujeitos, ressaltando a dinâmica do lugar, a sua importância para garantir a existência quilombola, bem como a delicada organização do lugar.

O segundo capítulo intitulado “*O programa de investimento em logística (PIL)*”, demonstra a presença de políticas públicas de caráter areal para a Amazônia, enfatizando a interferência desta última política concebida na produção e organização do espaço quilombola. Esse capítulo demonstra como as políticas governamentais no nível da “psicosfera” interferem na dinâmica espacial das populações, cujas tradições sofrem transformações na Amazônia, manipulando a sua existência ao se apropriar do espaço e desorganizá-lo.

O terceiro capítulo intitulado de “*A força do lugar: organização quilombolas a partir do uso do território.*” mostra as comunidades do quilombo mobilizando estratégias territoriais de reorganização de sua existência frente às interferências da “psicosfera” gerada pelo PIL e as transformações espaciais daí decorrentes. Destacam-se três estratégias que demonstram a força do lugar: a) a elaboração da cartografia participativa do território quilombola; b) intensificação do uso do território com base em práticas agroextrativistas nas roças e açaiçais; c) intensificação das práticas agroextrativistas nos quintais produtivos. A identificação desses elementos aponta perspectivas de compreender como a produção do espaço foi sendo organizada frente à “psicoesfera” produzida a partir da veiculação da possibilidade de implantação da ferrovia. São modificações manifestando-se na paisagem e na configuração territorial do quilombo que passaram a constituir uma melhor compreensão do território e o aperfeiçoamento do sistema de produção do lugar.

CAPÍTULO I – O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE ÁFRICA E LARANJITUBA

1.1. Chegando ao quilombo de África e Laranjituba.

Nas primeiras horas da manhã, mais precisamente às 5h, inicia-se a organização para um dia de pesquisa de campo nas comunidades do quilombo de África e Laranjituba no município de Moju/Abaetetuba (PA). A partir do quilômetro oito da rodovia BR 316, numa das margens da rodovia, partiu-se de carro do município de Ananindeua (PA) num horário em

que o trânsito está tranquilo na rodovia, normalmente esse trecho é marcado por congestionamentos insuportáveis. Saindo da BR 316, o acesso é pela Rodovia Alça Viária (PA-238), já no município de Marituba (PA), ruma ao quilombo numa viagem agradável nas primeiras horas da manhã.

Alguns quilômetros depois, saindo de uma curva, já é possível avistar a primeira das três pontes que compõe o complexo da Alça Viária, a do Rio Guamá, “verdadeira prótese” inserida na paisagem (SANTOS, 2009, p.237). Este objeto funciona articulado a outros, formando um sistema técnico que traz um conteúdo de expansão do processo de integração capitalista da região, marcado por uma política governamental que carrega as bandeira do progresso e do desenvolvimento.

Trata-se de uma matriz discursiva que prima pela integração vista por meio de obras de engenharia de transporte, “sendo a motivação de uso dos sistemas técnicos são crescentemente estranhas às lógicas locais e, mesmo, nacionais” (SANTOS, 2009, p.237), integrando a região metropolitana de Belém ao leste, Sul e Sudeste do Estado do Pará, tendo em vista a circulação de mercadorias para o mercado internacional via porto de Vila do Conde no município de Barcarena (PA).

Após a primeira ponte, entramos na área do município do Acará (PA) e poucos minutos depois salta aos olhos a ponte sobre o rio Acará. Alias, desde o século XVIII, a bacia desse rio forma uma região de grande concentração de quilombos (SALES, 2015). A última das grandes pontes antes da chegar ao destino, sobre o rio Moju, impõe-se na paisagem, mas um observador atento não deixaria de notar que logo no início da referida ponte, mais precisamente na sua margem direita, eis que surge um pequeno cemitério.

No entanto, o que passa quase despercebido na paisagem, devido ao abandono e à ação do tempo, é a ruína do antigo engenho do Jaguarari entre o cemitério e o rio Moju, ainda na área do município do Acará. As paisagens dos rios Guamá, Acará, Moju, por exemplo, eram marcadas pela presença de inúmeros sítios e fazendas de cana-de-açúcar, algodão, mandioca, tabaco e também onde surgiram várias comunidades quilombolas (SALES, 2015).

Depois de percorrer alguns quilômetros, já na área do município do Moju, uma placa nos adverte da existência de uma pequena ponte sobre rio Guajará-una, marcando um território quilombola onde estão as comunidades de Cacoal e Espírito Santo. Logo em seguida, já na circunscrição do município de Abaetetuba (PA), no quilômetro 68 da Alça Viária, avistamos a esquerda uma entrada sem nenhuma placa de identificação, mas que é conhecida como ramal Caeté, via não pavimentada de acesso ao quilombo de África e Laranjituba.

Como foi ressaltado, muitos quilombos marcaram e ainda marcam a paisagem e não podia ser diferente que o ramal Caeté tivesse essa presença emblemática em sua paisagem. Logo na entrada do ramal, saindo da Alça, uma padaria e algumas residências manifestam-se na paisagem, mas logo à frente chama a atenção uma grande propriedade com um símbolo do judaísmo no muro, próximo ao portão de entrada.

Em seguida, aparecem na paisagem plantações de mandioca, dando pista do “gênero de vida” (SORRE, 2003) dos moradores da primeira comunidade quilombola chamada São Jorge, depois vem surgindo a comunidade quilombola do Caeté cortada pelo igarapé de mesmo nome, onde aparece uma escola e uma igreja católica com o fundo voltado para o ramal e a frente para o rio, área conhecida como vila Caeté. Em seguida, seguiu-se por uma pequena ponte de madeira sobre o Rio Caeté e logo após adentrar na comunidade quilombola de Samaúma, cuja paisagem é marcada por uma plantação de cacau herdada do período colonial ainda.

Após percorrer oito quilômetros desde o início do ramal, passamos por outra pequena ponte de madeira sobre o igarapé do ferro e chegamos às comunidades do quilombo de África e Laranjituba. Logo na entrada de África, aparecem na paisagem casas de madeira, uma escola de ensino médio feita de alvenaria e uma placa indicando a presença de um barracão de madeira onde são fabricadas peças de artesanato. Depois de percorrer alguns metros, já era possível perceber a entrada de uma estrada de chão batido com uma placa indicando a entrada para a comunidade quilombola de Moju-Miri. Logo depois, já é possível avistar casas de madeira, uma escola de ensino fundamental de 1ª a 4ª série de alvenaria, um salão e uma igreja católica de nome São Sebastião em Laranjituba.

O relato da experiência até chegar às comunidades do quilombo nos permitiu tomar contato com diferentes elementos da paisagem nos dando pistas da configuração espacial e da dinâmica social do lugar. Muito ainda é necessário percorrer agora no plano das ideias que leve a apreender o “território usado” pelos gêneros de vida (SOREE, 2003) e as condições territoriais de existência a partir das políticas públicas de titulação, saúde, habitação e educação do quilombo.

1.2. O território usado em África e Laranjituba: vozes e práticas dos sujeitos que têm a percepção do lugar.

O território e o lugar integram a dinâmica do espaço. Mostrar a produção social do território e do lugar como espaço vivido, como a maneira das comunidades do quilombo usar

o território, é desvelar como elas existem sob uma forma concreta de organização espacial, modificando a paisagem e a dinâmica social do lugar.

Traz igualmente o protagonismo dos sujeitos e ressalta a compreensão da relação sociedade-natureza. Para isso, é importante capturar a dinâmica dessa realidade – formação territorial, educação, atividades econômicas, Bolsa Família, habitação, saúde (abastecimento de água, energia elétrica e destino do lixo) – por meio de uma formulação teórica, isto é, abordados à luz das categorias analíticas “território usado” (SANTOS, 2013) e “lugar” (SANTOS, 2009), um ponto de partida para compreender a totalidade.

O “território quilombola do Caeté”, onde hoje se encontra o quilombo de África e Laranjituba pertencia, segundo Magno Nascimento, coordenador do Projeto Filhos do Quilombo¹, ao grande proprietário conhecido na época como Raimundo Barata, ligado ao governo colonial português. Sua fonte de poder e riqueza foi edificada a partir da extração de madeira e produção de cacau. Essa produção social do espaço permitiu reproduzir a estrutura fundiária privatizada por meio da concentração de terras resultado do processo de concessões e privilégios a determinados grupos sociais

Ele se deslocava até Belém para adquirir escravos. Comprava poucos homens e muitas mulheres num local afastado chamado Fazenda. Esse local não tinha finalidade de produzir cacau, nem criar gado, mas garantir a geração de homens para serem criados e escravizados.

Para isso, ainda segundo Magno, comprava apenas dois ou três homens devido ao preço elevado e vinte mulheres cujo preço era bem mais em conta, sendo que os homens tinham que engravidar essas mulheres para gerar futuros escravos. Caso os escravizados se recusasse a exercer a função de reprodutores, eram cruelmente castigados. Em decorrência disso, houve uma revolta dos escravizados e o proprietário das terras foi assassinado. A partir daí tem início o processo de formação das comunidades quilombolas de África e Laranjituba, São Jorge, Caeté, Samaúma e Moju-Miri.

Duas escolas figuram como formas espaciais no quilombo e seus conteúdos encontram-se em permanente disputa pelos sujeitos que organizam o lugar. Esse ponto é muito importante para o conjunto da pesquisa a partir do lugar e vai ocupar a análise do próximo tópico.

1.2.1. Educação: formas espaciais e seu conteúdo em disputa no território.

¹ Projeto sociocultural iniciado em 2008. Para saber mais consulte <http://quilomboafriacelaranjituba.blogspot.com.br/2011/02/associacao-quilombola-do-baixo-caete.html>.

A educação é um aspecto importante do lugar. Acredita-se que relações sociais são sempre espaciais e existem a partir da construção de certas espacialidades, por isso duas escolas ajudam a compor a configuração espacial do lugar. Há uma escola de alvenaria em África, onde funciona o ensino médio modular nos três turnos mantida pelo Estado e, em Laranjituba, existe uma escola de alvenaria que oferece o ensino fundamental mantida pelo município de Moju.

O uso da escola como uma forma do espaço social se expressa por meio de disputas. De um lado, os sujeitos do lugar lutando por usos que deem suporte à elevação do nível de escolaridade dos quilombolas e, de outro, o aparelho estatal menosprezando a importância para as comunidades e fazendo uso dessa condição espacial precária para facilitar a penetração de valores modernos via “psicosfera” (SANTOS, 2009), uma estratégia para maior alienação do lugar.

Concordando com o pensamento de Althusser (1970, p.21), acredita-se que se ensina na escola “regras da moral, da consciência cívica e profissional, o que significa exatamente regras de respeito pela divisão social-técnica do trabalho, pelas regras da ordem estabelecida pela dominação de classe”. Isso é destacado no discurso do entrevistado 1:

Eu acho que o que eles trabalham na sala não tem nada a ver com a comunidade, a maioria não tem nada a ver com a comunidade, tipo assim, essa coisa de espanhol, tudo bem que é uma coisa importante, mas eu acho desnecessário, porque não botam uma aula de cultura aqui na escola, porque aqui é uma comunidade afro-brasileira, então tem que estudar a cultura daqui, muitos são nascido e criado, mas não sabem, então uma aula assim cultural seria muito bom (Entrevistado 1 – entrevista realizada em 21/08/2016).

O aparelho estatal segue desmontando a forma espacial escola e reforçando o seu uso para um conteúdo opressor e mercadológico, o que leva a concordar com Althusser (1970, p. 22) quando afirma que a “escola (mas também outras instituições de Estado como a Igreja ou outros aparelhos como o Exército) ensinam ‘saberes práticos’ mas em moldes que asseguram a sujeição à ideologia dominante”. Acrescenta-se que esse tipo de educação direciona o indivíduo a ter uma formação precária para lançá-lo no mercado de trabalho competitivo e transformá-lo em mercadoria, sendo que essa ideia é motivo de preocupação do entrevistado 2:

Muitos professores deixam pela metade o conteúdo e depois tem que repor as aulas porque não terminam não. Eu vou estudar nesse colégio e eu tenho sobrinhos aqui e eu que venho em reunião, eu tenho dois sobrinhos que estão fazendo a 8ª série, não tem o fundamental maior onde eu tô matriculada, mas ainda não começou. Eles sempre começam o conteúdo e nunca terminam e isso atrapalha muito, deixa

a desejar e, vamos supor, o aluno começa do início do ano, aí dois, três meses o professor vai, fica dois, três meses parado pra repor outro professor, quer dizer esses dois, três meses parado é uma perda de tempo. É muito pro aluno (Entrevistado 2 – entrevista realizada em 21/08/2016).

As escolas enquanto formas espaciais reproduzem conteúdos dominantes e, com isso, reduzem a importância de todo o conhecimento que constitui a “identidade territorial” quilombola, isto é, aquela que “recorre a uma dimensão histórica, do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referência ‘condense’ a memória do grupo” (HAESBAERT, 1999, p. 180). Esta perspectiva de formação introduz, segundo Althusser (1970, p. 64), ‘saberes práticos’ envolvidos na ideologia dominante (o francês, o cálculo, a história, as ciências, a literatura), ou simplesmente, a ideologia dominante no estado puro (moral, instrução cívica, filosofia). Esse processo chama a atenção no relato do entrevistado 3:

Eu estudei matemática, física e química e não consegui ver o que elas tinham a ver com a comunidade onde eu vivo. Tem um conteúdo para cumprir, mas nem sempre o professor chega a dá tudo, fica pela metade. Eu repeti duas vezes a 5ª série. Eu vejo que os professores são razoáveis por todos esses problemas da escola e a qualidade da educação razoável também porque dá pra estudar, mas não é como a gente quer (Entrevistado 3 – entrevista realizada em 21/08/2016).

O relato questionou a prevalência do conteúdo dominante nas formas espaciais escolares e se mostrou insubmisso às normas dominantes que dificultam a incorporação de conteúdos locais de trabalho nas atividades agroextrativistas que ajudem a elevar o nível de escolaridade e reforcem a integração ao lugar. Isso remete à terceira hipótese de Lefebvre (2016, p.44), segundo a qual “o espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado”. Trata-se de uma estratégia espacial de dotar o lugar de formas cujos conteúdos reproduzam os valores dominantes para uma formação precária como força de trabalho.

As condições precárias do lugar pelas quais crianças, adolescentes, adultos e idosos passam dificultam a incorporação do trabalho exercido pelos membros das famílias nos conteúdos escolares. Esse trabalho, seja nas roças, seja na coleta do açaí, na casa, no quintal ou em alguma porção de área no seu entorno produz e organiza o espaço e é reivindicado pelas comunidades como conteúdo nas escolas, o que dialoga com a afirmação de Santos (2014, p. 31) “[...] o conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo [...]”.

Os efeitos da precarização do lugar que dificultam a inserção das atividades diárias na escola são apresentados na figura 03:

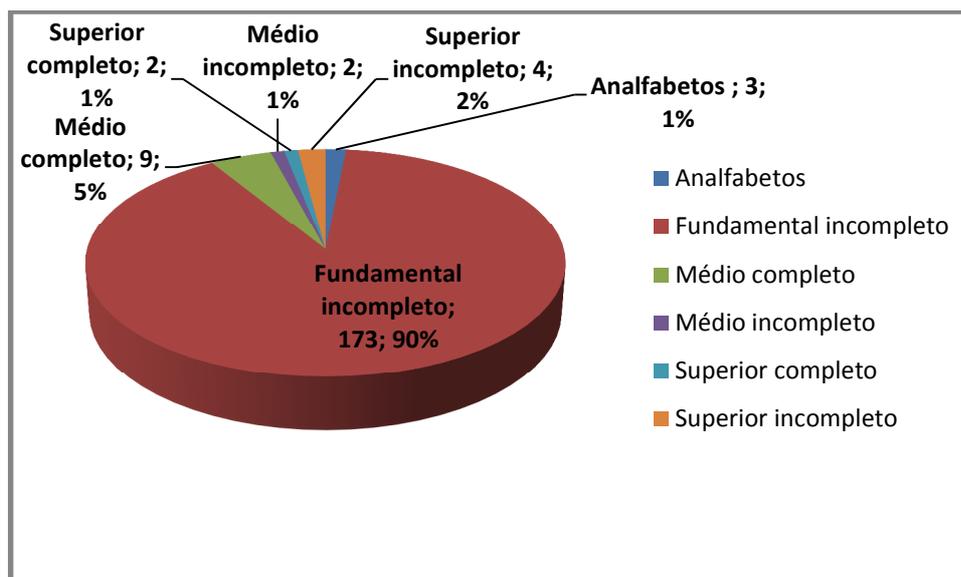


Figura 03 – Gráfico de Escolaridade em África e Laranjituba (2016)

Fonte: MASCARENHAS, 2016. Pesquisa de campo

Nota-se que os dados apresentados no gráfico demonstram fortes desigualdades acerca da realização educacional no lugar, pois se observa que embora haja uma baixa taxa de analfabetismo, apenas 3 pessoas (1%), há um elevado número de quilombolas com nível fundamental incompleto, 90% do total ou 173 com baixíssima escolaridade, o que dialoga com a afirmação de Althusser (1970, p. 65), ao enfatiza que:

Cada massa que fica pelo caminho está praticamente recheada da ideologia que convém ao papel que ela deve desempenhar na sociedade de classes: papel de explorado (com ‘consciência profissional’, ‘moral’, ‘cívica’, ‘nacional’ e apolítica altamente ‘desenvolvida’) (ALTHUSSER, 1970, p. 65).

Importa perceber também que ultrapassar as barreiras do ensino fundamental para o médio e deste para o superior se torna muito difícil, uma vez que os dados mostram uma taxa de 5% (9 moradores) e 1% (2 moradores) respectivamente que possuem ensino médio completo e incompleto. Essa experiência espacial demonstra uma trajetória marcada pela ofensiva de submissão do lugar às políticas concebidas para o mercado de trabalho, o que dialoga com o pensamento de Lefebvre (2016, p. 44), ao afirma que a “representação do espaço sempre serviria a uma estratégia, sendo ao mesmo tempo, abstrata e concreta, isto é, projetada”. Esse contexto espacial é ressaltado na fala do entrevistado 4:

Nossos alunos não tiveram acesso à educação como deve ser, tiveram que sair daqui pra sede da cidade. A gente sabe que é uma educação totalmente diferente que a gente tem na comunidade. Os professores que vieram pra cá se sentiam mal porque não tinham local pra ficar, pra gente foi uma luta muito dura, mas não vou dizer que

a gente parou, a gente tá por aqui (Entrevistado 4 – entrevista realizada em 21/08/2016).

Os contrastes entre educação básica e ensino superior se acentuam quando conseguem acessar instituições de ensino superior. Os quilombolas com nível superior completo representam uma taxa 1% (dois moradores) e com superior incompleto uma taxa de 2% (4 moradores). Esse contexto espacial de exclusão é confrontado por estratégias de valorização do saber local como conteúdo e sua inserção nas formas espaciais escolares, que dialoga com o que Santos e Silveira (2013, p.20) apontaram, “o território visto como unidade e diversidade”. Tal estratégia está presente no discurso do entrevistado 5:

Eu lancei um livro, são histórias quilombolas, eu fiz uma pesquisa muito grande sobre as comunidades tradicionais e isso enriquece tanto os meus alunos que são quilombolas quanto a mim. A minha área é trabalhar quilombola e fica muito rico os meus trabalhos. Nós temos um aturá pedagógico, que é um trabalho meu e da professora do Jambuaçu. É uma cartilha. Eu me formei junto com ela e nós dois fizemos aquele projeto (Entrevistado 5 – entrevista realizada em 21/08/2016).

Os desafios espaciais postos ao lugar encontram alternativas em projetos de escolarização na educação básica. As disputas no território pela condução da escola conformam um jogo de forças do espaço abstrato sobre o espaço vivido e vice-versa, que dialoga com o entendimento de Lefebvre (2013, p. 108), sobre o espaço abstrato, “esse espaço formal e quantificado nega as diferenças, as que provêm da natureza e do tempo (histórico), assim como as oriundas do corpo, idades, sexos, etnias”. O relato do entrevistado 6 envolve essas disputas:

Existe carência de professores na disciplina sociologia, de pessoal administrativo, diretor e vice-diretor, pedagogo, coordenador... Falta recurso pedagógico. Os livros que temos aqui são doações. Agora que veio um professor de sociologia que precisa repor as aulas e não sei como ele vai fazer isso. Eles vão resumir o máximo e ainda tem o pessoal do ano passado que precisam de reposição de aula, e aí mandamos o ofício para a Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC) pedindo os professores pra repor essas aulas. Aí a coordenadora já surgiu uma lei não sei das quantas dela lá que não é preciso, que os alunos não vão ficar prejudicados e vão receber mesmo assim o certificado, mas como se a pessoa não vai estudar aquela matéria, e aí? (Entrevistado 6 – entrevista realizada em 21/08/2016).

A política educacional é a expressão espacial do concebido, aquela relacionada à representação dominante do espaço abstrato que minimiza as lutas por uma educação que reconheça as especificidades do vivido quilombola, e é contra essa representação do espaço que a resistência se defronta, contra aquela “ligada ao saber quanto ao poder, só deixa uma lacuna nos espaços de representação, reduzidos a obras, imagens e memórias cujo conteúdo

(sensorial, sensual, sexual) é tão deslocado que aflora o simbolismo” (LEFEBVRE, 2013, p. 108). O entrevistado 7 sinaliza isso no seu relato:

A escola Bento Lima está sem aula mais de quatro meses, desde 30 de novembro de 2016. De manhã era o fundamental maior, mas quando passaram pra Abaetetuba ficou assim mesmo, sem aula. O ensino médio é a tarde pelo Sistema Organizado modular de Ensino (SOME), das três da tarde até seis. É um horário que a comunidade escolheu porque muita gente trabalha de manhã e não dá pra vim andando no sol quente e não tem transporte para vim à noite. Tinha transporte à noite, mas com o novo prefeito isso foi cortado, foi mais por questão política mesmo, ele aqui na comunidade não conseguiu o voto e aí mano, já viu. (Entrevistado 7 – entrevista realizada em 07/09/2016).

O espaço abstrato fragmenta e hierarquiza o lugar, tornado estrategicamente a educação precária ao reproduzir as desigualdades. Pode-se traçar uma linha de diálogo com a crítica de Lefebvre (2013, p. 109), quando afirma que “ele se constitui em espaço do poder, o que provoca eventualmente sua própria dissolução em razão de conflitos (contradições) que nele nascem”. É aí que o espaço vivido se confronta com as perspectivas dominantes, tal como se pode perceber no contraponto feito pelo entrevistado 8 ao argumentar que:

A escola Bento Lima na comunidade África não tem aula desde 30 de novembro de 2016. Eu já tinha ligado pra ele pedir outro professor que desse jeito, pra mim não dá. E aí ele veio com essa desculpa dele foi lá no Moju e a ela disse que não ia mandar mais professor pra aí, eu digo ela não vai, vai vê se ela não vai! Ela tá pensando que a gente tamo brincando, a gente já engoliu muito sapo, cobra, tudo mas agora a gente não engoli mais, agora agente vai pra cima (Entrevistado 8 – entrevista realizada em 21/08/2016).

As disputas pelas formas espaciais da escola e seus conteúdos se tornam mais agudos e são expressões das tensões entre o espaço percebido, concebido e vivido. Ideia de disputa que dialoga novamente com Lefebvre (2013, p. 109), para quem “o vivido se esmaga. O concebido o assalta”. Preencher essas formas com conteúdos específicos que permitam a progressão dos alunos é uma luta histórica travada pelas comunidades contra as manipulações dos planejadores do espaço, conforme se pode notar no relato do entrevistado 9:

A professora foi lá no Moju e disse pra eles, o professor não tá indo dá aula, mas ele ganha sete mil todo mês, mas eu digo, ele não vai ganhar porque a gente vai marcar os dias que ele veio e os dias que ele não veio e aí, o dia que ele não veio manda descontar. Eu digo pros alunos, o dia que não tiver aula, vocês marcam lá que eu vou marcar no meu caderno, eu vou botá valendo com esses professores (Entrevistado 9 – entrevista realizada em 07/09/2016).

Há uma intencionalidade para atravessar o lugar pela rede e torná-lo uma passagem, transformando também os sujeitos em força de trabalho, daí a valorização das formas

escolares e seus conteúdos dominantes. As disputas pelo domínio do lugar via educação se intensificam e podem lançar os quilombolas na exclusão a partir do anunciado arranjo espacial.

Outra preocupação, além das formas espaciais escolares, é com o uso do território a partir das atividades produtivas agroextrativistas e isso será objeto de investigação do próximo tópico.

1.2.2. Uso comum do território: atividades produtivas agroextrativistas

A reflexão está centrada no uso comum do território pelos quilombolas, importante meio para produzir e reproduzir as condições de existência. Busca-se identificar a dinâmica das formas de uso da fração do território no quilombo de acordo com as informações coletadas em trabalho de campo.

Os meios e o poder de intervenção técnica dos quilombolas sobre a natureza estão alicerçados em artefatos simples para atender as necessidades geográficas das comunidades de África e Laranjituba. Concordando com Santos (2009, p. 29), para quem “as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”, afirma-se também que ferramentas como machado, terçado ou facão, enxada, ferro de cova (cavador), pequenas carroças puxadas por animais de tração como búfalos, conhecimentos das ervas medicinais, o corte de madeira para fazer cascos de canoa e casas compõem um feixe de relações entre saberes e fazeres determinantes na organização do espaço, que podem ser identificados no relato do entrevistado 10:

A gente usa carro de boi pra trazer a mandioca, açaí e os produtos pra cá. Trabalho na roça de seis tarefa o tempo todo, um retiro que a gente usa, é uma casa onde tem um forno de barro pra fazer farinha, tem uma máquina pra cortar mandioca que a gente chama de caitutu (Entrevistado 10 – entrevista realizada em 07/09/2016).

Tais conhecimentos se traduzem também em técnicas de pesca, cultivo, extração, armazenamento e conservação de alimentos, construção de “retiros”², barracão de artesanato, pontes, pequenos portos, trapiche adaptados ao meio geográfico, bem como canoas para transportar pessoas e produtos; saberes e fazeres que dialogam com a afirmação de Santos (1998a, p. 18).

² São casas construídas pelos quilombolas onde se produz farinha.

[...] cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos. A cada constelação de recursos correspondia um modelo particular (SANTOS, 1998, p. 18).

Estas técnicas servem de base para a compreensão geográfica, um componente do território, como sugere Santos (2009, p. 38), “[...] é considerar a própria técnica como um meio”. Tem-se aí o lugar se configurando como a expressão da relação entre a técnica e o espaço no quilombo, muito presente no relato do entrevistado 11:

a gente usa a enxada e o facão pra fazê o preparo da roça, quebra o talo da mandioca e planta, serve pro o cultivo aqui. Daí espera dez mês e tá bom pra tira a raiz, é saber o tempo certo da colheita da mandioca (Entrevistado 11 – entrevista realizada em 07/09/2016).

O “uso do território” (SANTOS, 2009) é mediado pela técnica simples, conforme se pode notar no relato do entrevistado 12, “a gente usa muito o facão e o paneiro. Depois a gente tira a mandioca, leva no paneiro, deixa lá, descasca e lava, depois coloca no catitu pra moer” (Entrevistado 12 – entrevista realizada em 07/09/2016). Há técnicas informacionais inseridos no cotidiano do lugar como motosserras, automóveis, bombas-d’água e outras, mas não estabelecem uma ruptura com as especificidades produtivas do espaço vivido, sendo oportuno dialogar com a advertência de Santos (1998b, p. 5), “mas as técnicas nunca se deram, não se dão e jamais se darão de forma homogênea. Em toda a parte vamos encontrar técnicas as mais diversas e esta é a nossa sorte”.

A técnica simples como mediação principal da apropriação da natureza no lugar, envolve as formas espaciais roça e retiro. Elas se configuram como uma manifestação da ordem local e dão um caráter peculiar de arrumação ao espaço, ideia reforçada na fala do entrevistado 13:

pra prepará a farinha, a gente usa o forno à lenha, tradicional mesmo. A farinha, a pessoa não pode pará de mexer. O preparo demora uma hora e meia que é quando a farinha começa a dá estalo, é quando tá pra fica pronta aqui no retiro (Entrevistado 13 – entrevista realizada em 07/09/2016).

A roça e o retiro configuram “usos do território”, por isso, para Santos, (2014, p. 138), com o qual se concorda, “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. O tamanho das roças varia de uma até seis tarefas³ conforme o número de braços quilombolas para cultivar a terra com mandioca é a

³ Uma tarefa corresponde a 0,3 hectare.

forma de uso do território, que “compõem-se de uma configuração espacial onde estão os recursos que a comunidade deseja e pode explorar, em que os membros de um determinado grupo têm direitos, de forma estável, ao seu uso e controle dos recursos” (NAHUM, 2011, p. 92), tal como pode ser constatado no relato do entrevistado 14,

Essa nossa roça tem seis tarefa, essa área que a gente tem, quando a gente chegamos não tinha nada, era mata. Moram quatro lá em casa, dois adultos e duas crianças, na casa do meu irmão tem quatro também, dois adultos e duas crianças também. Vivemos principalmente do que é plantado na roça, mandioca, maxixe, banana, verdura. Aqui é mais produção de farinha pra venda e consumo, açaí é pra consumo (Entrevistado 14 – entrevista realizada em 15/10/2016).

Configuram-se estratégias espaciais que procuram fugir da situação histórico-geográfica de opressão promovida pela ocupação da Amazônia. Concordando com Silveira (2011, p.5) “o território constitui, através dos lugares, aquele quadro da vida social onde tudo é interdependente, levando também à fusão entre o local, o global invasor e o nacional que, na era da globalização, fica às vezes sem defesa”. A trama de relações que constitui o lugar, isto é, a interação homem-meio ecológico são bem delicadas, por isso as interferências externas podem abalar e até mesmo desintegrar o lugar.

Os dados da figura 04 mostram um perfil distributivo do tamanho das roças entre as famílias.

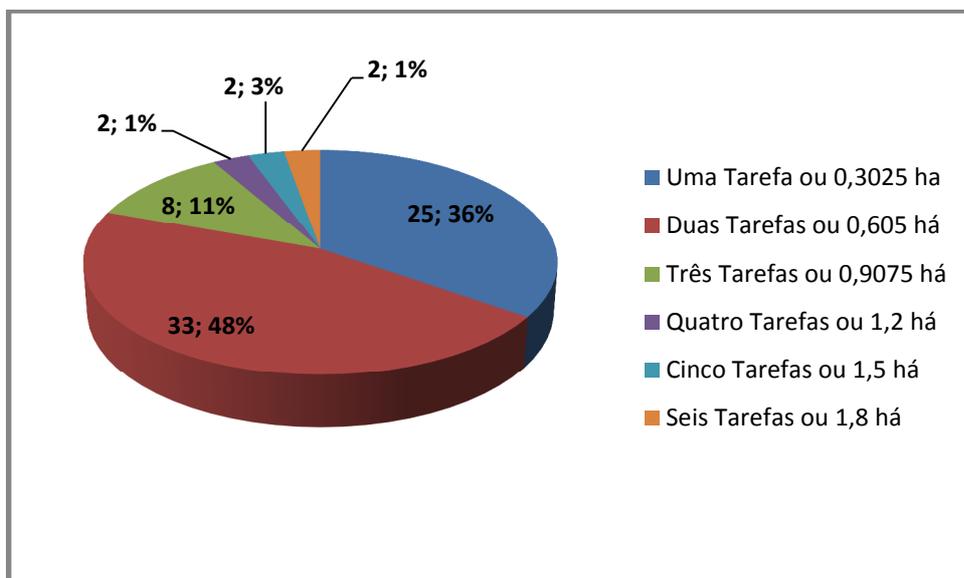


Figura 04 – Gráfico de Distribuição do Tamanho das Roças em África e Laranjituba (2016)

Fonte: MASCARENHAS, 2016. Pesquisa de campo

A figura 04 traz informações sobre o tamanho das roças e enfatiza o predomínio daquelas que possuem uma (0,3 ha) e duas (0,6 ha) tarefas, 25 famílias (36 %) e 33 famílias (48%) respectivamente, muito presente no discurso do entrevistado 15, “sempre trabalhei na minha roça perto de casa, essa roça é minha e tem duas tarefa, produzo farinha, planto lá a mandioca pra fazer farinha, pro consumo e pra vender e dá uns 200 reais” (Entrevistado 15 – entrevista realizada em 15/10/2016). As roças como formas espaciais jogam um papel importante na organização e no uso do território. Isso leva a concordar com Santos e Silveira (2013, p.19, **grifo do autor**) quando afirmam que é a “*territorialidade* como sinônimo de *pertencer a aquilo eu nos pertence...* esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado”.

As roças de dimensões maiores têm a função de dar conta de uma família mais numerosa e ampliar a renda para completar o consumo, como chama a atenção no relato do entrevistado 16, para quem “a nossa roça fica no centro com três tarefa, com plantio de arroz, milho, mandioca, pimenta de cheiro, maxixe, jerimum, quiabo. A gente vende por pacote a farinha, 30 quilos o pacote, 100 a 120 reais, dois pacotes de farinha por semana, dá 240 por mês” (Entrevistado 16 – entrevista realizada em 15/10/2016).

É uma ordem local presidida principalmente por relações de proximidade, tal como ressaltado no pensamento de Santos (2009, p. 339), com o qual se concorda, ao afirmar que “a ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade”.

Os dados da tabela 01 ajudam a perceber o movimento de uso do território por meio da produção das roças, reforçando uma configuração específica do lugar.

Tabela 01 – Renda por tarefa (ta) ou hectare (ha)/mês (R\$)

1 ta/0,3 ha	2 ta//0,6ha	3 ta//0,9ha	4 ta/1,2ha	5 ta/1,5ha	6 ta/1,8ha
Autoconsumo	R\$ 200	R\$ 250	R\$ 350	R\$ 350	R\$ 380
Autoconsumo	R\$ 200	R\$ 250	R\$ 300	R\$ 350	R\$ 380
Autoconsumo	R\$ 260	R\$ 250			
Autoconsumo	R\$ 200	R\$ 250			
Autoconsumo	R\$ 200	R\$ 240			
Autoconsumo	R\$ 200	R\$ 240			
Autoconsumo	R\$ 200	R\$ 240			
Autoconsumo	R\$ 240	R\$ 240			

Fizemo uma roça de mandioca e metemos os filhos de açaí por baixo, as ferramenta de facão, enxada pra prepará o terreno e manejá a planta, tirá a fruta do inajá, prepara a plantação de milho pros animais, a criação de galinha e espingarda pra caça de paca. A gente tira mais pro alimento mesmo, a roça de duas tarefa a gente tira pouco pra vender, dá 240 por mês (Entrevistado 17 – entrevista realizada em 15/10/2016).

O relato traz o uso produtivo do espaço a partir das roças que produzem alimentos e, com isso, intensificam as relações com seu espaço de produção, ajudando a compreender como organizam o espaço. Acredita-se que:

Quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, fornecendo conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor (SANTOS, 2009, p. 109).

O arranjo espacial em roças, conforme interpretação de Santos (1999, p. 18), com a qual também se concorda, é expressão de que “a sociedade não atua sobre a natureza em si. O entendimento dessa ação é o nosso trabalho e parte do valor que é dado àquele pedaço de natureza – valor atual ou valor futuro”. Essa é a vivência direta com o seu espaço e uma forma de manter a vinculação com o lugar.

As roças apresentam o seguinte desenho espacial: uma tarefa (25 famílias) visa atender o consumo familiar; duas tarefas (33 famílias) puxa pequeno excedente com rendimento médio de R\$ 209,39; três tarefas (8 famílias) traz uma reprodução da economia de pequenos excedentes que advêm do trabalho familiar com rendimento médio de R\$ 245; quatro tarefas (8 famílias) rendem em média R\$ 325; cinco tarefas (2 famílias) R\$ 350 e seis tarefas (2 famílias) R\$ 380. Os roçados exercem papel fundamental na alimentação familiar e dão o tom da configuração do uso do território por meio de “um conjunto de técnicas adaptativas do homem e do meio, no que comportam de elementos mentais e intelectuais” (SORRE, 2001, p. 140-141).

Trata-se de um território historicamente usado pelas duas pequenas comunidades do quilombo e que nos aproxima bastante da análise de Nahum e Santos (2015) sobre comunidades tradicionais na Amazônia, quando afirmam que:

Singularizavam-se por um modo de vida envolvido consigo mesmo, onde as relações sociais que lhes sustentam e estruturam eram predominantemente construídas no entorno, alicerçadas em unidades familiares que cultivavam, produziam, criavam e extraíam do território o necessário para a reprodução de suas vidas (NAHUM e SANTOS, 2015, p. 314).

Ao atuar sobre a natureza, os quilombolas transformam o espaço e o levam a uma arrumação em roças constitutivas de práticas tradicionais de manejo (limpeza e replantio, colheita e processamento) de mandioca, frutas como o açaí, legumes e a criação de pequenos animais (ver figura 05). Concordando com Nahum (2011, p. 92), a organização do território no quilombo “compõem-se de uma configuração espacial onde estão os recursos que a comunidade deseja e pode explorar, em que os membros de um determinado grupo têm direitos, de forma estável, ao seu uso e controle dos recursos”. Acrescenta-se que eles transformam o espaço em um arranjo de modestas redes de comercialização de produtos excedentes em feiras de Moju (PA) e em Abaetetuba (PA).

A extração e o manejo do açaí materializa uma das atividades de uso do território. Os caminhos e os igarapés que fazem a ligação até as casas ajudam a compor as conexões que dão suporte ao cultivo, à extração e ao consumo do açaí. São ações coletivas que ajudam a manter o controle dos recursos contra as interferências externas, conforme se pode notar o discurso do entrevistado 18:

A gente une dez agricultores, aqueles que tem mais afinidade, primo, irmão pra fazer o manejo de açazal com dez pessoas e durante o ano a gente faz o manejo de açazal, vai limpando tudinho. Aí, quando a gente tem vendas coletivas, aquele que tem o açazal maior, a gente se reúne 10 produtores e vai pra dois açazal só e arria todo açaí dele e aí vende e aí depois a gente une 4 ou 5 dos que tem menos açazal, aí esses que a gente foi ajudar vem ajudar a gente e é assim que a gente funciona aqui, a gente já tá batalhando (Entrevistado 18 – entrevista realizada em 15/10/2016).

Tem-se aí uma organização do espaço no quilombo regulada por técnicas e normas costumeiras de uso comum dos recursos do território. As técnicas e normas que presidem e estruturam o uso e o manejo dos recursos naturais vincula-se a relações familiares nas comunidades, o que dialoga com as considerações de Nahum e Ferreira (2015b):

Técnica e cultura são variáveis fundamentais no estudo do gênero de vida e devem ser compreendidas como integrantes de um sistema material e imaterial através do qual os seres humanos se relacionam com o meio e se reproduzem espacialmente (NAHUM e FERREIRA, 2015, p. 87).

Ganha destaque como as principais atividades agroextrativistas a mandioca e a coleta do açaí (ver figura 06) que se colocam como formas espaciais importantes na configuração do território, por isso, como ressalta Santos (2014, p.137), “é o uso do território, e não o território em si mesmo”. Configura-se o uso de uma fração do território na qual prevalece a produção comunitária, estratégia de fortalecimento contra usos exclusivamente externos, o que dialoga com a afirmação de Castro (1998, p.5), “o território é o espaço sobre o qual um certo grupo

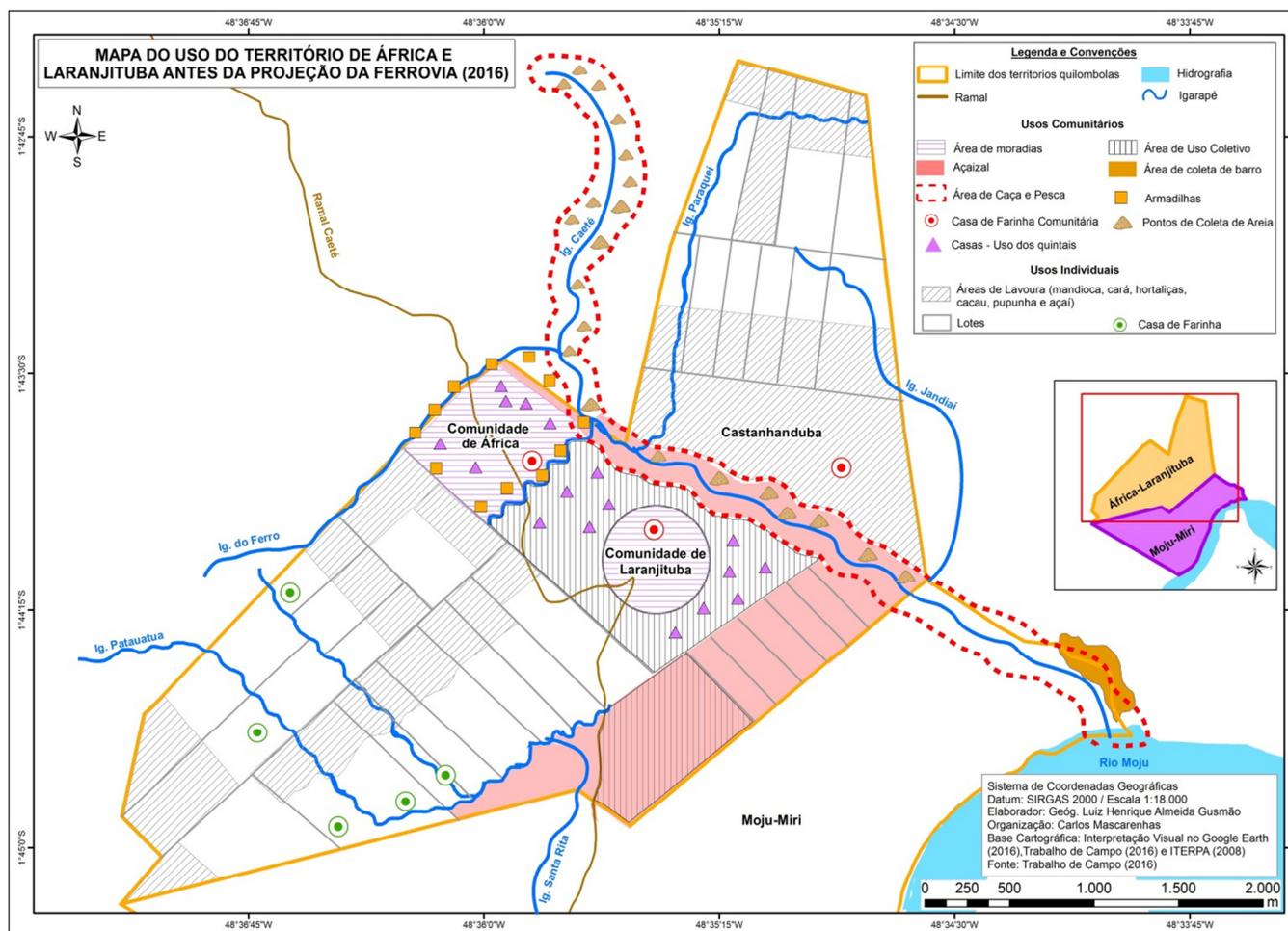


Figura 05 – Mapa de Uso do Território Quilombola de África e Laranjituba antes da Projeção da Ferrovia (2016).
 Fonte: Organizado pelos autores, Out/2016. Pesquisa de campo

garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo”.



Figura 06 – (1) Extração e preparo da mandioca; (2) Extração e preparo do açaí.

Fonte: MASCARENHAS, 2016. Pesquisa de campo.

Além de roças e açazais, a “configuração territorial” (SANTOS, 2009) é formada também por uma área comunitária de mata primária manejada e destinada à extração coletiva de madeira e à caça, conforme foi identificado no discurso do entrevistado 19:

no quilombo tem uma área comunitária, porque é a comunidade toda que participa e ajuda na caça e na extração da madeira pra trapiche pequeno, pra fazê a casa, pra fazê casco, pra fazê ponte. A criança participa bem cedo, acompanha o pai (Entrevistado 19 – entrevista realizada em 15/10/2016).

A área comunitária tornou-se uma grande necessidade, sobretudo a partir dos valores de mercado lançados pela “psicoesfera” sobre o lugar, sendo objeto de preocupação, pois as comunidades,

conservadas a mercê de históricas lutas de resistência diante da ofensiva destrutiva trazida pela divisão territorial do trabalho, obrigando-as a escolher entre sua incorporação subalterna a acumulação capitalista em escala mundial acelerada ou seu desaparecimento sumário como formas de relação societária ultrapassadas na história (NAHUM e FERREIRA, 2015, p. 93).

As atividades produtivas compõem um quadro espacial de uso do território que marcam a paisagem das comunidades do quilombo. Elas se apresentam como estratégias construídas por meio de relações de parentesco, vizinhança e trabalho de uso comum das formas espaciais, bastante peculiares e qualquer interferência de sujeitos externos que atuam em escalas distintas ou mesmo na mesma escala do quilombola podem atingir elementos da

configuração espacial como a produção, o consumo, a organização familiar, o meio ecológico e redefinir a ordem do lugar. Por isso, analisar-se-á no próximo tópico a política do Bolsa Família e sua interferência no lugar.

1.2.3. O Programa Bolsa Família e a lógica de produção do lugar

O Programa Bolsa Família (PBF) é uma política que busca interferir na dinâmica de produção do lugar. Por isso, é preciso chamar atenção para a importância de se pensar espacialmente essa política. Analisar-se-á aqui como ela interfere na lógica da produção do lugar, no sentido de verificar se ocorre diminuição do esforço dos quilombolas em usar parcelas do território para produzir alimentos em favor da renda proveniente do programa ou se ela interfere pouco e não compromete a dinâmica de produção do lugar.

A figura 07 traz informações sobre o PBF em África e Laranjituba. É importante notar as famílias quilombolas que participam do programa e a perspectiva de interferência do programa na produção e organização do lugar, isto é, os fatores relacionados ao dinheiro do programa e à organização do território.

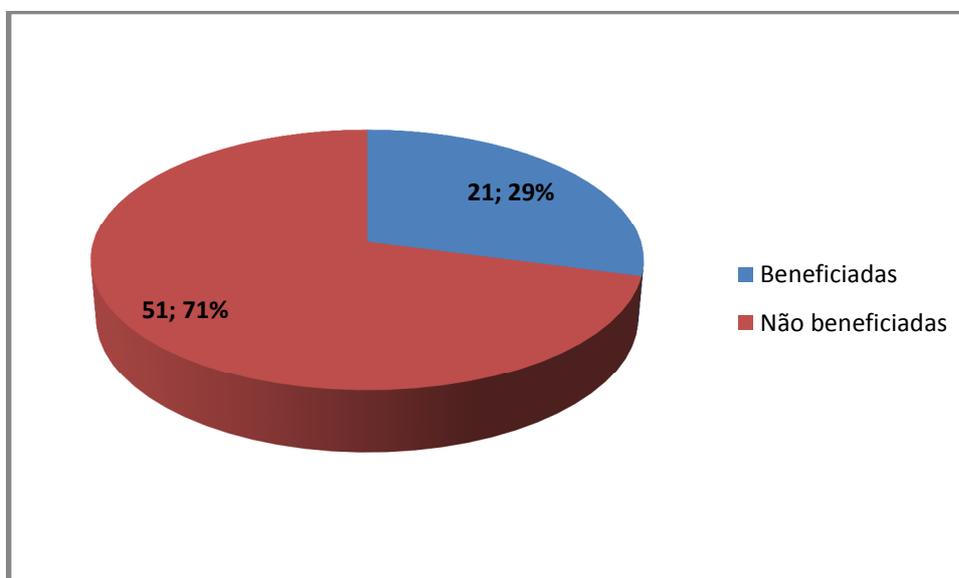


Figura 07 – Gráfico das Famílias Beneficiadas pelo Programa Bolsa Família em África e Laranjituba (2016)

Fonte: Mascarenhas, 2016. Pesquisa de campo.

Nos dados sobre o ingresso no PBF, observa-se que, apesar de alguns avanços no sentido de agregar 21 famílias (29% do total) no programa, não significou nenhuma vantagem

para a maioria, que corresponde a 51 (71% do total) e isso é realçado no relato do entrevistado 20:

O Bolsa Família que vem é coisa pouca, por mês vem 200 reais, tem gente que nem chega a isso e tem gente que nem tem. Eu continuo aqui com a minha roça, com meu açaí, com minhas frutas e assim eu vou levando” (Entrevistado 20 – entrevista realizada em 15/10/2016).

Com base nas entrevistas, acredita-se que o dinheiro do programa interfere no sentido de interpondo-se no lugar de forma supostamente despretensiosa, isto é, vai organizando as interações cotidianas das 21 famílias a ponto de incentivar o consumo e a circulação em vez da produção nas roças e a extração nos açazais, conforme adverte Santos (1999a, p. 9), “aparece a necessidade da regulação e o dinheiro começa sua trajetória como informação e como regulador”. Isso aparece no relato do entrevistado 21:

moram quatro, com os dois filhos que recebem bolsa família R\$ 170,00. Eu vejo assim, é pouco, mas se desse mais, dava pra gente tê mais condição, então eu acho que nessa questão assim está sendo bem pesado pra gente (Entrevistado 21 – entrevista realizada em 15/10/2016).

A interferência do PBF no cotidiano do lugar como ameaça de desestruturação das formas espaciais e seu conteúdo de uso comum do território é confrontada pelos 51 famílias que reforçam a autonomia alimentar no uso do território, uma vez que o plantio persiste em quantidade e qualidade, garantindo a manutenção de roçados de mandioca e outros gêneros na área, de acordo com o entrevistado 22:

Tenho duas filhas que recebem bolsa família e dá uns 200, é uma ajuda que completa a renda, vamos dizer assim, mas é nossa roça, nosso açazal que conta mesmo na hora do nosso sustento (Entrevistado 22 – entrevista realizada em 15/10/2016).

O uso comum do território no quilombo foi mantido e não levou ao esvaziamento do lugar pelo fenômeno da migração, sendo a realidade espacial do “gênero de vida” (SORRE, 2003) de África e Laranjituba preservada, o que pode ser confirmado quando o entrevistado 23 demonstra que:

Os meus dois filhos que recebem bolsa família de 200 dá pra compra outras coisa, só que essa nossa roça aqui com duas tarefa dá pra ganhá 240 por mês, então, dá mais que o benefício do governo e ainda tira pra alimentá (Entrevistado 23 – entrevista realizada em 15/10/2016).

A produção e comercialização dos cultivos agroextrativista e a política de geração de renda permitiram traçar um perfil de renda no quilombo. Os dados da figura 08 mostram esse perfil.

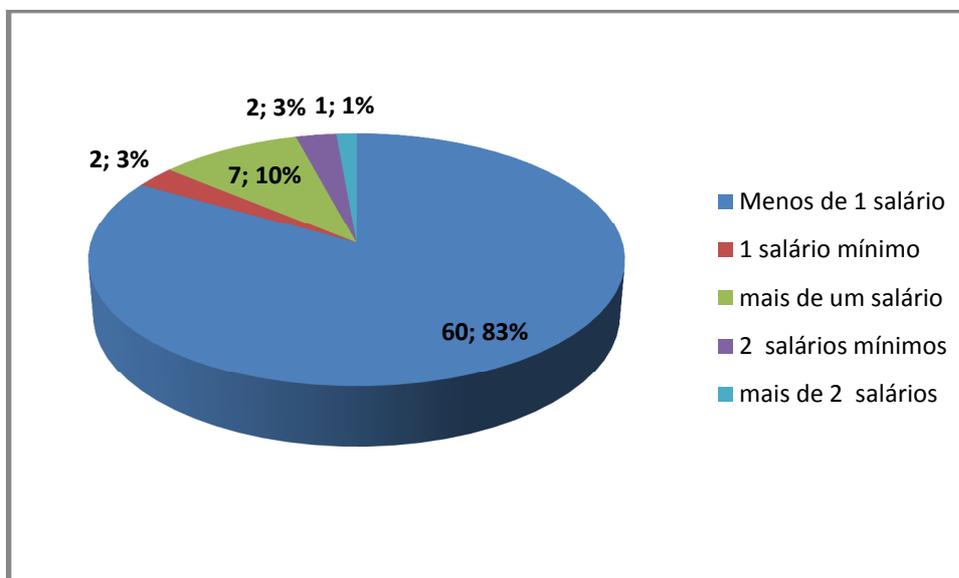


Figura 08 – Gráfico da Renda Familiar em África e Laranjitiba (2016)

Fonte: MASCARENHAS, 2016. Pesquisa de campo.

Os dados revelam que 60 famílias (83%) sobrevivem com menos de R\$ 880,00 mensais (um salário), sendo a política de transferência de renda insuficiente para modificar a organização produtiva do lugar, conforme avalia o entrevistado 24:

Aqui em casa são dois que recebe bolsa família e dá 170, não é o que a gente queria que fosse assim e sei que ajuda um pouco, mas do que a gente vive é da nossa terra, da nossa roça mesmo (Entrevistado 24 – entrevista realizada em 15/10/2016).

Dialogando com Santos (1999a, p.10), ainda que seja uma “zona de rarefação do dinheiro”, ressalta-se que a renda do programa se mostrou desprezível, entretanto é uma maneira de iniciar a desarrumação da configuração territorial da subsistência.

O dinheiro do programa não conseguiu exercer controle sobre a parcela do “território usado” no quilombo, tanto é que o entrevistado 25 repugna o recurso da política quando diz que:

Eu sou contra o bolsa família, eu nunca fui atrás e nem vou. Sou um dos membros do projeto desenvolvido para o fortalecimento da agricultura familiar e o carro-chefe desse projeto é a produção de açaí e veio o plano de uso da terra” (Entrevistado 25 – entrevista realizada em 15/10/2016).

Santos (1999a, p. 9), com o qual se concorda, dá enorme contribuição ao debate ao afirmar que” [...] o território assim delineado rege o dinheiro; o território era usado por uma sociedade localizada, assim como o dinheiro”.

Com relação ao recurso do programa, o entrevistado 26 relata que não provocou ruptura com as atividades no sentido das famílias se sentirem desestimuladas de produzir:

Temos roça no centro, duas tarefa, dá pra conseguir 200 por mês, mandioca pra fazer farinha, é mais pro o consumo. São 3 crianças que recebe bolsa família que dá tudo 200. O dinheiro, a gente sabe que não tirou a gente da roça e do nosso trabalho (Entrevistado 26 – entrevista realizada em 20/10/2016).

O dinheiro, para Santos (1999a, p. 13), “acarreta para o lugar uma existência sem autonomia”. Percebendo isso, é oportuno destaca que a intervenção do dinheiro do benefício no espaço das comunidades não induziu as famílias a deixar de produzir o que é delas no lugar e esta situação foi sentida pelo entrevistado 27, que diz

meus dois filho recebe e benefício do governo, dá assim uns 170 por mês, agora falta muito pra gente vivê disso, assim né, porque o que dá mesmo é nossa terra e todo mundo se criou assim” (Entrevistado 27 – entrevista realizada em 20/10/2016).

Dessa maneira, acredita-se que por detrás da suposta neutralidade do dinheiro do programa está envolvida uma intencionalidade de subordinar as pessoas e o lugar, inserindo-o aos poucos como referência de redefinição da lógica espacial pelo consumo de produtos externos, o que dialoga com a advertência de Santos (1999a, p. 12), “antes o território continha o dinheiro, regulado pelo território usado, enquanto hoje o conteúdo do território escapa a toda regulação interna. É o problema do Brasil atual”.

Ainda assim, reafirma-se o papel das formas espaciais produtivas do lugar como elementos do espaço que sustentam o consumo interno do grupo, quando o entrevistado percebeu que:

Os meus filhos recebem bolsa família e agente pega 170, mas do que a gente sobrevive mesmo é da roça que a gente tem com três tarefa, onde a gente planta mandioca pro alimento e também tira por semana 240 por mês” (Entrevistado 28 – entrevista realizada em 20/10/2016).

As formas espaciais produtivas estão vinculadas à habitação no quilombo. As casas também cumprem um papel muito importante na organização espacial. Sendo assim, é oportuno verificar o conteúdo espacial do lugar a partir das habitações. Esse ponto será desdobrado no tópico seguinte.

1.2.4. Habitação: estratégia de luta pela permanência no lugar.

A habitação em África e Laranjituba traz uma reflexão em torno do conteúdo espacial. Ela compõe uma das formas de luta pela permanência no lugar. São de pequeno porte, predominantemente de madeira como explicitado no relato da entrevistada 29:

Moro eu, meu companheiro e a minha filha numa casa de madeira, o telhado é de barro, o piso de madeira, banheiro é dentro de casa e de madeira e gente não deixa aqui acabá nosso costume de construir casas de madeira” (Entrevistado 29 – entrevista realizada em 20/10/2016).

Entende-se, assim como Santos (2009, p. 75), que “essas formas geográficas aparecem como uma condição da ação, meios de existência - e o agir humano deve, em um certo momento, levar em conta esses meios de existência”.

Para Santos (2009, p. 82), “existe um agir simbólico, que não é regulado por cálculo e compreende formas afetivas, emotivas, rituais, determinadas pelos modelos gerais de significação e de representação”. Dialogando com o autor, afirma-se que as habitações no quilombo são símbolos de luta pela territorialização, segundo o entrevistado 30:

São três, eu meu marido e meu filho. Moro numa casa de madeira. Aqui a gente faz no mutirão, ajeita ponte, ajeita barracão, constroi casa, é tudo na base no nosso costume, isso a gente sempre faz (Entrevistado 30 – entrevista realizada em 20/10/2016).

O entrevistado 31 relata sua relação de significação coletiva com a habitação e, conseqüentemente com o lugar, ressaltando o protagonismo da comunidade em participar da construção:

Tenho dois filhos, 15 e 13 anos, e minha mulher. Moro nessa casa de madeira que eu ajudei a construí. É uma coisa da gente mesmo, de participar da construção da nossa casa. Quem reclama que mora aqui? Num vejo” (Entrevistado 31 – entrevista realizada em 20/10/2016).

A habitação adquire uma importância significativa na organização espacial das comunidades no quilombo. Seu conteúdo social manifesta a luta pela permanência no lugar, podendo traçar uma linha de diálogo com Santos (1998a, p. 79), “é nestes espaços constituídos por formas não atualizadas que a economia não hegemônica e as classes sociais hegemônicas encontram as condições de sobrevivência”.

As comunidades vivem sob normas costumeiras de organização espacial que vão de uma dispersão das residências em África a uma certa concentração de casas em Laranjituba,

conforme avaliação do entrevistado 32, "na comunidade que a gente mora tem o nosso antepassado, pai, mãe, avô e avó. A família foi fazendo casa perto desse jeito porque a gente gosta de tá perto um do outro" (Entrevistado 32 – entrevista realizada em 21/10/2016). É uma maneira de construir uma perspectiva de permanência no lugar frente a qualquer interferência externa e consolidar um estilo próprio de habitação, o que estabelece um diálogo com a afirmação da autora:

São maneiras diversas de perceber, ao nível local, de representar e de agir sobre o território, concepções que subjazem às relações sociais. No caso de comunidades marcadas por identidades étnicas, representadas como o "outro", esses elementos ideológicos e políticos resultam incompreensíveis para o conhecimento técnico-econômico, pelos fortes traços de preconceito e estranhamento (CASTRO, 1998, p. 6).

Configurando uma forma de reprodução espacial peculiar, a estrutura da maior parte das residências é erguida de madeira, conforme mostra a figura 09.

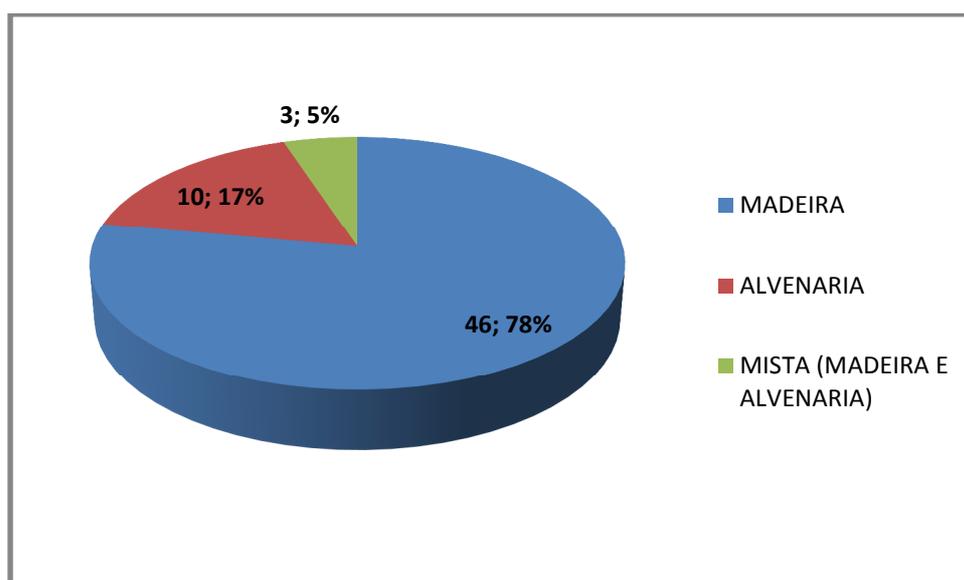


Figura 09 – Gráfico Tipo de Residência em África e Laranjitiba (2016)

Fonte: MASCARENHAS, 2016. Pesquisa de campo.

Os dados indicam 59 casas, sendo 46 (78%) de madeiras, fato ressaltado pelo entrevistado, “rapaz, a maior parte das casas é de madeira, eu continuo dizendo que quando a gente precisa comunicá a associação e tira madeira na área comunitária e faz nossa própria construção, ajuda muito, entendeu?” (Entrevistado 33 – entrevista realizada em 20/10/2016). O predomínio das casas de madeira revela um fator fundamental da espacialidade quilombola, os sujeitos marcam suas tradições ao manterem essas formas espaciais, reafirmando que “o

território compõe também o ‘ter’ de cada grupo social, por mais que a sua cartografia seja reticulada, sobreposta e/ou descontínua” (HAESBAERT, 1999, p. 186).

O vínculo das comunidades com as casas de madeira expressa uma territorialidade, caracterizando um posicionamento espacial de uso de uma fração do território, que aparece no relato do entrevistado 34, “são duas família morando nessa casa de madeira construída pela gente, eu, meu marido e dois filho, tenho minha irmã, meus sobrinho, minha mãe tudo aqui e daqui a gente não sai não” (Entrevistado 34 – entrevista realizada em 20/10/2016). É uma das 13 casas em situação de coabitação familiar. As casas de madeira são um mecanismo de territorialidade que, concordando com Lopes (2017, p. 201), “representa nessa perspectiva uma forma de interação espacial. As pessoas territorializam lugares e intenções e definem novos usos do espaço produzindo esse espaço à medida que interagem, que se relacionam”.

Além disso, as habitações permitem compreender algumas das dinâmicas espaciais que se manifestam nas comunidades, sobretudo vinculadas ao uso do território, presente no discurso do entrevistado 35, “no terreno da nossa casa tem planta pra remédio, tem fruta e criação dos nossos bicho. A bacaba e o inajá cai todo tempo e tem até mandioca. É área de nossa roça pequena” (Entrevistado 35 – entrevista realizada em 20/10/2016). Isso é bem próximo daquilo que Santos (2009, p. 236) apresenta, “a sociedade local era, ao mesmo tempo, criadora das técnicas utilizadas, comandante dos tempos sociais e dos limites de sua utilização”.

No relato entrevistado 36 há elementos que apontam a habitação articulada à dinâmica espaço-temporal do uso das roças, “no terreno de nossa casa tem roça. Eu levanto de manhã cedo, eu vou fazendo minha roça. Tiro a mandioca pra fazê beiju, fazê bolo, pra fazê farinha e aí a gente cuida da casa e da comida” (Entrevistado 36 – entrevista realizada em 20/10/2016). Além de ser residência, a habitação integra o espaço produtivo que se relaciona fortemente com a permanência no lugar, o que dialoga com a perspectiva de Cruz (2014, p. 40), para quem, “[...] é a busca pela autonomia política e econômico-produtiva, buscando por meio das mais diversas formas alternativas de produção, de economias solidárias, a construção de sua autonomia material e simbólica [...]”.

Dessa forma, a habitação está articulada a outros elementos da territorialidade ao dar suporte às atividades produtivas agroextrativistas - criação de pequenos animais, plantio de frutas, verduras e legumes –, mantendo sua existência frente às interferências que enfraquecem a lógica do local, presente no relato do entrevistado 37:

Tenho uma roça no terreno, produzo farinha pro consumo do mês. Peço sempre pro pessoal da associação me dizer o que tem mais de notícia dessa ferrovia. Então, o

melhó é usá o que a gente tem, o terreno da casa (Entrevistado 37 – entrevista realizada em 20/10/2016).

Pode-se afirmar que habitação manifesta a relação do indivíduo e de sua família com o lugar, por isso articula-se com a existência saudável. Assim, a habitação está diretamente vinculada à presença e ao uso das formas espaciais ligadas à saúde (atendimento médico e saneamento básico). Daí ser importante discorrer sobre a espacialização desse serviço. É o que será abordado no tópico seguinte.

1.2.5. Saúde: espacialização seletiva e uso residual do território

Analisando a distribuição espacial dos serviços de saúde nos municípios de Moju e Abaetetuba, nota-se uma lógica seletiva de uso do território por parte da gestão municipal. Dos 49 estabelecimentos de saúde em Abaetetuba e dos 19 em Moju⁴, nenhum está instalado no quilombo de África e Laranjituba, conforme demonstra o entrevistado 38 em seu discurso, “pra gente tê saúde aqui, só pelo Agente Comunitário de Saúde (ACS), mas demora muito vim. Tem que i pra cidade do Moju marcá consulta, é bem difícil mesmo. Tem hora que passamo muito aperto atrás de saúde” (Entrevistado 38 – entrevista realizada em 21/10/2016). Isso dialoga com a elaboração de Santos (1998a, p 127) para quem, “criam-se, assim, seletividades de uso e parece, também, possível, graças à unicidade das técnicas e à *incompletude* do período, antecipar lógicas de processos”.

O processo de espacialização dos serviços é residual e incompleto no quilombo quando se considera o serviço prestado pelas visitas técnicas do ACS, o que não está ausente no discurso do entrevistado 39, “a saúde aqui só o pessoal que chama de ACS e custa muito aparecer por aqui. Pra tê ideia, tem mais de mês que não vem aqui, até hoje não resolvero isso, tem que saí pra cidade mesmo” (Entrevistado 39 – entrevista realizada em 21/10/2016). Nesse aspecto, é oportuno dialogar com a afirmação de Lefebvre (1978, p. 271), para quem, “[...] o Estado não intervém de forma episódica e pontualmente, mas sem cessar, por diversos organismos e instituições consagradas à gestão e à produção do espaço”.

Ligado à saúde, o sistema de abastecimento de água constitui uma forma espacial que ajuda a compreensão do uso do território, pois representa uma conquistada em 2007 a partir do Programa Raízes e isto se apresenta quando o entrevistado 40 diz que:

⁴ Dados disponíveis em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/abaetetuba/panorama> e <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/moju/panorama> respectivamente. Acesso em 21.12.17.

O uso da água encanada da comunidade, do programa que a gente lutou pra vim pra cá pra comunidade toda, ainda tem que ser conquistado mais serviço aqui. A gente tá discutindo a nossa necessidade e o que vem pra cá é com muita luta” (Entrevistado 40 – entrevista realizada em 21/10/2016).

Isso dialoga com a perspectiva de Cruz (2014, p. 41), “[...] o território torna-se referência material e simbólica de vida, de identidade e de resistência para esses novos protagonistas na América Latina”. Concordando com o autor, acrescenta-se que no lugar organizam-se estratégias de ação conjunta para assegurar o uso de uma fração do território.

No entanto, nem todas as casas são atendidas pelo serviço, como se pode notar no relato do entrevistado 41, “não uso água encanada da comunidade, tenho poço aqui em casa, eu acho que o programa devia tê o compromisso com todas família daqui, mas não tem compromisso com a comunidade toda” (Entrevistado 41 – entrevista realizada em 21/10/2016). Configuram-se elementos da diferenciação geográficas dos serviços no lugar, conforme se pode perceber em Santos (2009, p. 125), para quem “as ações não se localizam de forma cega. Os homens também não. O mesmo se dá com as instituições e infraestruturas. É esse o próprio princípio da diferenciação entre lugares”. A figura 10 ilustra a distribuição do abastecimento.

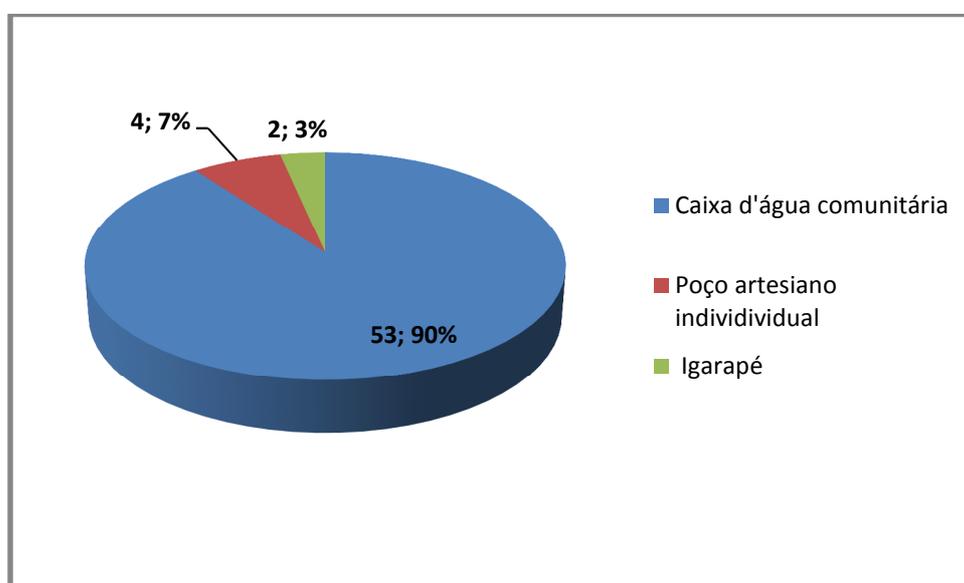


Figura 10 – Gráfico Abastecimento de água em África e Laranjituba (2016)

Fonte: MASCARENHAS, 2016. Pesquisa de campo

O uso do território está associado aos recursos hídricos em que, segundo os dados do gráfico, a distribuição de água no lugar atende a 54 residências (90% do total). No entanto,

para o entrevistado 42 a realização do serviço teria que atender a todos os quilombolas, “a gente queria que todo mundo tivesse água encanada, a gente sonha e luta, não atrapalha nenhum governo que tem boa intenção, tamo com a associação dos moradores, não tem que abri mão não” (Entrevistado 42 – entrevista realizada em 21/10/2016). Cruz (2014, p. 53) reafirma essa perspectiva, pois “trata-se de um processo de ressignificação política e cultural que esses grupos sociais vêm fazendo de sua experiência cultural e de sua forma de organização política”.

A política de coleta e tratamento de esgoto sanitário também integra um aspecto importante da saúde no lugar e aparece no discurso do entrevistado 43 que diz “a água que vem do esgoto cai na vala do quintal e muita gente tá sendo prejudicada sem tê pra onde jogá. Vai fica pió porque o prefeito que assumiu não faz nada pela saúde da comunidade” (Entrevistado 43 – entrevista realizada em 21/10/2016). A ausência desse serviço reforça a seletividade da espacialização da saúde, um elemento relevante da dinâmica de exclusão espacial, conforme adverte o autor:

A corporatização do território, com a destinação prioritária de recursos para atender às necessidades geográficas das grandes empresas, acaba por afetar toda a sociedade, já que desse modo a despesa pública ganha um perfil largamente desfavorável à solução de problemas sociais e locais (SANTOS, 2009, p. 336).

Nota-se que na figura 11 o destino do esgoto das residências é inadequado e não há tratamento.

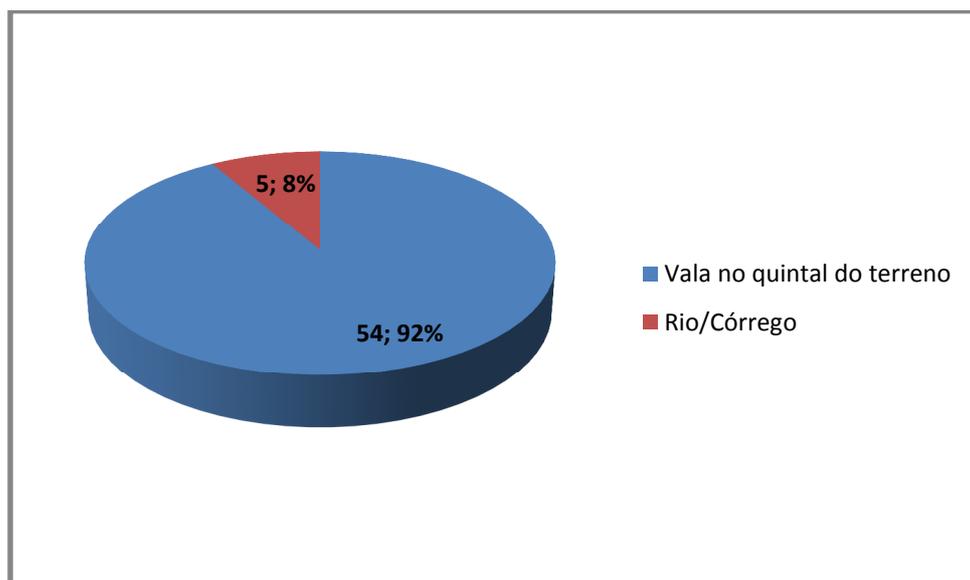


Figura 11 – Gráfico Destino do esgoto em África e Laranjituba (2016)

Fonte: MASCARENHAS, 2016. Pesquisa de campo

São 54 habitações (92% do total) que despejam o esgoto em uma vala no quintal do terreno e 5 (8%) no rio/córrego, comprometendo parte dos quintais usados na produção de alimentos, sendo possível observar essa ausência no discurso do entrevistado 44:

o esgoto cai mesmo na vala no quintal, não tem pra onde corrê, vem um aqui querendo voto, promete isso, promete aquilo e é aquilo que eu falo, a gente tem que fazer pela gente junto com a associação (Entrevistado 44 – entrevista realizada em 22/10/2016).

Reafirmando esse entendimento ao indicar a prioridade dos investimentos, ressalta que:

os novos objetos custam caro. Enquanto alguns atores, graças aos recursos públicos, encontram as condições de sua plena realização (fluidez, adequação às novas necessidades técnicas da produção), os demais, isto é, a maioria não tem resposta adequada para as suas necessidades essenciais. Há, desse modo, uma produção limitada de racionalidade, associada a uma produção ampla de escassez (SANTOS, 2009, p. 308).

Os quintais integram espaços de produção e reprodução do grupo no lugar, de estratégias de uso do território a partir da valorização de uma parcela do terreno das habitações, entendimento reforçado no discurso do entrevistado 45, “eu tenho produção no meu quintal, o que planto completa nosso alimento. Então, frutas tão dando aqui pra gente e também pimenta e quiabo. A gente cuida pra água do esgoto não atrapalhá” (Entrevistado 45 – entrevista realizada em 22/10/2016). Outra crítica importante também trazida pelo autor, com a qual se concorda, acerca da regulação dos investimentos públicos, ajuda a entender a ausência de serviço no lugar:

o campo modernizado é muito mais sujeito a um processo de regulação que é comandado pelas forças de mercado hegemônicas, deixando pouca margem às formas, mais precárias, de regulação local ou de regulação pelo poder público, não importa o seu nível (SANTOS, 1998a, p. 95).

O entrevistado 46 demonstra em seu discurso que:

Aqui a gente coloca o quintal pra funcionar, tem muito açaí, pé de goiaba, cupuaçuzero, mandioca, manjeriço, tudo dá pra comida, agora esse esgoto que cai pro quintal a gente procura desviar daqui (Entrevistado 46 – entrevista realizada em 22/10/2016).

A ausência do serviço de esgoto interfere na organização local do espaço, afetando o uso de uma fração do território. Isso demonstra que qualquer interferência, seja por omissão ou

ação de agentes externos, interfere na produção e organização do lugar. Esta perspectiva encontra correspondência na afirmação que Santos (2009, p. 285) desenvolve sobre a incorporação de vetores hegemônicos como fator desestruturante da organização espacial do lugar, “a incorporação desses nexos e normas externas têm um efeito desintegrador das solidariedades locais então vigentes, com a perda correlativa da capacidade de gestão da vida local”.

Conclusão do capítulo I

As considerações sobre o “território usado” no quilombo mostraram que a centralidade da vida comunitária está na produção agroextrativista como forma de produzir e organizar o lugar. Ela é a base de tudo nas comunidades, uma estratégia particular e coletiva de manter os usos do território. Para reforçar esse uso, organizaram-se e consolidaram a posse da terra por meio da titulação. Sendo assim, a territorialidade quilombola é constituída por uma forma de organização do espaço muito peculiar, cuja lógica e ritmos procuram existir, apesar da lógica dominante.

Por tudo isso, qualquer interferência externa, seja pela ação de políticas de Estado – como o Programa Nacional de Logística e Transporte (PNLT) e o Programa de Investimento em Logística (PIL) que serão apresentados no capítulo seguinte – ou mesmo da ausência delas, seja de empresas privadas pode comprometer profundamente o uso do território e desfazer a especificidade do lugar.

CAPÍTULO II – O PROGRAMA DE INVESTIMENTO EM LOGÍSTICA (PIL)

2.1. Introdução.

Propõe-se apresentar o Programa de Investimento em Logística (PIL) – subproduto do Programa Nacional de Logística e Transporte (PNLT) – focalizando a proposta de construção do trecho Açailândia (MA)-Barcarena (PA), o ultimo da Ferrovia Norte-sul (FNS), como integrante da “psicosfera” cuja finalidade é preparar o lugar para a implantação da “tecnosfera” (SANTOS, 1998a). Ambas as políticas estão alicerçadas na concepção de espaço areal – área subaproveitada que precisa de investimentos (NAHUM e SANTOS, 2015). Julgou-se necessário destacar alguns traços do PNLT e isso porque este programa lança as bases para o anúncio do PIL.

2.2. O Programa Nacional de Logística e Transporte (PNLT).

Enfatiza-se a perspectiva de espaço areal no Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) lançado em 2007 pelo Governo Federal. Refere-se à outra política de Estado cujo objetivo está centrado na retomada das atividades destinadas a orientar o planejamento das ações públicas e privadas no Setor dos Transportes, buscando definir estratégias e diretrizes que possam orientar as intervenções dos agentes públicos e privados envolvidos com o setor dos transportes.

O PNLT destina-se a atender as demandas políticas de integração, desenvolvimento e superação de desigualdades (BRASIL, 2012, p.1). Trata-se de um discurso que propõe um modelo único para a organização do território, conforme adverte a crítica de Santos (2011), para quem:

Consideramos, em primeiro lugar, a emergência de uma dupla tirania, a do dinheiro e a da informação, intimamente relacionadas. Ambas, juntas, fornecem as bases do sistema ideológico que legitima as ações mais características da época e, ao mesmo tempo, buscam conformar segundo um novo *ethos* as relações sociais e interpessoais, influenciando o caráter das pessoas (SANTOS, 2011, p. 37).

Esse programa é permeado por normas externas e o planejamento do Estado traz valores e vetores modernos ao território, “por isso que é um plano estratégico e indicativo de futuras demandas, associadas à evolução da economia nacional e na sua inserção em um mundo cada vez mais internacionalizado” (BRASIL, 2012, p.1). É importante destacar a crítica a esse discurso,

Vivemos em um mundo exigente de um discurso, necessário à inteligência das coisas e das ações. É um discurso dos objetos, indispensável ao seu uso, e um discurso das ações, indispensável à sua legitimação. Mas ambos esses discursos são, frequentemente, tão artificiais como as coisas que explicam e tão enviesados como as ações que ensejam (SANTOS, 1998, p. 20).

É fundamental para a análise identificar as intencionalidades hegemônicas contidas no programa que reforçam a perspectiva de espaço areal, uma vez que ela apresenta uma face perversa que aliena e hegemoniza os atores sociais do lugar. É um discurso muito presente no programa, já que:

Visa retomar de forma permanente o planejamento setorial de transportes, entendendo-o como um processo dinâmico e participativo, para subsidiar a tomada de decisões quanto às ações de políticas públicas e indicar a direção dos investimentos privados em transportes (BRASIL, 2012, p.1).

O discurso contido no programa pavimenta o caminho para a hegemonia das empresas, um poderoso instrumento de legitimação das suas ações territoriais, como identificado em Santos (1998, p. 34), ao afirmar que “[...] sem a aceleração contemporânea, a competitividade que permeia o discurso e a ação dos governos e das grandes empresas não seria possível [...]”

O programa anuncia a reestruturação do território, no contexto da globalização, conforme se pode verificar nesse discurso, “cabe mencionar que o núcleo central do PNLT encontra-se na definição de projetos a serem realizados nas várias modalidades de transporte ao longo da sua execução” (BRASIL, 2007, p.2). Essa política beneficia os empresários com medidas para melhorar as condições de fluidez do território, conforme se pode notar em Santos (2011, p. 66) “a instalação desses capitais globalizados supõe que o território se adapte às suas necessidades de fluidez, investindo pesadamente para alterar a geografia das regiões escolhidas”.

As medidas anunciadas no programa são amplamente utilizadas para incentivar as ações de controle nos territórios, associando Estado e empresas, como é apresentado nas preocupações a seguir do programa:

Ministério dos Transportes busca manter a adesão ao processo do PNLT das lideranças mais significativas do setor empresarial, de usuários e de trabalhadores. O Plano busca, assim, abranger toda a cadeia de atores sociais envolvidos com o setor de Transportes (BRASIL, 2007, p.2).

Criticando essa perspectiva hegemônica, Santos (2011, p. 83) chama a atenção para o fato de que “a fluidez potencial aparece no imaginário e na ideologia como se fosse um bem comum, uma fluidez para todos, quando, na verdade, apenas alguns agentes têm a possibilidade de utiliza-la, tornando-se, desse modo, os detentores efetivos da velocidade”. Isso se traduz em diferentes níveis de rentabilidade e de poder de organização do território, o que acentua e aprofunda as desigualdades espaciais.

Há uma crescente interpenetração entre interesses empresariais e ações do Estado mais voltadas para a eficácia da fluidez do território, apesar do discurso afirmar um benefício coletivo, conforme relatado no programa, “é um processo permanente de planejamento do setor de transporte que certamente trará benefícios ao sistema nacional de Logística e Transportes e, de forma ampliada, a toda a sociedade brasileira” (BRASIL, 2007, p.4).

Santos (2011, p. 86) resume muito bem a convergência de interesses entre esses dois agentes ao afirmar que:

Cada empresa hegemônica age sobre uma parcela do território. O território como um todo é objeto da ação de várias empresas, cada qual, conforme já vimos, preocupada com suas próprias metas e arrastando, a partir dessas metas, o comportamento do resto das empresas e instituições (SANTOS, 2011, p. 86).

Concordando com o pensamento do autor, afirma-se que o Estado ampliou enormemente a normatização do território via programa, o que ajuda a subalternizar os agentes para que não tenham oportunidade de poder participar da organização do território, cabendo esse papel ao empresário e ao Estado. Isso dialoga com a perspectiva crítica de Santos (1998, p. 46), ao destacar que “esses tempos hegemônicos são, de um modo geral, o tempo das grandes organizações e o tempo dos Estados”.

A associação entre Estado e empresa ocorre a partir de discursos estratégicos com vistas a capturar a percepção de todos e valorizar o amplo uso de território, conforme apontado no programa:

A consideração de aspectos logísticos, a integração com o planejamento territorial, o respeito ao meio ambiente, a abordagem de projetos de cunho sociopolítico voltados à redução de desigualdades regionais, à indução ao desenvolvimento, à integração continental e à segurança nacional são fatores que representam inovações em relação a processos anteriores (BRASIL, 2007, p.6).

O programa segue reforçando a perspectiva de espaço areal, sinônimo de espaço absoluto, de extensão, de limite, de fronteira conforme se pode notar quando o programa estabelece que, “os Vetores Logísticos representam a partição interna do território brasileiro, para efeito do planejamento de transportes, mas inserem-se no continente sul-americano, com

o qual o Brasil estabelece relações diversas com vários países” (BRASIL, 2007, p.32). Sobre isso, é importante mencionar que:

Espaço absoluto é fixo e nós registramos ou planejamos eventos dentro da moldura que o constitui. Este é o espaço de Newton e Descartes e é usualmente representado como uma grade pré-existente e imóvel que permite padronizar medições e está aberto ao cálculo. Geometricamente é o espaço de Euclides e, portanto, o espaço de todas as formas de mapeamento cadastral e práticas de engenharia (HARVEY, 2015, p. 128).

O Estado planejou sua ação e a sistematizou em forma de um programa de caráter areal, aquele que considera o espaço como absoluto, eminentemente econômico, disposto a receber investimentos, anunciando a dotação de infraestruturas sobre o território e preparando-o para a acumulação. É sob essa perspectiva que são criados os “espaços da hegemonia, áreas preñes de ciência, tecnologia e informação, onde a carga de racionalidade é maior, atraindo ações racionais de interesse global” (SANTOS, 1998. p. 46).

O Estado atua sobre a perspectiva de espaço absoluto, areal. Perspectiva essa que apresenta uma forte ligação com os interesses empresariais. Estrategicamente, o Estado planeja um modelo da intervenção por meio de ações preventivas, “um primeiro e fundamental objetivo do PNLT é a retomada do processo de planejamento no Setor dos Transportes, dotando-o de uma estrutura permanente de gestão e perenização com base num sistema de informações georreferenciado” (BRASIL, 2007, p.7). Sendo assim, torna-se oportuno destacar que:

Quando o engenheiro de Descartes contempla o mundo com um sentido de domínio, trata-se de um mundo de espaço (e de tempo) absoluto, onde todas as incertezas e ambiguidades podem em princípio ser banidas e onde o cálculo humano pode florescer sem entraves. (HARVEY, 2015, p. 128).

No âmbito do programa governamental, o espaço é pensado para alavancar as taxas de crescimento econômico do país. O Estado projeta a organização do espaço a partir de interesses privados, fortalecendo atores em escala nacional e global. A proposta é arrumar o espaço em busca de uma combinação de interesses que envolvam investimentos em grandes obras de infraestrutura de transporte, sendo que “socialmente, é o espaço da propriedade privada e de outras entidades territoriais delimitadas (como Estados, unidades administrativas, planos urbanos e grades urbanas)” (HARVEY, 2015, p. 128).

O Estado propôs um modelo de arrumação do espaço por meio de obras que envolvem logística de transporte. O elemento-chave para a implementação desse modelo é a perspectiva de espaço areal, absoluto, no qual o capital se reproduza com maior velocidade. A política que

será abordada a seguir opera na mesma perspectiva, fundamental para constituir a subsunção do espaço ao capital ao incorporar novos corredores de exportação.

2.3. O Programa de Investimento em Logística (PIL): o trecho Açailândia (MA)-Barcarena (PA).

Desde a década de 1960 a inserção da Amazônia nos circuitos da economia global vem provocando modificações na sua configuração espacial. As ações são concebidas por meio de planos, programas e projetos cujos conteúdos priorizam rentabilidade dos recursos da área e minimizam o impacto disso sobre o gênero de vida dos lugares (NAHUM e SANTOS, 2015).

A concepção dos planejadores das políticas territoriais está fortemente alicerçada na ideia de espaço areal que, segundo Nahum e Santos (2015, p. 311), “típica da economia regional tradicional, tal perspectiva concebe o espaço como área carente de investidores e investimentos, tão presente nos planos de desenvolvimento da Amazônia [...]”. Essas políticas podem ser lidas também como “eventos”, que “mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características [...]” (SANTOS, 2009, p. 146).

Em 15 de agosto de 2012, o Governo Federal lançou o Programa de Investimento em logística (PIL) que compreende um conjunto de projetos para ampliar o sistema de transportes rodoviário, ferroviário, hidroviário e aeroviária no país, num movimento que, concordando com Santos (2009, p. 216), [...] “Isso redefine inteiramente o sistema espacial. Objetos criados deliberadamente e com intenção mercantil são movidos por uma informação concebida cientificamente, através de um sistema de ações subordinado a uma mais-valia mundial”.

Trata-se de uma política que lança as precondições para a instalação de um equipamento de logística ferroviária, com a marca de que:

Em nenhuma outra fase da história do mundo, os objetos foram criados, como hoje, para exercer uma precisa função predeterminada, um objetivo claramente estabelecido de antemão, mediante uma intencionalidade científica e tecnicamente produzida, que é o fundamento de sua eficácia. Da mesma forma, cada objeto é também localizado de forma adequada a que produza os resultados que dele se esperam (SANTOS, 2009, p. 217).

A Justificativa para a futura implantação do trecho ferroviário de Açailândia (MA) até Barcarena (PA) se dá por meio de um discurso de que é para modernizar, tornar mais eficiente e fazer um planejamento integrado dos modais em parceria com o setor privado (BRASIL, 2014), exemplificando o que Santos (1998a, p. 32) chamou de “psicosfera”, que é o resultado

das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo.”

O PIL integra o programa de concessões de rodovias e ferrovias que, em dezembro do mesmo ano, foi lançada para aeroportos e Portos. A figura 12 destaca os trechos ferroviários que atravessam áreas de produção de *commodities* como graneis sólidos agrícolas (soja, trigo e arroz), graneis sólidos não agrícolas (fertilizantes, carvão etc.), graneis líquidos (combustíveis), cargas em geral e a conexão com os portos, impulsionando o “modelo exportador de produtos semielaborados ou *in natura*” (LOUREIRO, 2009, p. 43).

Nesta “representação do espaço” (LEFEBVRE, 2013) reproduz-se uma imagem, um símbolo que captura o entendimento do mundo, direcionando-o para as benfeitorias que o componente técnico supostamente trará. Atua no campo da vontade e dos desejos de melhoria dos lugares, nos aproximando das noções de “tecnoesfera e psicoesfera”, conforme propõe Santos (1998a, p.32). Tais ações definem processos modernos de ordenamento do território, “ambos são frutos do artifício e desse modo subordinado à lei dos que impõem a mudança” (SANTOS, 1998a, p.32).

O planejamento governamental ressalta a logística ferroviária e ela vem se tornando uma importante estratégia de subsunção do espaço ao capital, nutrindo a voraz expansão das demandas do mercado, daí o papel estratégico de dotar os lugares de objetos técnicos e redefinir paisagem, configuração espacial e dinâmica social para viabilizar a lógica da acumulação, num contexto em que:

Hoje, no lugar onde estamos os objetos não mais obedecem a nós, mas sugerem o papel a desempenhar, porque são ins talados obedecendo a uma lógica que nos é estranha, uma nova fonte de alienação. Sua funcionalidade é extrema, mas seus fins últimos nos escapam. Essa intencionalidade é mercantil, mas não raro é, também, simbólica. Aliás, para ser mercantil, frequentemente necessita ser simbólica antes. Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para um país ou para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração no mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, ao contrário, pode exatamente vir destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais (SANTOS, 2009, p. 217).

Em 09 de junho de 2015, o Governo Federal anunciou a segunda versão do programa, o PIL-Ferrovias, incluindo o trecho da Ferrovia Norte-Sul ligando Açailândia (MA) até o porto de Vila do Conde em Barcarena (PA) (BRASIL, 2014), buscando ampliar a escala dos investimentos em infraestrutura e escoar o volume de *commodities*, conforme acrescentou Santos (2009, p. 219), dizendo que “a atual divisão territorial do trabalho, criada a partir de uma tal multiplicidade e diferenciação dos lugares, é, desse modo, mais extensa e exigente”.

Os estudos preliminares desenvolvidos para este trecho já estavam sendo feitos desde

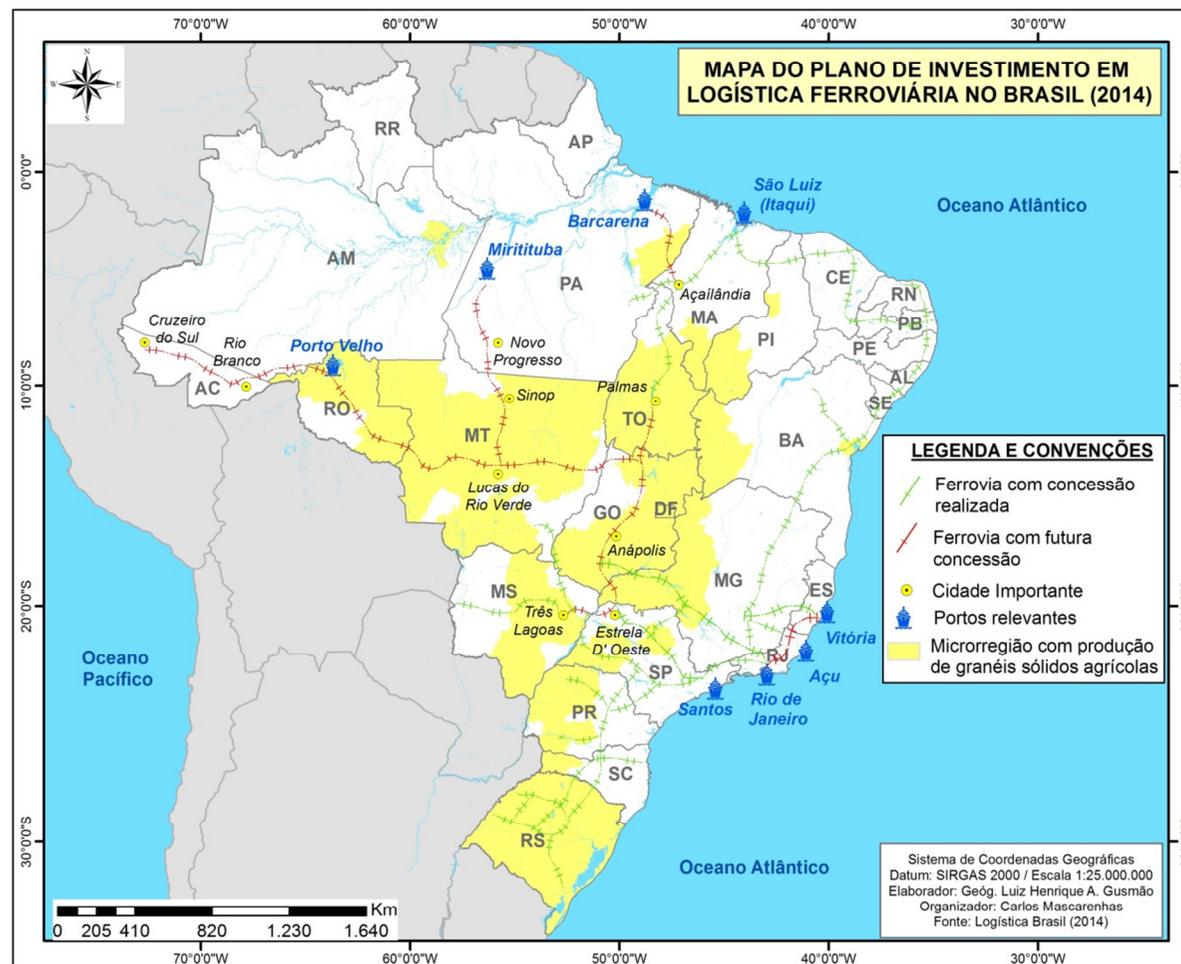


Figura 12 – Mapa do Plano de Investimento em Logística Ferroviária
Fonte: Adaptado de LOGÍSTICA BRASIL (2014)

fevereiro de 2013. Trata-se de um planejamento governamental cujos efeitos já se fazem sentir nos lugares onde as possibilidades de sua criação já estão sendo gestadas a partir de intencionalidades políticas dos agentes estatais e privados, daí se entende que,

cada lugar acolhe, através da História, seu prático-inerte local, formado — desculpem a simplificação — uma tecnoesfera e por uma psicoesfera, ambas suscetíveis de alteração e mudança, ainda que a primeira, a tecnoesfera, por sua materialidade, mais pertença ao reino da necessidade, ao passo que a segunda, um dado empírico mas não material, mais pertença ao reino da liberdade (SANTOS, 1998a, p.84).

O programa trabalha com um modelo de concessão em que os concessionários serão responsáveis pela gestão da infraestrutura ferroviária, sinalização e controle da circulação de trens pelo prazo de 35 anos. O Estado vai planificando o espaço tomando medidas para preparar a instalação de um objeto logístico de produção e consumo do espaço ao estabelecer a concessão do uso das ferrovias aos agentes privados,

[...] Um certo número de agentes hegemônicos utiliza os subsistemas técnicos mais novos, por isso mesmo hegemônicos, enquanto no mesmo lugar permanecem subsistemas técnicos hegemônizados, trabalhados por agentes não hegemônicos. Mas todos eles trabalham em conjunto. Ainda que as respectivas lógicas sejam diversas, há uma lógica comum a todos eles, presidida, exatamente, pelo subsistema hegemônico (SANTOS, 2009, p. 221).

Esse planejamento do arranjo espacial dará suporte institucional a usos do território no âmbito do agronegócio, isto é, uma concepção de espaço que viabilizará a produção e o escoamento de *commodities* aos mercados internacionais. É nesse sentido que podemos dizer, conforme sugere Santos (1999, p. 15), que o *evento* “permite unir o mundo ao lugar”.

A responsabilidade pelo estudo, construção e concessão da ferrovia é da Companhia Estatal VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, vinculada ao Ministério dos Transportes. Neste momento, esse empreendimento apresenta-se tal como “psicoesfera” (SANTOS, 2009), que por meio de mecanismos jurídicos e midiáticos tenta integrar o lugar, como se dele fizesse parte. Para tanto um conjunto de etapas para se chegar à autorização da concessão da ferrovia: 1ª) desenvolvimento de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA); 2ª) Consulta Pública; 3ª) análise do Tribunal de Contas da União (TCU); 4ª) leilão; 5ª) concessão (BRASIL, 2014).

A figura 13 mostra que o trecho da Ferrovia Norte-Sul (FNS) que vai de Açailândia até Barcarena encontra-se *a conceder*, isto é, finalizou a primeira etapa do processo anunciando “uma verdadeira tecnoesfera, uma natureza crescentemente artificializada, marca-



Figura 13 - Mapa da Ferrovia Norte-Sul (trecho Açailândia/MA – Barcarena/PA).

Fonte: LOGÍSTICA BRASIL (2014).

da pela presença de grandes objetos geográficos, idealizados e construídos pelo homem, articulados entre si em sistemas” (SANTOS, 1998a, p. 127).

Isso significa dizer que sua ligação com as atividades exportadoras de *commodities* e com o planejamento das ferrovias por meio das concessões promove usos do território favoráveis à reprodução ampliada do capital. Sob essa perspectiva de ler o espaço:

O Estado configura-se como agente financiador e legitimador que viabiliza o território, isto é, a área e as dinâmicas sociais, para atenderem a interesses empresariais, cujos comandos e interesses localizam-se fora da região (NAHUM e SANTOS, 2015, p. 314).

O PIL compreende também um Estudo de Engenharia para caracterização técnica e financeira da referida ligação ferroviária. O estudo foi dividido em três volumes: o primeiro é o relatório do projeto que corresponde a duas fases, uma preliminar composta de coleta, compilação, análise dos dados e elementos disponíveis e, ainda, a identificação e comparação de diferentes alternativas de traçado resultante na escolha daquele que melhor atende aos interesses públicos (BRASIL 2014); O segundo é o relatório gráfico mostrando os principais elementos do traçado proposto; o terceiro é o orçamento e os custos estimados para a implantação da ligação ferroviária (BRASIL, 2014).

Verificou-se no relatório do projeto, ainda em sua fase preliminar, um estudo envolvendo a busca de melhores condições geométricas do traçado ferroviário para reduzir custos de implantação e operação, insistindo em reforçar o espaço enquanto uma área com potencial de investimentos, como “lugar dos números e das proporções, por exemplo, do número de ouro” de que fala Lefebvre (2016, p. 43) em sua crítica.

Os planejadores do estudo consideraram áreas de terras indígenas, quilombolas, áreas de preservação permanente, áreas de recursos hídricos, entre outras com o objetivo de não constituírem obstáculos para a implantação da ligação ferroviária que, na crítica de Lefebvre (2016, p. 43), “eles se veem e se fazem ver como os demiurgos capazes de operar, na sociedade de, sua concepção e definição de espaço”.

Entende-se esse relatório expressando a constituição da “psicosfera” do PIL sobre os lugares que passarão a sofrer as interferências dessas abstrações contidas no programa, inserindo no cotidiano do vivido dos lugares discursos, ideias, vontades, desejos que ressaltam os benefícios da integração espacial, do desenvolvimento e da inclusão social a partir da interligação de um território com grande potencial de recursos naturais, daí ressaltar-se que:

O meio geográfico atual, graças ao seu conteúdo em técnica e ciência, condiciona os novos comportamentos humanos, e estes, por sua vez, aceleram a necessidade da utilização de recursos técnicos, que constituem a base operacional de novos automatismos sociais (SANTOS, 2009, p. 256).

A partir daí foram propostas quatro alternativas de traçados para a ferrovia. A rentabilidade e a modernização técnica prevaleceram como critérios de avaliação comparativa entre as quatro alternativas dos traçados. Por isso,

Esse mundo da técnica invasora é também o mundo do capital tecnológico invasor que busca, e consegue, contagiar as diversas tarefas rurais. É assim que se expande no campo o domínio desse capital hegemônico com as suas exigências de racionalidade, impondo novos usos e novas definições do tempo social. Juntos, as novas técnicas e o novo capital, deixam de ser, como no passado, exclusivamente de um domínio particular de atividade e se espalham por todo corpo social, tornando-se os verdadeiros regedores do tempo social (SANTOS, 2009, p. 305).

Sintetizando, os critérios foram os seguintes: o custo de implantação, manutenção e gestão; o prazo de execução; meio ambiente (restrições ambientais, áreas de uso especial, etc.); características técnicas e operacionais (traçado, geometria, relevo, volume de terraplenagem, custos de transportes, etc.); custos e benefícios sociais do empreendimento; captação de demanda. É importante considerar que essa racionalidade contida nessa proposição se articula com uma racionalidade das redes globais, sendo que:

A racionalidade deste espaço se decifra como uma superfície velada desde que se sabe que na realidade ela “regula” e reconduz as condições de dominação, subordinando a reprodução simples (da força de trabalho), à reprodução mais complexa das relações de produção e estas àquelas das relações de dominação, incorporadas no espaço (LEFEBVRE, 1978, p. 296).

Os “senhores do espaço”, de que fala Lefebvre (2016), buscam constituir a alienação dos lugares e subordiná-los a uma racionalidade espaço-temporal hegemônica, modificando a fração do “território usado” pelas comunidades da Amazônia que o consideram tradicional, no entanto, concorda-se com a advertência de Guiddens (2007) ao afirmar que,

A ideia de que a tradição é impermeável à mudança é um mito. As tradições evoluem ao longo do tempo, mas podem ser alteradas e transformadas de maneira bastante repentina. Se posso me expressar assim, elas são inventadas e reinventadas (GUIDDENS, 2007, p. 51).

É assim que as comunidades mantêm sua existência, confrontando suas tradições com a ofensiva dos projetos públicos e privados, demonstrando que,

Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais "opacas", tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente” (SANTOS, 2009, p. 309).

A avaliação dos traçados foi presidida por uma intencionalidade política que combinou ações de agentes locais (Estado, produtores e exportadores de *commodities*) e globais (mercado asiático) buscando a realização do PIL em um determinado lugar. Por isso que, apoiado em Santos (2009, p. 95), ressalta-se o programa governamental como “o resultado de um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente”.

A figura 14 mostra as alternativas 1, 2, 3 e 4 dos referidos traçados para a ferrovia Açailândia (MA) – Barcarena (PA). Os traçados estudados cortam municípios dos estados do Maranhão (Itinga e Açailândia) e do Pará (Dom Eliseu, Ulianópolis, Paragominas, Ipixuna do Pará, Tomé-Açu, Acará, Moju e Abaetetuba), entendendo, assim como Lefebvre (1978, p. 296) que, “a hierarquia espacial se apresenta, nós o sabemos, como implicação ou imbricação de espaços dominantes-dominados. Esta relação de inclusão-exclusão tem um caráter lógico (logístico)”.

O planejamento das políticas de Estado lança, no âmbito da “psicosfera”, o discurso da rentabilidade e produtividade da área, por isso destaca-se que:

O Brasil não conhece o Brasil, o Brasil não conhece a Amazônia. Não conhece e não tem consciência de que não o conhece. Por isso, as instituições e pessoas que pensam o planejamento e as políticas públicas para a Amazônia – o Senado, a Câmara Federal, o Congresso Nacional e outros segmentos do Legislativo, Executivo, os intelectuais e as elites dominantes – representam, influenciam e definem políticas absolutamente dentro de estereótipos, dentro de interesses pessoais que não dizem respeito à realidade dessa região (CASTRO, 2008, p. 187).

O quadro 01 mostra uma síntese dos fatores considerados na avaliação das quatro alternativas dos traçados dentro da política governamental brasileira. Na verdade, as alternativas são quatro, mas o caminho é único: geração de emprego, de renda e a inclusão social como mão-de-obra. A área está subaproveitada e esse é o caminho para o desenvolvimento rural, introduzindo-se o que se produz na mente como “psicosfera”. É sob esse aspecto que:

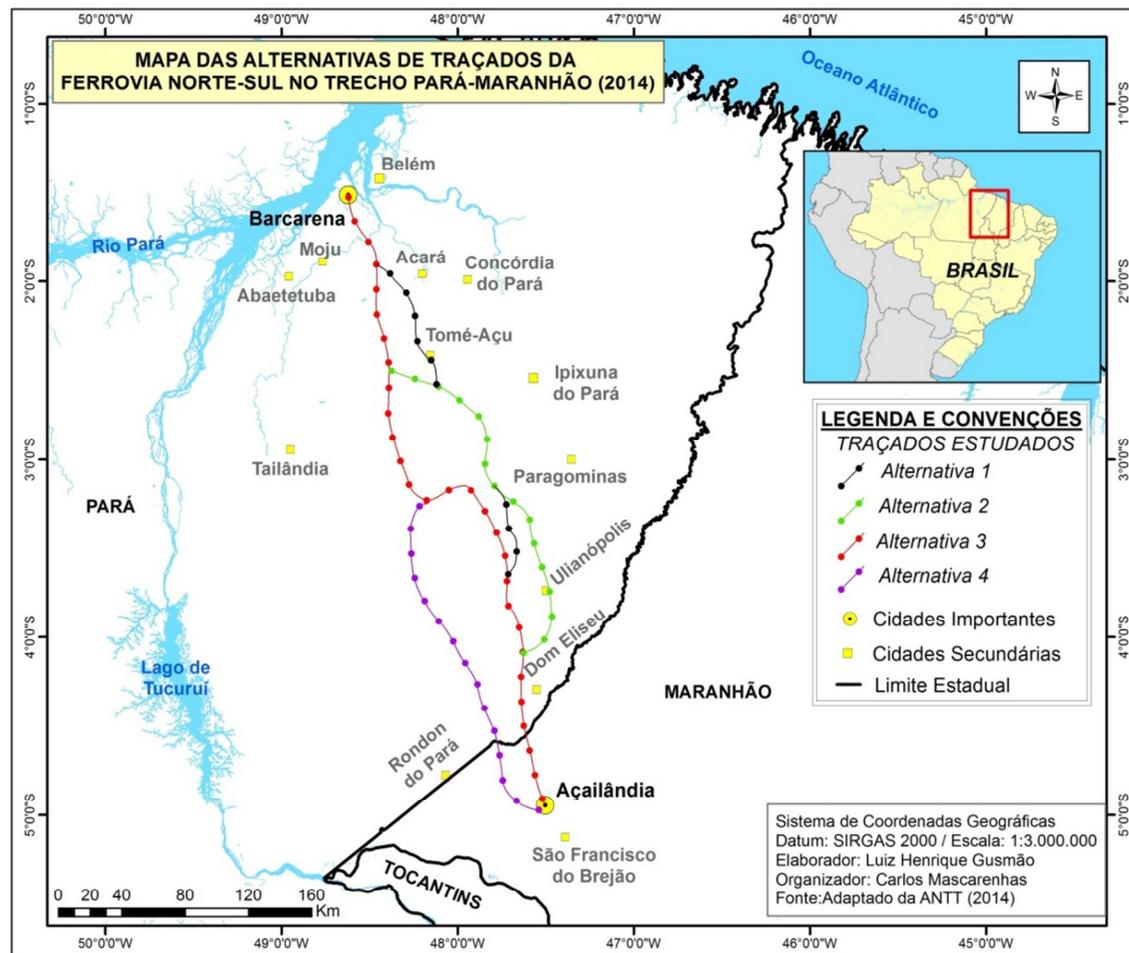


Figura 14 – Mapa das Alternativas de Traçados da Ferrovia Açailândia-Barcarena.

Fonte: Adaptado de Agência Nacional dos Transportes Terrestres (2014)

A este processo global se opõe toda sorte de obstáculos e situações conflituais. É preciso dar aparência do novo ao repetitivo, e do dinamismo ao idêntico. Daí a inacreditável mistura do neo, do retro, do arqueo na vida moderna. O repetitivo se suporta mal, desde que “vivido”, pois ele comporta a abolição do vivido pela subordinação à lógica e à identidade (LEFEBVRE, 1978, p. 296).

Quadro 01 – Fatores Considerados nas Alternativas dos Traçados.

Fatores	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3	Alternativa 4
Custo de implantação por Km	5.557.565	5.889.097	5.489.163	5.647.615
Prazo de execução (meses)	45	48	36	36
Aspectos ambientais	2 UFFP*; 18 UFFS*	2 UFFP; 19 UFFS	1 UFFP; 15 UFFS	1 UFFP; 15 UFFS
Operacional/ técnicas/ extensão (km)	520	536	477	457
Aspectos sociais	- 0 CQ 10 Km*; - 0 TI*; - 2 TI 10km*	- 0 CQ 10 Km; - 0 TI; - 2 TI 10km	- 1 CQ 10 Km; - 0 TI; - 2 TI 10 km	- 2 CQ 10 Km; - TI 0; - 0 TI 10 km

Fonte: Adaptado de Ministério dos Transportes (2014)

*Comunidade Quilombola a 10 km de distância da ferrovia (CQ 10 km)

*Terra Indígena (TI)

*Terra Indígena a 10 km de distância da ferrovia (TI 10 km)

*Unidade de Fragmento de Floresta Primária (UFFP)

*Unidade de Fragmento de Floresta Secundária (UFFS)

Conforme os dados do quadro 1, temos:

- *1ª Alternativa* – ocupa o terceiro lugar em custo, segundo maior prazo de execução (45 meses), afetará dois Fragmentos de Floresta Primária e 18 de Floresta Secundária, é a segunda mais extensa (520 km) e afetará duas Terras indígenas a 10 km.
- *2ª Alternativa* – é o maior custo, o maior prazo de execução (48 meses), afetará dois Fragmentos de Floresta primária e 19 de Floresta Secundária, é a mais extensa (536 km) e afetará duas Terras Indígenas a 10 km.
- *3ª Alternativa* – é o menor custo, menor prazo de execução (36 meses), afetará um Fragmento de Floresta Primária e 15 de Floresta Secundária, terceira com maior extensão (477 km), afetará uma Comunidade Quilombola e uma Terra indígena a 10 km.

- *4ª Alternativa* – apresenta o segundo maior custo, o menor prazo de execução (36 meses), afetará um Fragmento de Floresta Primária e 15 de Floresta Secundária, será a de menor extensão (457 km), afetará duas Comunidades Quilombolas.

A 4ª alternativa do traçado foi a escolhida pelo Ministério dos Transportes. Em termos comparativos, essa alternativa possui as melhores condições para a implantação da ferrovia, uma vez que, embora apresente o segundo maior custo de implantação, apresenta menor prazo de execução, menor número de fragmentos de florestas afetadas, menor extensão e apenas duas comunidades quilombolas afetadas indiretamente. Os planejadores se valem do discurso modernizador para alienar os grupos e os lugares. Representações que não correspondem ao modo de vida quilombola. É sob essa premissa que:

Nós não podemos impedir essas representações. A mídia, por exemplo, reproduz uma representação espetacular da Amazônia, e ela influencia os circuitos de conhecimentos que vão sendo produzidos, repassados e se refazendo também, porque eles são dinâmicos. Não temos como atravessar essa representação de outra forma, a não ser pela produção de conhecimento mais aprofundado, mais comprometido e que rompa (com a atual situação), um conhecimento que tenha comprometimento, que tenha coragem de fazer ruptura com essas formas de interpretação e de representação da Amazônia que acabam sendo prejudiciais à vida social aqui, à vida social, à vida econômica, à história, à memória da região, à diversidade das etnias. Esse é um grande projeto para as ciências sociais (CASTRO, 2008, p. 187).

Certamente que as implicações da “psicosfera” gerada pelo PIL sobre os lugares a partir do planejamento e das ações dos agentes governamentais e privados, tendo como fundamento a perspectiva de espaço areal, têm rebatimento sobre a dinâmica de reprodução dos lugares, pois minimizam, manipulam e enfraquecem as formas de uso destinadas à subsistência, gerando reações às racionalidades hegemônicas:

Ante a racionalidade dominante, desejosa de tudo conquistar, pode-se, de um ponto de vista dos atores não beneficiados, falar de irracionalidade, isto é, de produção deliberada de situações não razoáveis. Objetivamente, pode-se dizer também que, a partir dessa racionalidade hegemônica, instalam-se paralelamente contra-racionalidades (SANTOS, 2009, p. 309).

A base que pauta esse discurso é a de área subaproveitada, de geração de emprego e de renda, de inclusão social, procurando justificar o trecho ferroviário que atravessará diferentes lugares com presença marcante de florestas e dos gêneros de vida de comunidades quilombolas até chegar ao porto de Vila do Conde em Barcarena (PA) e se tornará mais um corredor de exportação de *commodities*. No entanto, percebe-se que outros episódios de luta e resistência das comunidades quilombolas emergem, uma vez que:

O momento que estamos vivendo - e a racionalização do espaço é esse limite - aponta para essa perda da razão. Mas, ao mesmo tempo, e felizmente, aponta para a possibilidade da construção de um novo sentido, a partir justamente da elaboração das contra-racionalidades que a análise geográfica revela nos comportamentos atuais do campo e da cidade (SANTOS, 2009, p. 310).

O Estudo de Engenharia do PIL traz no projeto um conteúdo discursivo da integração regional por meio da logística de transporte que visa promover o desenvolvimento e a inclusão social com já foi ressaltado e isso se aproxima de Santos (1998, p. 91), pois “objetos e ações contemporâneos são, ambos, necessitados de discursos. Não há objeto que se use hoje sem discurso, da mesma maneira que as próprias ações tampouco se dão sem discurso”.

O aporte discursivo para transformar o espaço em mercadoria, um trunfo territorial fundamental no mercado competitivo internacional, não se dá sem resistências e se depara com sua contra-face. O discurso ataca diretamente os usos do território para a subsistência propondo um outro modelo. O que está em questão é o confronto com valores gerados pela “psicosfera” a partir da perspectiva de espaço areal, que opõe o vivido quilombola à política concebida, podendo-se afirmar que:

O fato de que a produção limitada de racionalidade é associada a uma produção ampla de escassez conduz os atores que estão fora do círculo da racionalidade hegemônica à descoberta de sua exclusão e à busca de formas alternativas de racionalidade, indispensáveis à sua sobrevivência. A racionalidade dominante e cega acaba por produzir os seus próprios limites (SANTOS, 2009, p. 310).

A contra-racionalidade é a manifestação da luta pela vida no lugar, por isso que espaço não pode ser tratado apenas como entidade abstrata. Isso será tratado de forma mais detida no capítulo seguinte para apontar alguns dos novos desafios traçados pela interferência da “psicosfera”, da perspectiva areal na produção do espaço.

2.4. Conclusão do capítulo II

Nesse capítulo, duas políticas foram abordadas, sendo que o enfoque foi dado ao PIL, uma política pública em pleno século XXI que reedita a concepção de espaço areal a partir da “psicosfera” numa fração do território amazônico. Por se fundamentar nessa perspectiva, os planejadores restringem o espaço à mera abstração das forças hegemônicas na elaboração do PIL, isto é, uma política concebida por um conjunto de ações que estão se desenvolvendo no

espaço num determinado período de tempo e que minimizaram a importância do território usado pelas populações da Amazônia.

Seguindo a proposição analítica envolvendo a perspectiva do espaço areal e da “psicosfera” buscando a totalidade dos processos, contra-racionalidades se manifestam como força da experiência espacial do lugar, transformando a maneira como produzem e organizam o espaço, fenômeno que expressa esforços para garantir a existência espacial, sendo o espaço a possibilidade social do quilombola de engajar-se numa alternativa produtiva do lugar, daí ser insuficiente definir o espaço a partir dessa perspectiva areal contida na “psicosfera”, isto é, sua vinculação à produção em sentido estrito econômico. É a força da experiência espacial do lugar que será colocado em evidência no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III – A FORÇA DO LUGAR: ORGANIZAÇÃO QUILOMBOLA A PARTIR DO USO DO TERRITÓRIO.

Reitera-se a importância de pensar o quilombo de África e Laranjituba dentro de uma totalidade espacial. Ele foi objeto de interferência de agentes estatais e privados, lançando um discurso cuja base pauta-se no emprego, na geração de renda e na inclusão social. O que se aponta aqui como interferência nas comunidades é o último trecho da Ferrovia Norte-Sul que vai de Açailândia (MA) até Barcarena (PA) enquanto “psicosfera” (SANTOS, 2009) que intervém na “produção do espaço” (LEFEBVRE, 2013) e o que se busca é mostrar o lugar se reorganizando e evidenciando sua força por meio da intensificação do uso de uma fração do território.

3.1. Entrecruzando mundo e lugar: cartografia participativa como recurso de organização do espaço.

Considerando a possibilidade do quilombo de África e Laranjituba ser atravessado pela escala global a partir do PIL, procurou-se notar as interferências na produção e organização do espaço. O eixo da interferência no arranjo do lugar é a “psicosfera” gerada com o anúncio da construção da ferrovia Açailândia (MA)-Barcarena (PA).

Um jogo ideológico a partir da “psicosfera” emerge produzindo um enunciado de que a ferrovia vai trazer emprego, renda e inclusão social, já que o propósito do empreendimento é ampliar e integrar o sistema ferroviário nacional e estabelecer sua interligação com o Complexo Portuário de Vila do Conde, no Pará, localizado em posição estratégica em relação aos portos da Europa e da costa leste da América do Norte (BORTOLETO, 2014).

Em duas reuniões, uma na comunidade de África no dia 22/10/2016 e outra na de Laranjituba em 27/10/2016, os quilombolas registraram, por meio da elaboração de uma cartografia participativa, possíveis interferências na produção e organização do espaço vivido – terrenos, igarapés, casas de farinha, roças com plantio de mandioca, áreas de extração de açaí, estradas, áreas de caça e o local aproximado do traçado da ferrovia (ver figura 15), demonstrando que:

A territorialização simbólica operada pelos mapas traz consigo reivindicações de materialização de limites entre diferentes formas de uso da terra. À economia territorial de signos – pela qual os mapas são produzidos – associa-se a uma política territorial de reconhecimento e de pertencimento que pressupõe demandas por atri-

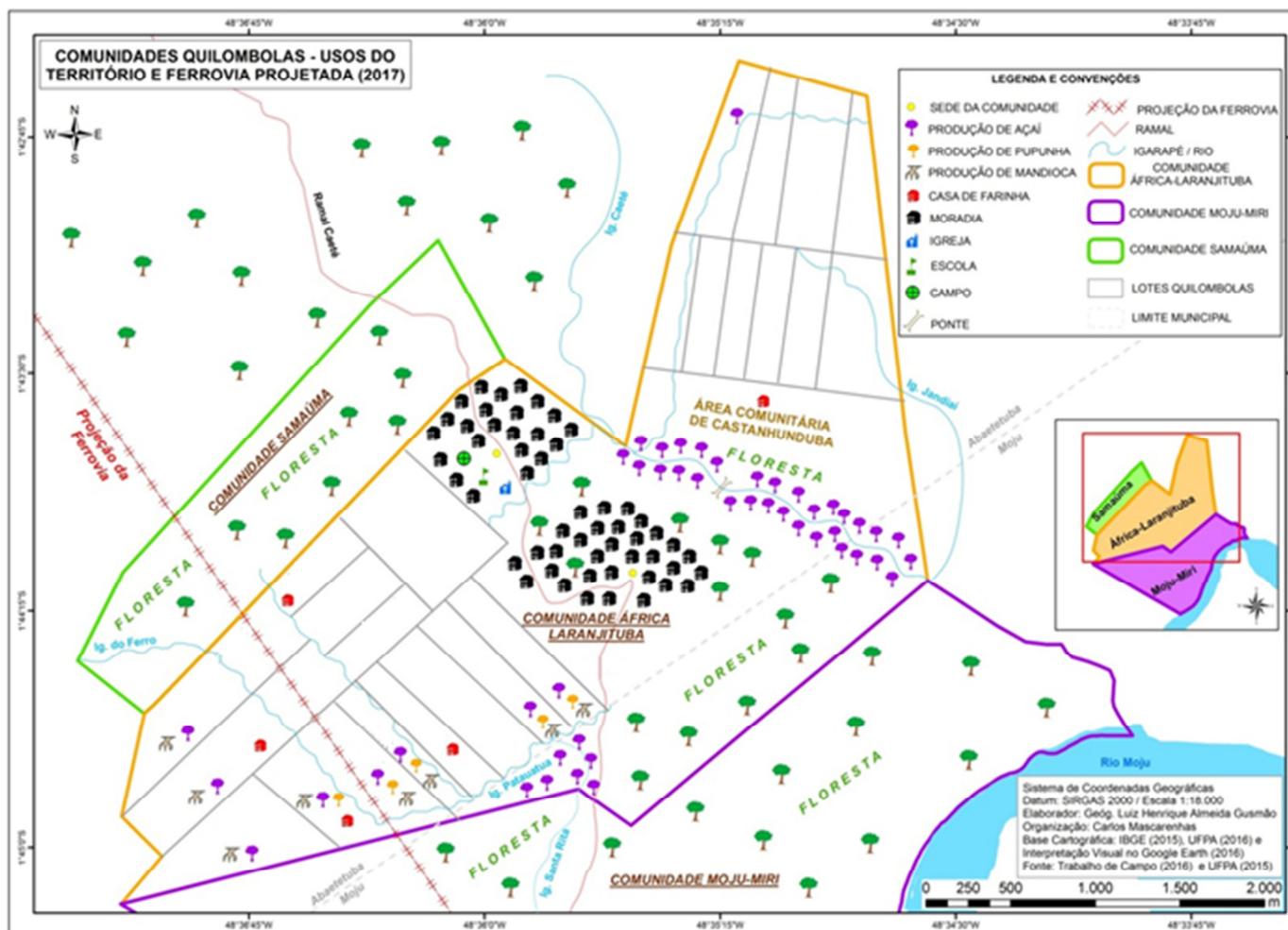


Figura 15 – Cartografia Participativa das Comunidades Quilombolas – Usos do Território e Ferrovia Projetada (2017).
 Fonte: Trabalho de Campo, out/2017.

buição do acesso a recursos materiais: descontinuidades e limites são, assim, reivindicados com vistas à demarcação do espaço, dada a vigência de culturas materiais distintas (ACSELRAD, 2010, p. 18).

Evidencia-se aí uma das manifestações da força do lugar enquanto realidade espacial do vivido quilombola, o protagonismo de pensar seu espaço e nele intervir. Sobre isso, Lefebvre (2013, p.395) enfatiza que “[...] o espaço do usuário é *vivido*, não representado (ou concebido). Em comparação com o espaço abstrato dos expertos (arquitetos urbanistas, planejadores) [...]”. Trata-se de uma primeira reação transformadora que leva do espaço concebido em rede à reafirmação de um espaço vivido com base em arranjos e lógicas comunitárias.

Tal com Lefebvre (2016, p. 42), ao afirmar que “ele contém os lugares da paixão e da ação, os das situações vividas, portanto, implica imediatamente o tempo”, acredita-se também que o vivido quilombola manifesta suas estratégias de gerir coletivamente usos do território e, simultaneamente, um contraponto ao espaço concebido, isto é, formas institucionais e privadas de planejar e integrar o espaço ao mercado.

Essa influência exercida sobre as comunidades, no entanto, defronta-se com o conhecimento espacial dos quilombolas sobre os efeitos danosos de projetos de logística de transporte na Amazônia. O relato de um entrevistado traz essa percepção:

Se a ferrovia passa lá, vai acabar com tudo e a plantação da gente vai embora junto com o garapé. O meu irmão fala que vai passar no lote dele, que fica apegado no nosso, passa no lote do sogro da Maria. Eles dizem que se passar lá mesmo, vai passar no nosso também e vai se afetado tudo, eles falam. Além de tudo isso, quando passam essa ferrovia, vai ficando as estradas e as pessoas vão chegando e vão tomando conta da nossa terra. A gente fala que aqui no povoado perto tem um pessoal que encrenca por causa da nossa terra e a gente já não dá conta, imagina esse pessoal que vem de longe e não sabe nem da onde veio, aí é que o negócio pega (Entrevistado 47 – entrevista realizada em 22/10/2016 na comunidade de África).

Considerando a influência que a “psicosfera” é capaz de exercer no espaço percebido das comunidades, o espaço é representado por meio da cartografia participativa, identificando os usos que os quilombolas fazem de uma fração do território, o que dialoga com Acsehrad (2010, p. 18), quando afirma que “mais especificamente, configura-se uma fronteira/limite à expansão de usos, práticas e lógicas que se supõe ameaçar a continuidade de usos, práticas e lógicas ‘tradicionais’”. Acredita-se que essas lógicas tradicionais mencionadas pelo autor sofrem interferências dos valores modernos, o que obriga uma reinvenção de suas práticas

espaciais, conforme afirmação de Giddens (2007, p.55), “à medida que o papel da tradição muda, contudo, novas dinâmicas são introduzidas em nossas vidas”.

Trata-se de um instrumento que auxilia na identificação das interferências no espaço vivido onde se pratica a agricultura e o extrativismo que compõem a dinâmica do lugar. A subordinação a uma ordem territorial estranha ao lugar é motivo de preocupação permanente. O relato do entrevistado justifica essa preocupação.

Com esse problema da ferrovia, vamo ter que voltar e fazer uma nova discussão pra ver como é que vai ficar, porque a área é toda coletiva e a tendência que nós vimos agora no mapa que ela corta no fundo do nosso terreno aqui pra podê cortar na direção de Vila do Conde, do porto. Aí pegamo o mapa e situamos mais ou menos como seria, porque o que eu pensei é que eles vinham trazer o mapa do estado do Pará pontilhado onde vai passar e aí nós já tava mais ou menos situado e aí a gente tem mais ou menos a ideia onde vai chegar e aí a ideia nossa é de que corte mais ou menos o fundo desse terreno aqui onde a gente trabalha e daqui lá ainda dá mais ou menos 1200 metros do final dele pra chegar uma outra área de uma outra associação, é o ramal Santa Luzia na área de Moju e o que a gente tá discutindo agora relacionado a isso é o seguinte, como vai atingir principalmente a área que a gente trabalha aqui no centro, a gente vai ter que voltar pra a associação pra discutir como é que vai ficar o nosso caso porque se atingir aí. (Entrevistado 48 – entrevista realizada em 22/10/2016 na comunidade de África).

A ameaça que emerge e preocupa as comunidades interfere, ao nível da “psicosfera”, na rede intrincada de relações que produzem e organizam o lugar, daí a necessidade de saber o que vai ser afetado e como a ferrovia vai atingir o espaço vivido das famílias em níveis distintos. É por isso que:

Lugares seriam pontos de encontro de redes de relações sociais, movimentos e comunicações são construídos em escala muito maior do que aquelas definidas para o lugar naquele momento. Estas relações com a totalidade não são apenas ritualísticas, mas de conteúdos econômicos, políticos e culturais reais. A identidade baseada no lugar manifesta as inter-relações das forças extra-locais da economia política com as camadas históricas das relações sociais (NAHUM e FERREIRA, 2015a, p. 520).

A estratégia da cartografia participativa para planejar novos mecanismos de manutenção de seu território e territorialidades demonstra que a ferrovia é destaque no cotidiano dos quilombolas, conforme afirma um dos entrevistados:

A associação que tem área lá pra castanhanduba onde eles tão visitando, não era pra ir visitar lá que tá distante. Era pra eles ter feito um planejamento, já que o mapa diz que vai cortar este pedaço, era pra eles ter trazido o pessoal pra ver esse pedaço onde mais ou menos vai passar, aí a associação levou eles para visitar essa trilha de castanhal. O mais atingido vão ser nós por causa da nossa área de trabalho que o documento diz que aqui e aí como a área é coletiva, todos tem direito, então não sei

como vai ficar, se vão nos realocar ou arrumar outro lugar, não sei (Entrevistado 49 – entrevista realizada em 22/10/2016 na comunidade de África).

“O relato mostra que a “psicosfera” se fixou no espaço percebido pelas comunidades que vivenciam seu cotidiano, o que dialoga com a advertência de Santos (1998a, p. 32-33) a respeito do meio técnico-científico como tecnosfera e psicosfera, para quem” [...] como psicosfera, ele é o domínio do país inteiro. Ambos esses fatos têm profundas repercussões na prática econômica, e nos comportamentos sociais e políticos [...]”. Na visão do quilombola entrevistado, a ferrovia possui uma valorização negativa, pois constroi uma imagem que emerge como um discurso oficial de melhoria carregado de contradições quando se considera a ofensiva dos grandes projetos sobre as populações da Amazônia. É sobre isso que também o entrevistado 50 acrescenta:

A associação tá se organizando pra achar uma solução. Vejo que a gente já está discutindo há muito tempo essa questão da ferrovia. Esse evento lá acho que vai reforçar essa discussão. A tendência é passar por aqui porque é fronteira com Vila do Conde. A gente vive da produção de mandioca pra fabricar farinha. O bolsa família é pouco, não dá pra sobreviver só dele. Se não poder mais produzir por causa da ferrovia, não tem como sobreviver. Mesmo que venha toda a questão da indenização, tem também uma questão cultural que eles não levam em consideração. Esse projeto não é voltado pra nós” (Entrevistado 50 – entrevista realizada em 27/10/2016 na comunidade de África).

A “psicosfera” gerada pela ferrovia, sem dúvida, representa uma interferência danosa no espaço percebido, mexendo com noções de tempo e espaço que pode desencadear um processo de redefinição das referências espaciais comunitárias do espaço vivido, em vez da roça para a fabricação de farinha e de extração de açaí, o emprego e o dinheiro como remuneração e referência espacial de produção do lugar, tal como adverte Santos (2011, p. 99), “quanto mais movimento, maior se torna a complexidade das relações internas e externas e aprofunda-se a necessidade de uma regulação, da qual o dinheiro constitui um dos elementos, ainda que o seu papel não seja o papel central”. Isso fica marcado na resposta dada pelo entrevistado 51:

sobre esse negócio de ferrovia vai prejudicar muitas pessoas, os animais. No vídeo que a associação passou do Maranhão apareceu uma mulher chorando por causa da caça, o alimento, a água pra beber, prejudicando muito eles. Assim, se vim pra cá vai prejudicar muitas pessoas também, da plantação, das pessoas que vivem de caça, roça. É a terra, a pessoa estuda, estuda. Estuda e não tem emprego aqui, então tem que ir pro outro lugar. Aqui é a terra, tem que trabalhar na terra” (Entrevistado 51 – entrevista realizada em 27/10/2016 na comunidade de África).

Ao demarcarem as suas referências espaciais a partir de uma valoração de elementos simbólicos e praticas espaciais para a subsistência, a “psicoesfera” produzida pelo anúncio da ferrovia assumiu caráter de elemento desestruturador do lugar, sendo a grande preocupação, segundo o entrevistado 52:

Não tenho muita noção dessa ferrovia. Eu visitei uma ferrovia em Oriximiná, em porto trombetas. O negócio não é fácil, ele é uma coisa terrível. Uma preocupação que eu tenho pensado é assim, nós somos coletivos, a nossa terra é coletiva e 80% das pessoas que estão em Laranjituba tem terras em Castanhanduba, quer dizer, eles vieram de Castanhanduba para Laranjituba porque tinha água encanada, energia elétrica, mas se a ferrovia passar no terreno do pessoal que vão tá na frente da linha do trem e a indenização é da associação e ela vai administrar com todos. Essa minha visão, não sei se é certa, esse povo vai levar o pessoal atingido pra dentro das terras de Castanhanduba pra fazer roça? Ou eles vão dizer: não, não fomos nós que foi atingido. Essa é a minha preocupação maior, não é com o dragão externo, mas com esse dragão interno. Esse é o meu medo da ferrovia, um conflito interno que está se aproximando entre companheiros (Entrevistado 52 – entrevista realizada em 27/10/2016 na comunidade de Laranjituba).

Entre os problemas citados pelo entrevistado 52, sobressai o estímulo a divisões internas entre os próprios quilombolas, ameaçando diluir a ordem espacial do lugar diante de uma “psicoesfera” que propõe arrumar o espaço em rede e, nessa mesma perspectiva,

O espaço abstrato, considerado como instrumento (e não só como aparência social) é em principio o lugar de natureza, o útil que quer dominá-la e aspira em última instância a sua destruição. Este mesmo espaço corresponde à ampliação da prática (social) que engendra redes cada vez mais vastas e densas pela superfície terrestre, por baixo e por cima dela (LEFEBVRE, 2013, p. 343).

Atravessada pela “psicosfera”, espaço vivido seguem ameaçados pelo perigo das dissidências internas que afetam a integridade do lugar, conforme demonstra o relato do entrevistado 53:

Um grupo da nossa comunidade foi para o Maranhão e eu tava na visita dos quilombos que foram afetados por ferrovias e linhões de energia. Dez quilômetros tu já vê o barulho infernal, treme a terra, os pó de minério de ferro em cima das plantas queima tudinho, não resiste nada, assim, dois a três quilômetros abeirando a ferrovia tá tudo queimado, parece que passa fogo lá, não tem uma planta, não tem um capim, não tem nada lá. Esse é o problema da ferrovia” (Entrevistado 53 – entrevista realizada em 27/10/2016 na comunidade de Laranjituba).

Analisando a entrevista, percebeu-se que os quilombolas sentem a influência da “psicoesfera” e passam a se articular com os quilombolas do Maranhão numa espécie de aprendizado espacial, demonstrando que “o lugar não pode ser visto como passivo, mas como globalmente ativo, e nele a globalização não pode ser vista apenas como fábula (SANTOS,

2014, p. 162-163)”. A posição de alerta se impõe e conduz à necessidade de articulação diante da ameaça externa fundamentada na concepção de espaço areal, área subaproveitada pelo mercado. É importante salientar que o entrevistado 54 relatou a interferência na produção e organização do seu espaço vivido:

Olha, a ferrovia vai acabar com muita coisa. Eu acho que o certo não seria passar lá essa ferrovia porque vai acabar com a plantação do povo. A maioria das roças das pessoas é pro centro e se passar isso lá vai acabar com tudo e o pessoal vai ficar no prejuízo, porque é onde o pessoal fazerem farinha, plantação, caça, açazeiro, pupunheira, tudo vai acabar, igarapé, então pra mim não deveria passar isso aí, vai prejudicar muita gente. É um trabalho de anos perdido (Entrevistado 54 – entrevista realizada em 27/10/2016 na comunidade de Laranjituba).

A essa preocupação do lugar, deve-se acrescentar outra que faz alusão ao espaço percebido pelos quilombolas. A “psicosfera” interfere na maneira como as comunidades percebem o espaço, uma espécie de fragmentação da percepção, dificultando a consciência de lutar pela apropriação de seu espaço e que o lugar se subordine à política concebida pelo Estado. Nesse sentido, é possível afirmar, juntamente com Santos (2014, p. 163), que “no lugar, estamos condenados a conhecer o mundo pelo que ele já é, mas, também, pelo que ainda não é. O futuro, e não o passado, torna-se a nossa âncora”.

É o que se observa no relato do entrevistado 55:

O que eu sei sobre a ferrovia é que eu conversei agora com o presidente da associação e ele me disse que uma questão de dias pra ela passar e vai passar no terreno da casa da mãe dele e do tio dele. A minha preocupação maior é o que vem trazer, as doenças, as consequências, que vai abalar muito aqui, o desmatamento que vai ser terrível, só que infelizmente nós não podemos fazer nada, eu acho que não, né? (Entrevistado 55 – entrevista realizada em 27/10/2016 na comunidade de Laranjituba)

A confecção de uma cartografia participativa foi um instrumento que as comunidades se valeram para ajudar na representação do uso específico de uma fração do território, demonstrando a importância de um recurso para elaborar estratégias territoriais que apontam também a força do lugar frente a processos exógenos de territorialização.

A experiência do uso do território por roças e açazais foi cartografado como um ponto importante para a compreensão da organização do espaço. De fato, o uso da cartografia auxiliou na identificação da interferência nos lotes individuais e nos usos coletivos dos recursos contidos em roças e açazais, apontando para uma configuração diferente, é o que será abordado no próximo tópico.

3.2. Roças e açazais como portadores da força do lugar

A “psicosfera” traz valores modernos de emprego, renda e inclusão social para o lugar a partir do anúncio da construção da “tecnoesfera” (SANTOS, 2009) ferroviária Açailândia-Barcarena lançado em 2015. Tais valores estão alicerçados na concepção de espaço areal, isto é, uma área subaproveitada economicamente pelos quilombolas. Essa “psicoesfera” interfere no espaço vivido dos quilombolas localizado nos municípios de Abaetetuba (PA) e Moju (PA).

Interessa neste tópico explicitar as transformações do lugar a partir da “psicoesfera” gerada pelo anúncio da ferrovia, definindo roças e açazais como formas espaciais cujos conteúdos sociais representam a força do lugar a partir de seu entrecruzamento com o global, isto é, com a “psicoesfera” suscitada pela política concebida.

Já se fez notar que o espaço de produção do quilombo é constituído por roças, retiros e açazais e o espaço de circulação é definido principalmente por caminhos e igarapés. Essa trama espacial é tecida por um conjunto de relações cujo conteúdo social caracteriza-se pelo uso comum dos recursos do lugar e qualquer interferência externa nas interações espaciais pode conduzir à desordem do espaço vivido, é o que Santos (2009) categoriza como “psicoesfera”.

A arrumação do espaço das comunidades do quilombo passa por modificações que se intensificam para ganhar forma graças à “psicoesfera” que anuncia a reorganização do espaço vivido pelas exigências de uma divisão internacional de trabalho e que, para Santos (2009, p. 237), “o componente internacional da divisão do trabalho tende a aumentar exponencialmente. Assim, as motivações de uso dos sistemas técnicos são crescentemente estranhas às lógicas locais e, mesmo, nacionais”.

Entretanto, a anunciada ordem espacial em rede começa a ser questionada por uma arrumação do espaço caracterizada pela ampliação do uso coletivo dos recursos, o que dialoga com a perspectiva de Santos (2009, p. 314), para quem “cada lugar é, à sua maneira, o mundo”. A prática espacial torna-se mais intensa, as redes de interação se tornam mais agudas na vida cotidiana do quilombo, isto é, as conexões diárias entre as habitações, as roças e os açazais se aprofundaram e se intensificaram, conforme aparecem no relato do Entrevistado 56:

Eles estão limpando outras áreas de açazal por causa da ferrovia, o nosso é aqui, e o que eles tão abrindo agora novo é aqui, tão fazendo a limpeza, é dum limpo que tem aqui até vará pra beira do igarapé. É uma área grande, dá pra tirá bem, dá pra tirá

mais açaí pro consumo e pra venda. A nossa roça também nós já tamo limpando mais um pouco e colocando mais mandioca e legume, isso dá mais tempo de fica lá, mas não dá pra brinca com essa ferrovia não, ela não para, então nós não deve pará também, né (Entrevistado 56 – entrevista realizada em 27/10/2016).

Nesse relato nota-se que a ampliação do uso dos açazais e a intensificação do uso das roças com mandioca e outras variedades cultivadas está relacionada à produção do espaço pela prática agroextrativista na comunidade, sobretudo, pelo sistema de uso comum que se confronta com “a abstração dotada de uma terrível potência redutora do ‘vivido’” (LEFEBVRE, 2013, p. 110). Isso revela a força do lugar pelas práticas tradicionais de produção de alimentos que constituem os elementos da construção do espaço vivido. As mudanças dentro da comunidade por conta da interferência da “psicoesfera” são ressaltadas pelo Entrevistado 57:

A ferrovia tem dado muita discussão aqui e eu tô preocupado com a terra que é da gente tudo aqui. Essa terra é herança dos nossos avós, sou da associação dos moradores daqui. Tem um projeto de açazal da associação, quando começar a tirar açaí, parte do dinheiro da venda vai ficar pra associação e parte para os associado, talvez com isso dê uma melhorada. Meu filho tem uma roça e um açazal que tá tirando mais, é assim que eles tão se virado pra viver né (Entrevistado 57 – entrevista realizada em 27/10/2016).

A ampliação dos açazais e do plantio nas roças pode ser definida como estratégia de intensificação dos usos do território, o que demonstra a força do lugar em reafirmar a lógica de produzir e organizar seu espaço vivido, tal como Santos (2014, p.156), acredita-se que “hoje, cada vez mais, os lugares são condição e suporte de relações globais que, sem eles (lugares), não se realizariam; e o número de mediações é muito grande”. As mudanças no espaço da comunidade estão ligadas à interferência da “psicosfera” derivada do projeto ferroviário, cuja repercussão poder ser verificada no relato:

a ferrovia vai passar mais aí na frente, mas vai afetar a área comunitária por causa do igarapé aracapuri, que é um braço do igarapé caeté e fornece água para a plantação. Tivemos outra reunião lá na África, conversamos de novo, agora a gente conseguiu, já tinha pedido pra Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) pra gente fazer um plano de uso do nosso território, porque eles disseram que é muito importante a gente ter o plano de uso tudo registradinho no Instituto de Terras do Pará (ITERPA). Esse plano de uso diz o que pode plantar e usar e o que não pode, daí nós fizemos o mapeamento de todo o nosso território, os igarapés, as nascentes. Existe um projeto para a comunidade de manejo de açaí (Entrevistado 58 – entrevista realizada em 12/11/16).

Tal interferência torna necessário o desenvolvimento de estratégias que possam aproveitar melhor a organização do tempo e do espaço nas roças e nos açazais. Com isso, as

práticas espaciais de cultivo e extração significam mais tempo para produzir e não sofrer tantas dificuldades, o que dialoga com a seguinte afirmação sobre o lugar:

No lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições - cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa com o confronto entre organização e espontaneidade (SANTOS, 2009, p. 322).

Estas estratégias espaço-temporais para fazer frente à “psicoesfera” revelam as contradições espaciais no interior da triplicidade espaço percebido, concebido e vivido, uma vez que há interferência da “psicoesfera” sobre as formas de representação do espaço no quilombo, é o espaço concebido sobre o espaço vivido. Isso, concordando com Lefebvre (2013, p. 272), revela que “o conhecimento cai numa armadilha tão logo parte das representações do espaço para estudar a “vida” reduzindo o vivido”. Isso é recorrente na fala do entrevistado:

Fizemos um intercâmbio no Maranhão e em Carajás para ver os atingidos pelas ferrovias e os vídeos que nós assistimos sobre isso trouxe bastante danos, nós estamos muito preocupados porque a gente vive da terra, a gente não pode perder, porque a gente vive do igarapé, do peixe, da natureza, isso é nosso sustento, nossa vida, mas eles não se preocupam com isso, se aqui tem gente. A gente soube bastante e tentou alertar as outras pessoas, porque quando as outras pessoas das comunidades quilombolas de Vila Caeté, Moju-miri e Santa Luzia souberam que ia passar a ferrovia na área deles, disseram logo que iam vender seu pedaço de terra pra ganhar indenização. Daí convidamos dois membros da associação para ver como aconteceu no Maranhão e aí ficaram surpreendidos e passaram a dizer que vão lutar junto com a gente, porque se unindo somos mais fortes. Conseguimos abrir os olhos deles, mostrar que no Maranhão o governo oferece muito emprego e quanto vai ver é pra tirar barro do trilho por debaixo do sol. Esse é o emprego que eles oferecem, é o desenvolvimento que o governo fala né, não sei pra quem, só se for pra eles. Nós vive disso, nós ama esse lugar, tem castanhais imensos, a gente junta muita castanha na época de castanha, a gente junta muito açaí na época do açaí, quando passa a época, nós vai pra roça e assim vai, a gente vive feliz, tem alimento todos os dias (Entrevistado 59 – entrevista realizada em 12/11/16).

As intervenções na paisagem do quilombo para introduzir mais gêneros alimentícios nas roças e nas áreas de açaçais constroem um espaço cuja dinâmica foi atravessada pela “psicoesfera” da ordem global e o lugar reagiu, pois, concordando com as afirmações a seguir, considera-se que:

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2009, p. 322).

Presenciou-se no cotidiano das comunidades acontecimentos na dinâmica do espaço expressos na decisão de ampliar e intensificar o uso dos recursos, materializando as relações sociais que produzem e organizam o lugar. Essa valorização pode ser percebida na resposta do entrevistado:

O pessoal comenta muito da ferrovia. Eu tô triste e o meu irmão coitado, também. Tu já pensou, o terreno dele é grande, a casa dele é boa, meus filhos tem roça lá e já tão mexendo nela pra bota mais plantio de mandioca e açaí e ainda acontece uma coisa dessas, olha o desespero e não tem como embargar isso, só deus mesmo. Então é colocar nossa terra pra produzi e tirá mais pro nosso sustento e o que dé vende (Entrevistado 60 – entrevista realizada em 12/11/16).

No espaço vivido das comunidades do quilombo existe uma lógica de arranjo espacial na qual o papel dos saberes e práticas agroecológicas persistem não como sinal de atraso, mas como manifestações da força do lugar frente ao avanço crescente da política concebida de logística de transporte. Nesse sentido, concordando com Santos (2009, p. 338): “é o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o ‘Mundo’ depende das virtualidades do lugar. Nesse sentido pode-se dizer que, localmente, o espaço territorial age como norma”.

Analisando de modo mais específico os aspectos espaço-temporais das roças e dos açazais na manutenção do lugar, o encontro entre mundo e lugar tornou o significado territorial dessas formas mais agudo, fortalecendo o sistema produtivo local, conforme se pode perceber no relato:

Fizemos um intercâmbio pra conhecer a realidade de quem já está sendo impactado há anos e aí nós fomos aqui da comunidade, duas pessoas do Laranjituba e duas da África. Contando pra gente a coisa é uma, agora a gente indo lá é outra. A realidade é muito triste. Os igarapés que têm acabado lá é grande. Quando eles contam assim, a gente vê que eles tão quase chorando, a mulher disse... acho que por onde nós passamos deu um quilômetro, não dois quilômetros abeirando a ferrovia lá no Maranhão, eu acho que foi mais de dez igarapé mortos. Depois a gente veio de lá e reuniu, agora a gente vai ter que se organizar ou por bem ou por mal, porque do jeito que tava no bem bom, cada um por si, não dá, vai apertar agora. É por isso que a gente plantou mais na roça e abriu mais açazal, tem até plano de manejo pra comunidade (Entrevistado 61 – entrevista realizada em 12/11/16).

As exigências e desafios promovidos pela “psicoesfera” proporcionada pela ferrovia afetam a gerência espacial dos açazais e das roças. Essas formas espaciais desempenham importante papel na dinâmica do lugar, daí as comunidades investirem no maior plantio e extensão dos açazais e das roças, o que permite compreender como a política concebida está atuando na produção do espaço e, principalmente, como a lógica da produção do espaço no quilombo reage a tal ofensiva. Esse ponto se coaduna com a afirmação de Santos (2009, p.

338), com a qual se concorda, “a ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade”.

A experiência do Entrevistado 62 remete a isso:

Pela associação fomo lá na comunidade Santa Rosa dos Pretos no Maranhão, eles são uma comunidade muito organizada. Eles brigaram. A ferrovia passou na comunidade, fez a passagem de tubos por baixo pras pessoas passar, só que quando chove enche e não dá pra passar, aí a pessoa tem que pular por cima do trilo, aí morre gente. Nessa briga deles conseguiram dez viadutos, mas só tinha construído três, mas eles tavam brigando porque construíram muito rampado, muito inclinado e eles tinham dificuldades pra passar com bicho, com barro, com cavalo pras roças. A gente teve uma experiência boa no Maranhão, abriu o olho da gente pra essa ferrovia aqui na comunidade. É com a terra da gente que tem que se preocupar, porque é por causa dela que tamo aqui, é com a roça que tá agora com mais mandioca, é com açaizal que vai dá mais raza, é assim que tá a mobilização aqui (Entrevistado 62 – entrevista realizada em 12/11/16).

A “psicoesfera” produzida a partir do discurso de promoção da inclusão social e da geração de renda emerge como justificativa para a instalação da “tecnosfera” ferroviária, que segundo Santos (2009, p. 256), “ambas – tecnosfera e psicofera – são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas”.

A política concebida para o lugar se baseia numa perspectiva areal de espaço, isto é, área subaproveitada pelos quilombolas, mas com grande potencial. A difusão desses valores de inclusão como força de trabalho e de subaproveitamento da área integra a natureza política da estratégia “psicoesfera” na adoção das regras impostas pelos planejadores governamentais, por isso, conforme nos ensina Santos (2009, p. 256), “tecnosfera e psicofera são os dois pilares com os quais o meio científico-técnico introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contrarracionalidade no próprio conteúdo do território”.

No entanto, a reação contra estes valores tem rebatimento na realidade espacial de África e Laranjituba:

A gente tá tentando se mobilizar de encontro em outros estados aonde já foi abrangido, pegando experiência com eles para dá uma ideia de como a gente pode se mobilizar para impedir que eles atravesse por dentro de nossas áreas, e se eles atravessarem, que eles colaborem com a gente para que a gente mais tarde não fique prejudicado. O projeto comunitário de tirá mais açaí pra dividir com a comunidade veio em ajuda da gente que tá aperriado com essa ferrovia. As roça também já tão organizada pra mais mandioca e tudo. Então, nossa terra tá sendo assim preparada pra não sofrer mais, a gente tá se organizando aqui (Entrevistado 63 – entrevista realizada em 12/11/16).

A “psicoesfera” é um artifício que opera no âmbito dos desejos, por isso sua influência tenta submeter as atividades familiares de produção e organização do lugar à lógica do mercado. Esse lugar resiste a partir de estratégias comunitárias de organização espacial, bem apontada por Santos (2011, p. 111), “trata-se de um espaço à vocação solidária, sustento de uma organização em segundo nível, enquanto sobre ele se exerce uma vontade permanente de desorganização, ao serviço dos atores hegemônicos”.

Os quilombolas adensam o lugar com a intensificação de atividades materializadas em roças e açazais, alicerçadas em valores marcados pela solidariedade geográfica do lugar, conforme relato do Entrevistado 64:

Faz uns dois ou três meses que o pessoal daqui foram para o Maranhão e assistiram uma palestra passada pelo pessoal que já foram afetado, a Rosa com o pessoal foi também pra Rondônia ouvir discussão, pegando orientação de que documento se pode prepara pra encarar eles, pra se preparar pra quando chegar algum dirigente dessas obras, desses projetos e só enganar, olha eu lhe dô tanto pra fazer isso, não, tem que botar uma coisa para beneficiar as comunidades, não um individual e tudo isso a gente tá tendo experiência sobre a ferrovia. Tamo buscando mobilizar as comunidade com projeto coletivo de abrir mais açazal e dividir o ganho da produção, ajudar todos e também individual com as roças, trocando muda de mandioca, de fruta, de legume, de criação, de tudo que for melhor pra gente (Entrevistado 63 – entrevista realizada em 11/06/17).

As referências de uso comum que fortaleceram a solidariedade do lugar por meio da intensificação das roças e açazais emergiram como contraponto à lógica difundida pela “psicoesfera” gerada a partir da política concebida pelos planejadores da ferrovia. O avanço dos valores de inclusão e de renda contido na “psicoesfera” interferiu no espaço vivido das comunidades que fortaleceram o lugar, materializando maior plantio nas roças, intensificando o uso de caminhos, de igarapés, de retiros de fabricação de farinha e, por fim, dos quintais que serão objeto de análise do próximo tópico..

3.3. Reorganização dos quintais como manifestação da força do lugar

Propõe-se tratar o uso dos quintais enquanto manifestação da força do lugar, onde será mostrado que o cultivo desses espaços adensa o uso das unidades de produção e modifica a organização espacial do quilombo. Os quintais produtivos podem ser um caminho que dá pistas para compreender a força do lugar.

A “psicoesfera” gerada pela projeção da ferrovia provocou alterações na organização dos espaços vividos no quilombo. Os quintais produtivos passaram a compor, do mesmo modo que as roças e açazais, estratégias espaciais de resistência dos sujeitos para enfrentar os

valores modernos difundidos e suas repercussões negativas no lugar. Por isso, para o entrevistado 65:

Essa ferrovia tá deixando todo mundo sem sossego aqui. É uma coisa que a gente não esperava, de se preocupar com obra do governo, então, a gente tá fazendo assim também, aproveitando quintal do terreno pra plantá mais alguma coisa, fruta e cuidar de verdura. Por isso, a gente foi atrás de muda de abacaxi e de goiaba, pra colocá mais agora. O quintal fica mais cheio de legumes, de tajoba, de quiabo, de pimenta. O dinheiro disso tá servindo muito pra gente (Entrevistado 65 – entrevista realizada em 11/06/2017).

Em relação ao discurso do entrevistado, observa-se a presença do uso dos quintais evidenciando a luta dos quilombolas contra interferência de agentes externos ainda que seja no plano da “psicoesfera”, pois, concordando com Santos (2011, p. 114): “essas pessoas não se subordinam de forma permanente à racionalidade hegemônica e, por isso, com frequência podem se entregar a manifestações que são a contraface do pragmatismo”.

O uso dos quintais é uma prática espacial de produção articulada com a política de fortalecimento do lugar, uma vez que se concretiza em parte do espaço vivido, o terreno da casa. É uma forma diferente de organizar o espaço e confrontar as influências exógenas, tal como se pode notar na afirmação de que:

Nisso o papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo (SANTOS, 2011, p. 144).

Nos quintais (figura 16), a partir da interferência externa que as comunidades do quilombo começam a sofrer devido à “psicosfera” do anunciado projeto de infraestrutura na região amazônica, as hortas são adensadas com cultivos de uso diário, medicinal, mudas de árvores frutíferas e uma estrutura para a criação e reprodução de animais de pequeno porte, expresso na fala do Entrevistado 66:

A ferrovia que todo mundo fala aqui já deu seu aviso e a comunidade tá plantando no quintal. Por isso a gente passa no caminho e a gente vê mais mandioca no quinta, mais fruta como cupuaçu e cacau, mais verdura como quiabo, jambu e manjeriço, então no meu quintal eu fiz assim também, coloquei mais fruta e verdura pra família, tô criando galinha e um porco aí (Entrevistado 66 – entrevista realizada em 11/06/2017).



Figura 16 – (1) Quintais produtivos - açai; (2) Quintais produtivos – legumes.

Fonte: MASCARENHAS, 2016. Pesquisa de campo.

Acredita-se que essas mudanças na produção do espaço ocorreram pelo papel ativo dos sujeitos do lugar, cujas estratégias de enfrentamento constituídas pelos usos dos quintais intensificaram os valores comunitários de uso dos recursos frente aos valores de troca, nos quais os discursos estão centrados na geração de renda e mão-de-obra assalariada, difundidos pela “psicoesfera”, que é uma “informação unívoca, obediente às regras do ator e introduz no espaço uma intervenção vertical, que geralmente ignora o entorno, posta a serviço de quem tem os bastões de comando” (SANTOS, 2009, p. 257-258). Isso repercute no cotidiano dos quilombolas quando o entrevistado 67 diz:

A gente tá pensando na ferrovia e essa informação deixou todo mundo assim preocupado né, porque não tem como não ouvir, sempre diz por aqui que vai passar, e agora a gente resolveu usá mais o quintal do terreno, por isso que família já tem muita pimenta, muito maxixe e fruta do açai, da goiaba do cupuaçu, eu já coloquei até cacau e mais o abacaxi pra melhorá a vida da comunidade aqui (Entrevistado 67 – entrevista realizada em 11/06/2017).

A experiência espacial dos quintais produtivos demonstra o rebatimento da “psicoesfera” no lugar, isto é, as mudanças na vivência do espaço no quilombo como enfrentamento das interferências de agentes em outras escalas, demonstrando também que, segundo Santos (2009, p. 339), “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”.

É a força do lugar ante as interposições do global, um exerce influência sobre o outro, a tensão das representações do espaço sobre o espaço percebido e vivido, bastante presente inclusive no discurso do Entrevistado 68:

O quintal do pessoal já tá sendo manejado, preparado pra ter mais açaí colhido e plantado, a bacaba também, tem até quiabo, maxixe e pimenta de cheiro pra colocá na comida, goiaba e abacaxi aqui plantado. Eu consegui muita pimenta de cheiro e gergelim. Agora tem bastante aqui já, e isso por causa da ferrovia que tá preocupando todo mundo aqui. A ferrovia que vem passar aqui não dá sossego pra gente, e a gente usa usando nosso quintal pra isso (Entrevistado 68 – entrevista realizada em 11/06/2017).

Demonstrar a força transformadora da experiência espacial a partir da interferência no lugar não é falar apenas sobre o espaço, mas é, principalmente, falar como o espaço revela os elementos sociais para compreender sua dinâmica. Por isso, a experiência espacial dos quintais a partir da “psicoesfera” traz a oportunidade de reconstituir a totalidade de compreensão do mundo por meio da experiência da força do lugar, conforme sugere Santos (2011, p. 114), “globais, os lugares ganham um quinhão (maior ou menor) da ‘racionalidade’ do ‘mundo’”. Essa ideia é reforçada quando o Entrevistado 69 fala de sua experiência:

Agora que a gente já sabe da ferrovia, a preocupação é grande com o nosso território. Tudo vai ser prejudicado e é por isso que a gente tá colocando no quintal mais planta de fruta e outras coisa. Eu tava falando com a associação e eu disse logo assim, tem nosso terreno aqui da nossa casa, eu vou logo mexê e plantá fruta pra tirá poupa e vender. Já até consegui filhote de goiaba e de acerola aqui. Já tá dando muito. Eu peguei pra plantá gergelim, quiabo, pimenta de cheiro, jambu, erva cidreira, e manjeriço. Tá indo, bora vê se a gente enfrenta isso. Eu tô fazendo com a ajuda do meus parente (Entrevistado 69 – entrevista realizada em 11/06/2017).

Os quintais representam um dos aspectos fundamentais na formação da paisagem do lugar. Eles estão mais presentes e sinalizam transformações proporcionadas pela “psicoesfera” que ameaça fazê-los perder terreno para outra configuração do espaço sob o domínio do mercado: a configuração monótona das redes, daí Santos (2011, p. 115) afirmar que “é esse o fundamento da esquizofrenia do lugar”. O fato é que as mudanças no lugar reafirmam sua força, da qual os quintais produtivos são os grandes exemplos, o que está presente no relato do Entrevistado 70:

O fortalecimento do manejo de quintais é um projeto nosso agora. As plantas que a gente tem nos quintais, cupuaçuzeiro, abacateiro, acerola, açaizeiro, abacaba e a gente não tem comércio para isso, a gente nunca tinha se unido pra vender tudo isso junto e agora com essa ferrovia, se a gente unir vai dá um montão, olha cada quintal tem duas a três árvores de limão galego, e esse limão é um real. A gente estraga muito limão galego, é melhor juntar 100 ou 300 e vender. Essa que é a ideia de

fortalecimento da agricultura pelo uso dos quintais, a produção de hortaliças pelas mulheres, fortalecimento dos manejos da produção (Entrevistado 70 – entrevista realizada em 15/11/2017).

A ordem territorial hegemônica veiculada pela “psicoesfera” se impôs ao anunciar uma configuração nova do espaço. Todavia, a forma e o conteúdo comunitário do lugar foram fortalecidos pela introdução de novas espécies vegetais e a intensificação da exploração das já existentes nas roças, nos açazais e nos quintais (figura 17), mostrando o vigor do lugar, isto é, conforme Santos (2014, p. 161), “hoje certamente mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar”.

Essa interação do homem com a natureza tornou-se mais intensa, de tal modo que o arranjo espacial foi alterado para reforçar as práticas espaciais do lugar, como chama a atenção no relato do entrevistado 71:

Já pensou, essa ferrovia vai acabar com nossa vida e cada vez o pessoal traz mais informação. Parece que tá ficando perto dela chega. Isso tá demais mesmo. Até tô fazendo como o pessoal, tô com meu quintal manejado com planta de abacaxi e cupuaçu, tem manga que estragava sendo mais aproveitada. Tem muito mais legume aqui, muito maxixe agora e manjerição. E as fruta, chamei meus parente e a gente se reuniu pra tirá logo o açá e a bacaba. Eu tenho mais açá no quintal agora. É assim que eu tô fazendo com meu quintal (Entrevistado 71 – entrevista realizada em 15/11/2017).

A “psicosfera” com seus valores anunciou uma produção e organização espacial moderna, a organização em rede que propôs introduzir a forma, o conteúdo do espaço voltado para produção de mercadorias escoadas pela ferrovia e fragilizar a produção do espaço como condição da reprodução da vida social, do vivido que inclui o outro. Isso dialoga com a crítica tecida a seguir, em que:

[...] o Estado ocupa um espaço mental, com as representações que cada um as faz: confusas ou claras, vividas ou elaboradas. Este espaço mental não deve se confundir com o espaço físico ou o social, mas não se pode separar. Aqui e assim se discerne o espaço de representações e a representação do espaço (LEFEBVRE, 1978, p. 261).

Ainda que as representações do espaço, ou seja, o espaço concebido pela política governamental lance sua ofensiva no plano do discurso, o espaço vivido manifesta sua ofensiva também, sendo as interações espaciais reforçadas no quilombo pelos quintais produtivos, como indicado no discurso do entrevistado 72:

Já ouvi muito sobre essa ferrovia. Tô pensando na nossa comunidade, que sobrevive de extração de açá e plantação de mandioca. Vejo que o pessoal tá colocando o quintal pra vários tipo de plantação. Vejo manga estragar, vejo limão galego estragar

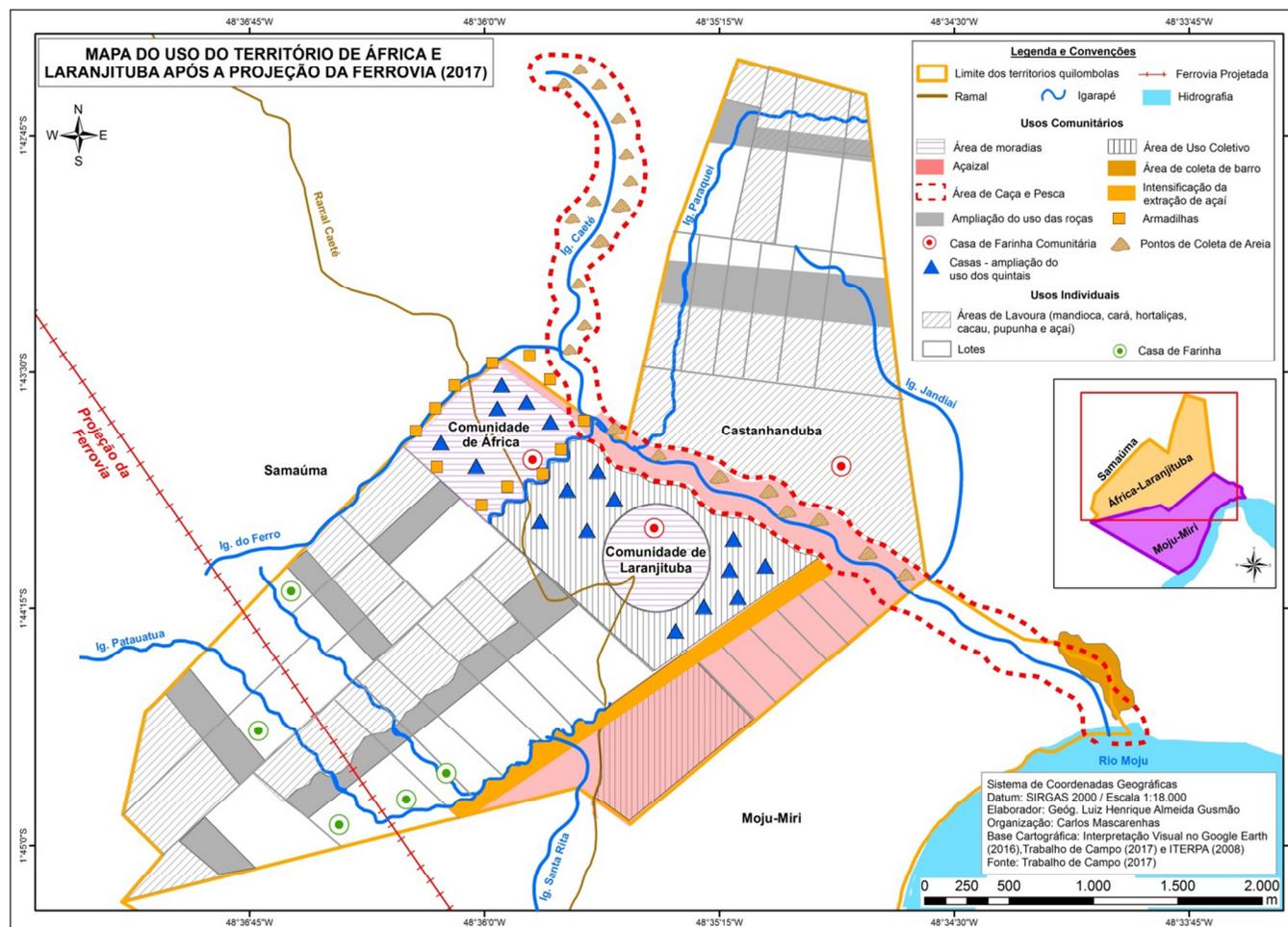


Figura 17 – Mapa de Uso do Território Quilombola de África e Laranjituba após a Projeção da Ferrovia (2017).
 Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

também. Agora com esse problema, a comunidade se mobilizou. Eu também uso mais meu quintal pra produzir. Já coloquei abacaxi e acerola. Tenho pimenta de cheiro e manjeriço. Tem dado certo aqui. A gente tá indo bem com mais produtos (Entrevistado 72 – entrevista realizada em 09/12/2017).

A estratégia territorial de resguardar o lugar contra as interferências externas por meio dos quintais produtivos exerce um papel fundamental na arrumação do espaço contra valores de troca e do mundo do mercado disseminados pela produção da “psicosfera”. É sob esse raciocínio que se estabelece um diálogo com a afirmação de que:

O conhecimento do espaço não pode reduzir o vivido ao concebido, nem o corpo à abstração geométrica ou ótica. Ao contrário: este conhecimento deve partir do vivido e do corpo, portanto do espaço ocupado por um ser orgânico, vivo e pensante. Este ser tem (é) seu espaço, circunscrito, pelos arredores próximos, ameaçado ou favorecido pelo longínquo. Ao alcance do corpo, quer dizer das mãos, há o que o engasta/encaixa ou o que o fere; para além desta proximidade começa o espaço social que se prolonga sem fronteiras bem definidas dentro do espaço físico e cósmico (LEFEBVRE, 1978, p. 281-282).

A “psicosfera” faz o lugar experimentar uma interferência que gera uma reação, demonstrando a existência de outra possibilidade de produzir e organizar o espaço pelos quilombolas, o que permite dialogar com a perspectiva de Sartre (2012, p. 25), segundo a qual “o homem é, não apenas como é concebido, mas como ele se quer, e como se concebe a partir da existência, como se quer a partir dessa elã de existir, o homem nada é além do que ele se faz”. Os sujeitos que produzem e organizam o lugar não estão predefinidos e muito menos o lugar que os produz, um reinventa o outro a cada instante, o que escapa às concepções *a priori* das políticas governamentais.

O lugar sofre as influências externas e busca resistir agregando os quintais produtivos como porções do espaço vivido responsáveis pela manutenção do uso tradicional e coletivo do território. Por isso, dialoga-se com a perspectiva de que:

Este é o entendimento de lugar – como aberto (“um sentido global de lugar”), como um tecer de histórias em processo, como um momento dentro de geometrias de poder, como uma constelação particular, dentro de topografias mais amplas de espaço, e como em processo, uma tarefa não acabada (MASSEY, 2008, p.191).

O entrecruzamento com a “psicosfera” forçou o lugar a se confrontar com a perspectiva de subordinação ao espaço concebido e, dessa forma, sinalizou as preocupações com as interferências a partir da organização espacial dos quintais produtivos como materialização da força do lugar. Cabe ressaltar também que os quintais produtivos

reafirmaram a lógica de produção do espaço vivido, estruturada em lógicas e princípios de uso comum.

3.4. Conclusão do capítulo III

Após essa análise, construiu-se um diagnóstico espacial apresentando as interferências na produção do espaço a partir do entrecruzamento da “psicoesfera” com a força do lugar, provocando alterações numa porção do espaço onde os quilombolas se projetam para construir sua territorialidade. Educação, produção, renda, saúde e estratégias de manutenção de garantir a existência frente à “psicosfera” formam um conjunto articulado que ajuda a compreender como se dá a produção do espaço.

É justamente a partir da instalação da “psicosfera”, trazendo consigo rebatimentos na escala do local, que se organizam as forças do lugar tendo nas estratégias de organização do espaço em roças, açazais e quintais as ações centrais de luta pela manutenção do espaço vivido. Com isso, o lugar se fortalece pelo fato das comunidades se organizarem para enfrentar territorialidades subordinadoras a partir de políticas de Estado que concebem o espaço a partir de lógicas de mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propôs-se avançar nas ideias sobre o espaço a partir dos princípios fundamentais das categorias analíticas da teoria de Santos (2009), sobretudo “psicosfera”, “tecnosfera” e Santos (2013), “território usado”. A análise centrou-se na interferência da “psicosfera” gerada pela concepção de uma política de transporte ferroviário sobre o quilombo de África e Laranjituba. Tal política concebida por planejadores governamentais tem como fundamento a concepção areal de espaço como estratégia de submissão do território à lógica de mercado.

A arrumação espacial do lugar é marcada por políticas públicas areais que consideram o espaço apenas como uma área na qual, de foram precária, se arumam as coisas. São políticas que interferem negativamente para fragilizar as lutas pela permanência em uma porção do território. O uso do território no quilombo está associado a práticas produtivas em roças, açazais, caminhos e igarapés que garantem a reprodução da existência espacial dos quilombolas. O uso e o manejo diário dos recursos do território constroem uma rede entrelaçada por relações espaciais que envolvem roças, habitações, quintais, caminhos, áreas

de exploração comunitária e igarapés que estruturam um tipo de arrumação própria do espaço vivido do lugar.

A configuração espacial do lugar resultante desses processos é tecida por relações locais bastante delicadas, relações essas de parentesco, de vizinhança, de religiosidade, de identidades étnicas, do trabalho comunitário, de fazeres e saberes do lugar materializado em habitações de madeira, barracões, pequenos trapiches, caminhos, lugares sagrados, roças, açaiçais que ao sofrerem qualquer que seja a interferência externa de política concebida pode desfazer e prejudicar a organização do espaço vivido das comunidades do quilombo.

O “território usado” é constituído pelas disputas entre os diferentes interesses e intencionalidades, incluindo as comunidades do quilombo, a intervenção do Estado e do mercado. A “psicoesfera” gerada pelo anúncio da ferrovia Açailândia-Barcarena provocou interferência no espaço vivido das comunidades, que com base nos usos do território imprimiram uma forma de manter sua existência espacial a partir das formas e conteúdos comunitários das roças, açaiçais e quintais produtivos.

O uso da cartografia participativa, a intensificação do uso das roças, dos açaiçais e dos quintais que ocorreu no lugar mudou a forma de arrumação do espaço que passou a ser utilizado para ampliar a oferta de alimentos e gerar mais renda, tendo como rebatimento no espaço o fortalecimento do lugar pelas práticas espaciais de uso comunitário.

A partir da confrontação do lugar com a “psicosfera” produzida pela política de transporte ferroviário, percebeu-se que as imbricações entre mundo e lugar demonstraram que as determinações dos valores modernos possibilitaram maior compreensão e um melhor tratamento analítico dessa abordagem ao propor o deslocamento da análise de um espaço produto para o processo de produção social do espaço como meio e condição da produção e organização do espaço.

O aporte da teoria de Santos (2009) auxiliou a análise da produção e organização do espaço e advertiu ser insuficiente compreender o espaço a partir de sua vinculação à produção em sentido estritamente econômico, tal como a política concebida de logística de transporte foi elaborada pelos planejadores que lançaram uma “psicoesfera” com valores de mercado. É preciso considerar o espaço vivido dos quilombolas vinculado a sua prática espacial das roças, açaiçais e quintais, daí ter-se uma apreensão dialética a partir das contradições trazidas pelos valores modernos da “psicosfera” e adentrar no entrecruzamento entre mundo e lugar, que permite considerar o espaço como totalidade e não meramente um aspecto parcial da realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. Mapeamentos, identidades e territórios. In: ACSELRAD, Henri (Org). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: ETERN/IPPUR/UFRJ, 2010. Disponível em: <http://www.eterm.ippur.ufrj.br/publicacoes/106/cartografia-social-e-dinamicas-territoriais-marcos-para-o-debate>. Acesso em: 25 Set. 2016.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução de Joaquim José Moura Ramos. Lisboa; São Paulo: Presença; Martins Fontes, 1970.
- BASTOS DOS SANTOS, C. **Dendeicultura e comunidades camponesas da Amazônia paraense: uma análise do município de Moju**. 2015. 163 f. Dissertação (Mestrado), UFPA, Belém, 2015. Disponível em: http://ppgeoufpa.net/images/DISSERTACOES/ANO_2013/CLEISON-BASTOS-DOS-SANTOS/DISSERTACAO-CLEISON-BASTOS.pdf. Acesso em: 25 set. 2016.
- BORTOLETO, Juliane Barbosa Rosa. Utilização do Método de Análise Hierárquica - AHP (*Analytic Hierarchy Process*) no estudo de alternativas de traçados de ferrovias: O caso da ferrovia Açailândia/MA – Barcarena/PA. **Revista Especialize On-line IPOG**, Goiânia, Vol. 01, nº 10, dez/2015. Disponível em: <https://www.ipog.edu.br/revista-especialize-online/edicao-n10-2015/?setarParametros=true&pagingPage=18&>. Acesso em 25 jun. 2016.
- BRASIL. **Plano Nacional de Logística de Transportes**, 2007. Disponível em: <http://www.transportes.gov.br/conteudo/3280>. Acesso em 26 Dez. 2016.
- _____. **Concessões Ferroviárias**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.logisticabrasil.gov.br/ferrovias2>>. Acesso em 25 jun. 2016.
- CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Papers do NAEA** Nº 092. Belém, 1998. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/239>. Acesso em: 08 Jan. 2017.
- _____. “O Brasil não conhece o Brasil, o Brasil não conhece a Amazônia”. **Somanlu**, v.8, n.1, p.185-191, 2008. Disponível em: www.periodicos.ufam.edu.br/somanlu/article/download/325/199. Acesso em 25 ago. 2016. (185-191 pp)
- CRUZ, V. C. Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. In: Onildo Araújo da Silva; Edinuzia Moreia Carneiro Santos; Agripino Souza Coelho Neto. (Org.). **Identidade, Território e Resistência**. 1ªed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, v. 1, p. 37-72.
- GIACOMINI, R. L. B. **Conflito, identidade e territorialização: Estado e comunidade remanescente de quilombo de Vale do Ribeira do Iguapé – SP**. Tese (doutorado), USP, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-28012011-132054/pt-br.php>. Acesso em: 25 Set. 2016.

GIDDENS, A. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: RODENDHAL, Zeny. CORRÊA, Roberto. Lobato. (Orgs.). **Manifestações Culturais no Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 169-188.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro – 1º Semestre de 2015 - n. 35, v. 13, p. 126 – 152. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/18625/13595>. Acesso em: 10 Mai. 2018.

LEFEBVRE, H. **O espaço e o Estado (Tomo IV)**. As contradições do Estado moderno A respeito do Estado. Paris, 1978. p. 259-324. Disponível em: https://docgo.net/everything-is-okay.html?utm_source=https://docgo.net/o-espaco-e-o-estado-lefevre. Acesso em 12 jan. 2018.

_____. **La producción del espacio**. Tradução de Emilio Martínez Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing, 2013. 451 p. Título original: La production de l'espace.

_____. **Espaço e política: direito à cidade II**. Tradução de Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. Título original: Espace et politique: le droit à la ville II. Paris: Éditions Economica, 2000.

LOPES, C. J. O; O território quilombola de araquembaua: titulação, mudanças e permanências. **Revista Cerrados**. Disponível em: www.periodicos.unimontes.br/cerrados Montes Claros, v.15, n.1, p. 196-213, jan/jun-2017. Acesso em: 12 jan. 2017.

LOUREIRO V. R. **Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. S.P.: Empório do Livro, 2009.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 314 p.

NAHUM, J. S.. Região, discurso e representação: a Amazônia nos planos de desenvolvimento. **Bol. geogr.**, Maringá, v. 29, n. 2, p. 17-31, 2011a. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/11001>. Acesso em: 25 set. 2016.

_____. De ribeirinha a quilombola: dinâmica territorial de comunidades rurais na Amazônia paraense. **Campo Território**: revista de geografia agrária, v.6, n.12, pp.79-103, 2011b. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/13470/7694>>. Acessado em 14 dez. 2016.

NAHUM, J. S; FERREIRA, D. S. Entre o vivido e o relacional: interpretações geográficas do lugar. **Boletim Gaúcho de Geografia**. v. 42, n.2 - págs. 513-529 - MAIO de 2015a. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/47365>. Acesso em: 09 Jan. 2017.

NAHUM, J. S.; FERREIRA, L. S. G. Caminhos e descaminhos da noção de gênero de vida na geografia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, Belém, v. 02, n. 01, p. 79-96, jan./jun. 2015b. Disponível em: <http://www.bibliotekevirtual.org/index.php/2013-02-07-03-02-35/2013-02-07-03-03-11/1232-ihgp/v02n01/12963-caminhos-e-descaminhos-da-nocao-de-genero-de-vida-na-geografia.html>. Acesso em: 08 Jan. 2017.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. Uma interpretação geográfica da dendeicultura na Amazônia paraense. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, V.11, n.15, jan-jun.2015c. p. 309-331.

PAIXÃO JÚNIOR, P. R. C. **Uso do território e gênero de vida na Amazônia: reprodução camponesa e agronegócio no Planalto Santareno**. Dissertação (Mestrado), UFPA, Belém, 2012. Disponível em: http://ppgeoufpa.net/images/DISSERTACOES/ANO_2010/PAULO_ROBERTO_CARNEIRO_DA_PAIXAO/DISSERTACAO_PAULO_ROBERTO.pdf. Acesso em: 25 set. 2016.

PEREIRA, C. M. Z. **Conflitos e identidades do passado e do presente: política e tradição em um quilombo da Amazônia**. Dissertação (mestrado), UNB, Brasília – DF, 2008. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2621/1/Dissert_Carmela%20Zigoni.pdf. Acesso em: 25 set. 2016.

SALES, V. **O negro na formação da sociedade paraense**. 2ª. ed. Belém (PA). Paka-Tatu, 2015.

SARTRE, J. P. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução de João Batista Kreuch. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012 (Coleção Textos Filosóficos).

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1998a.

_____. A técnica em nossos dias - a instrução e a educação. **Cadernos da ABMES**, Brasília, v. n° 1, 1998b. Disponível em: <https://miltonsantos.abmes.org.br/index.php/conteudos/downloads/item/a-tecnica-em-nossos-dias-a-instrucao-e-a-educacao>. Acesso em: 11 ago. 2017.

_____. O Território e o Saber Local: Algumas Categorias de Análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XIII, n° 2, 1999. Disponível em: http://www.ippur.ufrj.br/index.php?option=com_content&id=544&Itemid=23. Acesso em 13 Jan. 2017.

_____. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp. 2009.

_____. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 20ª Ed. São Paulo: Record, 2011.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2014a.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo. 6 ed. Edusp, 2014b.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2013

SILVEIRA, M. L. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica** - Bauru - XV - Vol. XV - (1): Janeiro/Dezembro – 2011. Disponível em: http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos_versao_internet/AGB_dez2011_01.pdf. Acesso em: 25 Nov. 2016.

SIROTHEAU, J. L. T. **Impactos socioterritoriais e identidade quilombola em espaço metropolitano: o caso da comunidade de Abacatal (Pará)**. Dissertação (Mestrado), UFPA, Belém, 2012. Disponível em: http://ppgeoufpa.net/images/DISSERTACOES/ANO_2010/JOSE_LUIZ_TERCEROS_SIROTHEAU/DISSERTACAO_JOSE_LUIZ_TERCEROS.pdf. Acesso em: 25 set. 2016.

SORRE, Max. Geografia humana (introdução). **Revista GEOgraphia** - Ano V - No 10 – 2003. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/133/130>. Acesso em: 13 Jan. 2017.

ANEXO I

FORMULÁRIO – ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE ÁFRICA E LARANJITUBA.							
NOME (chefe de família)	GRAU DE PARENTESCO	SEXO	IDADE (Completa)	LOCAL DE NASCIMENTO (Município/comunidade)	ESCOLARIDADE	ESTADO CIVIL () Solteiro () Casado	
		M () F ()			() Ens. Fund. Incomp. (1ª a 4ª) () Ens. Fund. comp. (1ª a 4ª) () Ens. Fund. incomp. (5ª a 8ª) () Ens. Médio. incomp. () Ens. Médio. comp. () Analfabeto () Assina somente		
QUAL (IS) A (S) ATIVIDADES PRODUTIVAS QUE A FAMÍLIA DESENVOLVE?							
ATIVIDADE	PRODUTO (S)	DESTINO	PRODUÇÃO VENDIDA	VALOR (R\$)	QUAIS MEMBROS DA FAMÍLIA AJUDAM NA ATIVIDADE?	RECEBE ALGUM TIPO DE BENEFÍCIO?	
() AGRICULTURA Área plantada () Tarefa _____ () ha _____		() Consumo () Venda: destino _____	Quantidade__ _____ Período _____			() Bolsa Família Valor (R\$) _____	
() Extrativismo: _____						() Aposentadoria	
() Criação de animais: () Pesca						() Pensionista	
() Frutas						() Outros	
() Outros: _____							
QUAL (IS) OS MEMBROS DA FAMÍLIA EXERCE (M) OUTRA (S) ATIVIDADES							
NOME		OCUPAÇÃO			A SOMA DOS RENDIMENTOS É:		
		() Pedreiro			() O rendimento é: R\$ _____/dia/semana/mês		
		() Ajudante de pedreiro			() Menos que 1 salário por mês		
		() Moto-táxi			() 1 salário por mês		
		() Outros: _____			() Entre 1 e 2 salários por mês		

DESCRIÇÃO DO DOMICÍLIO				NA ÁREA DE OCUPAÇÃO DA FAMÍLIA EXISTE(M):
Nº de compartimentos: _____ Banheiro: interno () Fora ()	Tem energia elétrica? Sim () Tipo de ligação: _____ Não () Qual? _____	Qual a destinação do lixo? () Enterra () Queima () Coleta – Responsável: _____ () Outros: _____	Eletrrodomésticos existentes: () Televisor _____ () Geladeira _____ () Ventilador _____ () Freezer _____ () Fogão _____ () Máquina de lavar _____ () Outros _____	Casa de farinha () Sim () Não Qual a forma de uso? () Familiar () Comunitária Máquina de açai () Sim () Não Qual a forma de uso? () Familiar () Comunitária () Sim () Não () Outras: _____
Tipo de construção? () Madeira () Alvenaria () Outros _____	Abastecimento de água? () Poço – Tipo: _____ () Igarapé/rio () Outros _____			
Tipo de piso? () Madeira () Cimento () Outros _____	Possui fossa séptica? () Concreto () Barro “boca aberta”			
Tipo de telhado? () Barro () Palha () Outros _____				

PERTENCE A ALGUMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL?	FAZ PARTE DE ALGUM PROJETO COMUNITÁRIO?	DIFICULDADES DE ACESSO À EDUCAÇÃO
() Associação _____ () Sindicato _____ () Igreja _____ () Outros _____	() Sim () Não Qual(is)? _____	Quais?
QUAL A RELIGIÃO DOS MEMBROS DA FAMÍLIA?	QUAL O MEIO DE TRANSPORTE QUE UTILIZAM PARA SE DESLOCAR AOS CENTROS URBANOS?	DIFICULDADES DE ACESSO À SAÚDE
() Matriz africana _____ () Católica _____ () Evangélica _____ () Outras _____	() Barco a motor próprio () Rabeta própria () Moto própria () Ônibus () Van () Outros _____	Quais?
ACESSO À SAÚDE	ACESSO À EDUCAÇÃO	
() Posto de saúde () ACS () Outros _____	() Escola (s) de Ensino Fundamental, quantas? _____ () Escola (s) de Ensino Médio, quantas? _____	